

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

CARLOS ALLAN MADUREIRA CRUZ

**URBANIZAÇÃO PRECÁRIA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:  
O CASO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM**

MANAUS-AM  
2024

CARLOS ALLAN MADUREIRA CRUZ

**URBANIZAÇÃO PRECÁRIA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:  
O CASO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Paola Verri de Santana

MANAUS-AM  
2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C957u Cruz, Carlos Allan Madureira  
Urbanização precária na Amazônia Ocidental : o caso de  
Presidente Figueiredo - AM / Carlos Allan Madureira Cruz . 2024  
171 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Paola Verri de Santana  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Presidente Figueiredo. 2. Presidente Figueiredo. 3. Grandes  
projetos. 4. Moradia. 5. Amazonas. I. Santana, Paola Verri de. II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CARLOS ALLAN MADUREIRA CRUZ

**URBANIZAÇÃO PRECÁRIA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:  
O CASO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

**Aprovado em:** 27 de junho de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**PAOLA VERRI DE SANTANA**

Data: 27/07/2024 09:09:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Paola Verri de Santana, Presidente  
Universidade Federal do Amazonas  
(PPGEOG – UFAM)

Documento assinado digitalmente



**TATIANA DA ROCHA BARBOSA**

Data: 27/06/2024 17:48:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Tatiana da Rocha Barbosa, Membro Externo  
Universidade Estadual do Amazonas

Documento assinado digitalmente



**TIAGO MAIKA MULLER SCHWADE**

Data: 27/06/2024 17:46:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Tiago Maiká Muller Schwade  
Universidade Federal do Amazonas  
(PPGEOG – UFAM)

“O problema da Amazônia é que  
o país mais próximo, é o Brasil.  
E, o pior, é que se fala a mesma língua”.  
Lúcio Flávio Pinto.

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento é uma oportunidade que temos para retribuir toda ajuda que recebemos ao longo da nossa árdua jornada na vida acadêmica, uma etapa tão necessária é mais do que uma mera formalidade, é um gesto simbólico de externar os mais puros sentimentos do ser humano.

Agradeço aos meus familiares que apoiaram desde a graduação até o mestrado, ao senhor Egydio Schwade pelo trabalho como indigenista da Amazônia, que há décadas atua em prol dos Waimiri-Atroari e sua família por me acolher e me ouvir em inúmeros trabalhos de campo em Presidente Figueiredo-AM. Aos queridos professores Ataíde Gomes e Eliane Stone, filhos da terra e que me deram dicas preciosas acerca da cidade. Aos amigos do mestrado da turma de 2022 da UFAM; Tairone, Dâmaris, Igor, Sarkis, Renan e do doutorado: Ronald, Saturnino, Klena, Fernando, Fredson, Crizan e aos professores do PPGEOG pelo empenho na formação de discentes na pós-graduação na Amazônia.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB), pelo apoio a pesquisa, em especial a minha orientadora professora Paola Verri de Santana, com quem pude aprender e amadurecer na pesquisa, através do rigor acadêmico, mas também com a leveza e sensibilidade que o pesquisador precisa ter ao desenvolver seu trabalho. A banca que compôs a apreciação e a defesa do material de pesquisa, pela disponibilidade e o zelo para avaliação desta pesquisa.

A Secretaria de Estado e Educação do Amazonas (SEDUC-AM) pela flexibilidade na liberação em certos momentos para cumprir agendas da pós-graduação e a equipe gestora da escola na qual trabalho, a população de Presidente Figueiredo, em especial as 45 pessoas dos nove bairros que participaram da aplicação do formulário.

E por fim, o nosso agradecimento (*in memoriam*) ao nosso querido e saudoso professor Dr. José Aldemir de Oliveira que foi professor do departamento de geografia e da pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) um dos fundadores do NEPECAB e com grande contribuição para os estudos urbanos na Amazônia.

## RESUMO

Compreender os padrões de ocupação na Amazônia e suas implicações nas cidades é fundamental para pensar as políticas públicas urbanas e de ordenamento territorial. O estudo está sustentado em autores que trabalham com as temáticas: urbanização precária, grandes projetos na Amazônia, pobreza urbana e assentamentos precários e desenvolvimento urbano desigual. Os principais autores são: Santos (2008 e 2009), Maricato (2000), Silveira (2012), Cardoso (2016), Harvey (2009), Smith (1988). Neste sentido a pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos dos grandes projetos, no município de Presidente Figueiredo no estado do Amazonas com ênfase na sua estrutura urbana e econômica. O trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo 1 discutiu as teorias da produção do espaço urbano na Amazônia e as principais teses levantadas para urbanização da região, o capítulo 2 versa pelo debate da questão indígena do povo Waimiri-Atroari e os impactos socioambientais da atividade mineradora no município, no capítulo 3 as principais questões levantadas foram o papel e atuação do Estado frente as questões urbanas, a urbanização precária e as condições de moradia. A dissertação buscou compreender a urbanização precária da cidade de Presidente Figueiredo-AM, a partir da construção da BR-174, fundação da Hidrelétrica de Balbina e a implantação da mineração de Pitinga. O estudo em grande parte está sustentado em autores da Geografia brasileira, dentre tantos, podemos destacar: Carlos Walter Porto Gonçalves, Bertha Becker, José Aldemir de Oliveira, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. A abordagem tem como fundamento o método dialético e os procedimentos metodológicos adotam o uso de dados quantitativos e qualitativos. Na fase de coleta de dados foram consultadas plataformas como: IBGE, SEFAZ-AM, ANM, FIRJAN, CECAD, IBRAM entre outras. Na etapa do trabalho de campo, foram aplicados formulários a moradores locais, além de consultas a órgãos públicos do município visando compreender a urbanização precária de Presidente Figueiredo-AM. Os resultados da pesquisa foram: verificação de baixos índices em indicadores socioeconômicos do município principalmente nas áreas de saúde, renda e educação, aumento da violência e criminalidade, formação de bairros periféricos e condições de moradias inadequadas na cidade de Presidente Figueiredo. O estudo visa contribuir para as discussões da questão urbana de Presidente Figueiredo, em um recorte temporal mais recente tendo como ponto de partida o trabalho de Oliveira (2000).

**Palavras-chave:** Presidente Figueiredo. Urbanização precária. Grandes projetos. Moradia. Amazonas.

## ABSTRACT

Understanding occupation patterns in the Amazon and their implications in cities is essential when thinking about urban public policies and territorial planning. The study is supported by authors working on the themes: precarious urbanization, large projects in the Amazon, urban poverty, precarious settlements and unequal urban development. The main authors are: Santos (2008 and 2009), Maricato (2000), Silveira (2012), Cardoso (2016), Harvey (2009), Smith (1988). In this sense, the general objective of the research is to analyze the impacts of large projects in the city of Presidente Figueiredo located in the state of Amazonas, with an emphasis on its urban and economic structure. The work is structured as follows: chapter 1: discussed the theories of urban space production in the Amazon and their main thesis raised for the urbanization of the region, chapter 2: deals with the debate on the indigenous issue of the Waimiri-Atroari people and the socio-environmental impacts of mining activity in the region, in chapter 3: the main issues raised were the role and performance of the State in the face of urban issues, precarious urbanization and housing conditions. The dissertation sought to understand the precarious urbanization of the city of Presidente Figueiredo-AM, from the construction of BR-174, the foundation of the Balbina Hydroelectric and the implementation of Pitinga mining. The study is largely supported by Brazilian Geography authors, among which we can highlight: Carlos Walter Porto Gonçalves, Bertha Becker, José Aldemir de Oliveira, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. The approach is based on the dialectical method and the methodological procedures adopt the use of quantitative and qualitative data. In the data collection phase, platforms such as IBGE, SEFAZ-AM, ANM, FIRJAN, CECAD, IBRAM, among others, were consulted. In the field work stage, questionnaires were applied to local residents, in addition to consultations with municipal public bodies to understand the precarious urbanization of Presidente Figueiredo-AM. The research results were: verification of low indicators in socioeconomic areas of the city, mainly in the sectors of health, income and education, increase in violence and crime, formation of peripheral neighborhoods and inadequate housing conditions in the city of Presidente Figueiredo. The study aims to contribute to the discussions on the urban issue of Presidente Figueiredo, in a more recent cut-off, taking as a starting point the work of Oliveira (2000).

**Keywords:** Presidente Figueiredo. Precarious urbanization. Large projects. Housing. Amazonas.

## FIGURAS

Figura 1. Esquema de aplicação do método dialético na pesquisa em Presidente Figueiredo-AM .....	25
Figura 2. Mapa de localização da área urbana Presidente Figueiredo- AM.....	84
Figura 3. Acesso à vila de Balbina .....	88
Figura 4. Casas da Vila Atroari (A) e da Vila Waimiri (B) em Balbina. ....	90
Figura 5. Principais depósitos minerais no Brasil .....	93
Figura 6. Igarapé assoreado na área urbana.....	100
Figura 7. Área desmatada do residencial Vale das Nascente .....	105
Figura 8. Critérios trabalhados para a elaboração dos indicadores do Índice FIRJAN.....	111
Figura 9. Residencial Bosque das Águas.....	114
Figura 10. Ruas Tucuxi (A) e Maracajá (B) no bairro Sol Nascente .....	116
Figura 11. Calçamento em frente ao CAT (A) e o entorno do CAT (B).....	117
Figura 12. Mapa de localização de favelas ou comunidades urbanas na cidade de Presidente Figueiredo (IBGE, 2019).....	121
Figura 13. Hotel Cuca Legal.....	123
Figura 14. Síntese dos critérios para uma tipologia de assentamentos precários .....	124
Figura 15. Empreendimento do MCMV Vale das Nascentes em Presidente Figueiredo-AM. ....	126
Figura 16. Assentamento urbano precário no bairro Orquídeas.....	127
Figura 17. Sede do SAAE em Presidente Figueiredo.....	133
Figura 18. Sede da SEMISP .....	135
Figura 19. Localização da lixeira pública do município de Presidente Figueiredo.....	136
Figura 20. Mapa de localização dos bairros da cidade de Presidente Figueiredo-AM .....	142
Figura 21. Mosaico das condições de moradia do bairro Tancredo Neves considerado como favela .....	148

## QUADROS

Quadro 1. Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa .....	25
Quadro 2. Relação da evolução da urbanização na Amazônia e suas principais condicionantes. .....	45
Quadro 3. Síntese das diferentes proposições da urbanização na Amazônia. ....	47
Quadro 4. Exemplos de cidades e empresas na Amazônia (2013). ....	48
Quadro 5. População indígena Brasil e Presidente Figueiredo, variável pessoas indígenas ....	76
Quadro 6. Desempenho do setor mineral no Brasil em 2022. ....	93
Quadro 7. Linha do tempo da Mineração Taboca .....	94
Quadro 8. Impactos socioambientais diretos e indiretos da mineração em Presidente Figueiredo .....	100
Quadro 9. Roubo a residência (2023).....	102
Quadro 10. Ranking de municípios com maior número absoluto de homicídios (2023).....	103
Quadro 11. Ranking na modalidade roubo em estabelecimento comercial no ano de (2023)	103
Quadro 12. Ranking roubo a transeunte (2023) .....	104
Quadro 13. Notificação de crimes ambientais em Presidente Figueiredo (2023). ....	105
Quadro 14. Ranking trabalho e rendimento (2010 e 2020) .....	111
Quadro 15. Bairro Tancredo Neves .....	128
Quadro 16. Bairro Sol Nascente .....	128
Quadro 17. Bairro Galo da Serra .....	129
Quadro 18. Bairro Honório Roldão .....	129
Quadro 19. Bairro José Dutra .....	130
Quadro 20. Bairro Orquídeas.....	130
Quadro 21. Bairro Aida Mendonça .....	131
Quadro 22. Bairro Centro .....	131
Quadro 23. Bairro Morada do Sol .....	132
Quadro 24. Serviços realizados pela SEMISP de Presidente Figueiredo.....	135
Quadro 25. Condições para classificar moradias adequadas .....	138
Quadro 26. Condições de moradia no bairro Morada do Sol – Presidente Figueiredo (AM)	143
Quadro 27. Condições de moradia no bairro do Centro- Presidente Figueiredo (AM).....	144
Quadro 28. Condições de moradia no bairro Aida Mendonça- Presidente Figueiredo (AM)	144
Quadro 29. Condições de moradia no bairro Orquídeas-Presidente Figueiredo (AM).....	145
Quadro 30. Condições de moradia no bairro José Dutra - Presidente Figueiredo (AM) .....	145

Quadro 31. Condições de moradia no bairro Honório Roldão - Presidente Figueiredo (AM)	146
.....	
Quadro 32. Condições de moradia no bairro da Galo da Serra - Presidente Figueiredo (AM)	146
.....	
Quadro 33. Condições de moradia no bairro Sol Nascente - Presidente Figueiredo (AM) ...	147
Quadro 34. Condições de moradia no bairro Tancredo Neves - Presidente Figueiredo (AM)	148
.....	

## TABELAS

Tabela 1. Censo Demográfico do IBGE no município de Presidente Figueiredo anos: 2000, 2010 e 2022 .....	85
Tabela 2. Arrecadação detalhada em R\$ da CFEM/Presidente Figueiredo (2023).....	97
Tabela 3. Ranking estadual (AM) do Produto Interno Bruto em R\$ (2020).....	99
Tabela 4. Ranking dos municípios, na modalidade homicídio doloso no estado do Amazonas em números absolutos .....	102
Tabela 5. Famílias inseridas no Cadastro Único em Presidente Figueiredo-AM (2024) .....	108
Tabela 6. Pessoas inseridas no Cadastro Único (CAD) (05/2024).....	108
Tabela 7. Ranking estadual (AM) mortalidade infantil (2022) .....	109
Tabela 8. Ranking estadual (AM), Educação (IDEB) rede pública, ano (2021).....	109
Tabela 9. Ranking nacional Educação (IDEB) rede pública ano (2021).....	110
Tabela 10. Ranking IFDM, indicador educação (FIRJAN 2018).....	112
Tabela 11. Ranking IFDM, indicador saúde (FIRJAN 2018) .....	112
Tabela 12. Ranking IFDM, indicador renda (FIRJAN 2018).....	113
Tabela 13. Função laboral principal por famílias no mês de abril (CECAD, 2024). .....	118
Tabela 14. Faixa da renda total das famílias no mês abril (CECAD, 2024) .....	118
Tabela 15. Faixa da renda familiar per capita no mês de abril (CECAD, 2024).....	119
Tabela 16. Trabalho remunerado nos últimos 12 meses tabulação por pessoa no mês de abril (CECAD, 2024).....	119
Tabela 17. Grau de instrução por pessoa no mês de abril (CECAD, 2024) .....	120
Tabela 18. Existência de banheiro no mês de abril (tabulação por família) (CECAD, 2024)	125
Tabela 19. Moradores em situação de rua no mês de abril (CECAD, 2024). .....	126
Tabela 20. Forma de abastecimento de água no mês de abril (CECAD, 2024) .....	133
Tabela 21. Saneamento em Presidente Figueiredo-AM/ SNIS/2022 e DATASUS/2022.....	134
Tabela 22. Saneamento no Brasil/ SNIS/2022 e DATASUS/2022 .....	134
Tabela 23. Saneamento no Amazonas/ SNIS/2022 e DATASUS/2022.....	134
Tabela 24. Lixo coletado per capita por dia (SNIS, 2021) .....	136
Tabela 25. Forma de coleta de lixo de pessoas inseridas no CAD em Presidente Figueiredo no mês de abril (CECAD, 2024). .....	137
Tabela 26. Calçamento em frente ao domicílio no mês de abril (CECAD, 2024). .....	139
Tabela 27. Forma de escoamento sanitário no mês de abril (CECAD, 2024).....	139

Tabela 28. Água canalizada por número de pessoas cadastradas no CAD no mês de abril (CECAD, 2024).....	140
Tabela 29. Material predominante nas paredes externas do domicílio no mês de abril (CECAD, 2024).....	140
Tabela 30. Material predominante no piso do domicílio no mês de abril (CECAD, 2024) ...	141
Tabela 31. Tipo de iluminação (referência mês de abril) (CECAD, 2024).....	141

## GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento populacional (variável população residente).....	35
Gráfico 2. Crescimento populacional do Amazonas. ....	39
Gráfico 3. População residente, total e indígena, por localização do domicílio e quesito de declaração indígena no Censo Demográfico- 2022.....	76
Gráfico 4. Evolução do crescimento populacional do município.....	85
Gráfico 5. Arrecadação CFEM/AM (2019-2023) .....	96

## LISTA DE SIGLAS

ANM - Agência Nacional da Mineração

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAD - Cadastro Único

CAT - Centro de Atendimento ao Turista

CECAD - Consulta, Seleção, e Extração de Informações do Cadastro Único

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

DPHAC - Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico e Cultural do Estado do Pará

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras

FPM - Fundo de Participação do Município

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMI - Indústria Comércio de Minérios

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Municipal

IFAM - Instituto Federal do Amazonas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAREWA - Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari

MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

MPF - Ministério Público Federal

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NEPECAB - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia

ONU - Organização das Nações Unidas

PA - Programa Plurianual de Ação

PIB - Produto Interno Bruto

PGC - Programa Grande Carajás

PIN - Programa de Integração Nacional

PIM - Polo Industrial de Manaus

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPGEOG - Programa de Pós-Graduação em Geografia

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEDUC/AM - Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas

SEFAZ/AM - Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas

SEMISP - Secretaria Municipal de Infraestruturas e Serviços Públicos

SIN - Sistema Nacional Integrado

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SSP-AM - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas

STF - Supremo Tribunal Federal

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UHE - Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA.....	26
1.1. Urbanização no Brasil e na Amazônia .....	34
1.2. Urbanização precária na Amazônia.....	49
1.3. Apontamentos sobre o desenvolvimento regional.....	59
1.4. Rede urbana e pequenas cidades na Amazônia .....	66
CAPÍTULO II – DO TERRITÓRIO INDÍGENA WAIMIRI ATROARI À CIDADE DE PRESIDENTE FIGUEIREDO – AM.....	76
2.1. Caracterização da área de estudo.....	82
2.2. Histórico de ocupação do município de Presidente Figueiredo (AM) .....	86
2.3. Impactos socioambientais da mineração no município de Presidente Figueiredo ...	91
2.4. Desigualdades socioespaciais em Presidente Figueiredo (AM) .....	106
CAPÍTULO III – URBANIZAÇÃO PRECÁRIA EM PRESIDENTE FIGUEIREDO.....	115
3.1. Assentamentos urbanos precários na cidade de Presidente Figueiredo (AM).....	124
3.2. O papel do Poder Público na municipalidade.....	132
3.3. Condições de moradia .....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	150
REFERÊNCIAS .....	154
APÊNDICES .....	168

## INTRODUÇÃO

Existe uma tendência de se pensar a Amazônia de forma exógena pelos órgãos planejadores do governo federal como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que em 1953 se chamava Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (Porto-Gonçalves, 2001).

Entre os anos de 1966 e 1970 o Estado brasileiro dá início a “Operação Amazônia”, que tinha a prerrogativa de planejar, executar e coordenar o espaço amazônico por intermédio de vários programas visando o desenvolvimento regional, como afirma Brito (1998, p. 20):

O Primeiro foi o Plano Quinquenal que teve vigência de 1967 a 1971; e em seguida o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA I) de 1972 a 1974 constituía a parte regional do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND); e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA II) de 1975-1979 que inscrevia-se no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Ainda nesse contexto foram criados o Programa de Integração Nacional (PIN) que foi o responsável pela construção de 15.000 Km de estradas na região; o Programa de Redistribuição da Terra (PROTERRA); e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Todos esses planos e programas foram financiados por uma forte política de incentivos fiscais e créditos subsidiados.

Após o Ciclo da Borracha (1880-1910), na gestão dos militares (1964-1985) a Amazônia se torna um território importante para o avanço da fronteira agrícola e industrial, sobretudo no setor mineral, onde os investimentos financeiros de empresas nacionais e internacionais vão delinear os empreendimentos na Amazônia até o tempo presente (Porto-Gonçalves, 2001).

Um dos marcos dessa política territorial para a região foi a chamada fase dos Grandes Projetos na Amazônia, ou a implementação da malha técnica e política (Becker, 2005), a construção da rodovia Transamazônica (BR- 230) e a rodovia Belém-Brasília (BR-010) são esforços políticos para conectar a região amazônica para com todo o território nacional e dar apoio logístico às empresas que aplicam o seu capital no espaço amazônico (Becker, 2005).

Outra política de planejamento territorial a ser destacada é o Programa Calha Norte (PCN) iniciado em 1985, com intuito de garantir a Defesa Nacional principalmente nas áreas de fronteira com os países: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) criado em 1990 e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) criado em 1990, se tornaram os principais instrumentos de combate às atividades ilícitas na região de fronteira e ao mesmo tempo garantir a estabilidade territorial. (Nascimento, 2005).

A contradição socioespacial dos grandes projetos repercute diretamente sobre as populações tradicionais na Amazônia, no modo de vida autóctone, como ribeirinhos, pescadores, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades quilombolas, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Porto-Gonçalves, 2001).

O processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização é uma constante na ocupação recente do espaço amazônico, um exemplo recente pode ser visualizado na implantação da usina de Belo Monte em Altamira no Pará, onde parte da população tradicional teve que ser deslocada para outras áreas onde não estavam habituadas a viver (Ravena; Teixeira 2010).

Para repensar as políticas de ordenamento territorial no Brasil é necessário recorrer a um elemento fundamental, como a colonialidade do poder, ser e do saber de países desenvolvidos sobre países subdesenvolvidos. A Europa, nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII, monopoliza e concentra as forças produtivas em seu território, o sistema-mundo praticamente se resumia a este continente, a forma de imposição de valores europeus as suas colônias, era chamada de eurocentrismo (Wallerstein, 1999).

A abertura e a expansão comercial através do período denominado de Grandes Navegações no século XV possibilitou a imposição de um modo de vida civilizatório moderno/colonial, que tende a desqualificar os saberes tradicionais e a explorar, de modo não sustentável, os recursos naturais dos países em desenvolvimento (Wallerstein, 1999).

A pesquisa está sustentada nos métodos histórico e dialético (Gamboa, 2007) e (Gil, 2008) que tem como premissa fundamental descrever a formação histórica do objeto de pesquisa, pelo que já foi publicado e fazer o questionamento do discurso de modernidade e desenvolvimento econômico propagado pela atividade mineradora e Estado.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os impactos dos grandes projetos no processo de urbanização de Presidente Figueiredo-AM, e os objetivos específicos são: verificar o papel do Estado em relação ao município e a cidade, avaliar as condições da urbanização precária na cidade de Presidente Figueiredo, identificar novos vetores da urbanização recente e analisar as condições de moradia das pessoas na cidade.

A pergunta norteadora da pesquisa é: quais as razões para a urbanização de Presidente Figueiredo ser precária? Como hipótese: acredita-se que a exemplo de tantos outros empreendimentos estruturantes na Amazônia, a urbanização da cidade seja precária em

decorrência dos impactos dos grandes projetos e falhas na governança do poder público na cidade de Presidente Figueiredo.

A justificativa se dá pelo fato de as cidades na Amazônia passarem por inúmeras transformações, desde a implantação dos grandes projetos a partir de 1960, muitas dessas cidades mudaram suas formas e seus conteúdos, como é o caso de Presidente Figueiredo-AM. Desde a chegada da Mineração Taboca em 1979, da instalação da Hidrelétrica, da vila de Balbina e vila de Pitinga, portanto, há uma necessidade de acompanhar as transformações e permanências do processo de urbanização da Amazônia. Há ainda carências de estudos mais atualizados no campo da Geografia Urbana e Econômica no Amazonas, além de atender uma agenda de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB) da UFAM.

O trabalho discute no capítulo 1: a produção do espaço urbano, partindo de Henri Lefebvre, passando pela clássica discussão da urbanização do Brasil e na Amazônia, procurando entender as diferenciações da urbanização do território e a urbanização da sociedade na Amazônia e quais seus principais indutores, que com a reconfiguração da região pós-1960 a produção do espaço amazônico é resultado da chamada fase dos grandes projetos na Amazônia. E como o chamado “desenvolvimento regional” se tornou apenas um discurso que na prática não se traduz em benefícios para a população Amazônia.

O capítulo 2 se faz uma caracterização da área de estudo, passando pelo histórico de ocupação do município que segundo Oliveira (2000) a ocupação se dá em razão da construção da BR-174, construção da Hidrelétrica de Balbina e implantação da mina de Pitinga. A posteriori, analisa-se os impactos socioambientais desses grandes projetos em Presidente Figueiredo no início da sua fundação da década de 1980, alguns dos impactos analisados por Oliveira (2000) ainda estão presentes no cotidiano, mas outros que surgiram como: a desigualdade socioespacial, aumento da pobreza urbana, e intensificação da violência e criminalidade na cidade de Presidente Figueiredo.

No capítulo 3 é realizada uma análise da urbanização precária da cidade de forma geral e pontual nos bairros, por meio de dados estatísticos e de trabalho de campo, onde se constatou a precariedade da cidade materializada nas condições inadequadas de moradia das pessoas que vivem nos nove bairros oficiais da cidade de Presidente Figueiredo. O estudo termina questionando a atuação do poder público municipal no tocante ao investimento e aplicação dos recursos da CFEM em melhorias para a população local.

Nestes termos, a análise da pesquisa se concentra na cidade de Presidente Figueiredo, avaliando de que forma a cidade atualmente sofre com os impactos socioambientais da implantação dos grandes projetos e como o poder público apresenta políticas públicas nas mais diversas áreas, visando atender as necessidades básicas da população.

Entende-se haver uma quantidade pequena de trabalhos de pesquisa mais atuais sobre a fase da urbanização que Presidente Figueiredo se encontra, observamos que se passaram mais de 30 anos da publicação da tese de doutorado intitulada: *Cidades na Selva: a Urbanização das Amazonas* de José Aldemir de Oliveira, uma das obras mais importantes sobre a urbanização de Presidente Figueiredo-AM, portanto, há uma necessidade de dialogar com esse trabalho no intuito de dar ênfase ao estudo da cidade.

O método dialético, também chamado de materialismo histórico-dialético, tem com essência os postulados do filósofo e economista Karl Marx, (1818-1883) a visão de análise holística do fenômeno é fundamental para aplicação das leis que regem o método (Gamboa, 2007). As quatro leis fundamentais do método dialético são:

a) ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; b) mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários" (Marconi; Lakatos, 2003, p. 100).

Ação recíproca: entende que o mundo não é estático e sim inacabado, o mundo e os objetos de análise estão em constante movimento formando um complexo processo (Marconi; Lakatos, 2003), assim afirma as autoras:

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (Marconi; Lakatos, 2003, p. 101).

A ideia de processo permeia a lei da ação recíproca e a materialidade dos fatos estão ligados entre si e não podem ser analisados separadamente.

Mudança dialética: diz que todas as coisas caminham para algum lugar pelo movimento e o resultado dessa dinâmica é o processo que pode ser contraditório (Marconi; Lakatos, 2003).

Assim descrevem as autoras:

Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa – essa negação se refere à transformação das coisas. Dito de outra forma, a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. Ora, a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação (Marconi; Lakatos, 2003, 102).

Nesta lei, o processo das coisas se dá por meio das contradições e/ou a negação dessas coisas, neste sentido não existe uma verdade absoluta, haja vista, que as coisas estão sempre em movimento (processo) (Marconi; Lakatos, 2003).

A Passagem da quantidade à qualidade ou mudança quantitativa: esta lei consiste em analisar a passagem da quantidade para a qualidade da análise do objeto, das coisas e dos fenômenos (Marconi; Lakatos, 2003).

Desse modo, as autoras descrevem: “dessa forma, a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento, sofrem mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade” (Marconi; Lakatos, 2003). A mudança quantitativa é o aumento ou a diminuição da quantidade, e esta mudança ocorre de diversas formas e a mudança qualitativa é decorrente da mudança quantitativa (Marconi; Lakatos, 2003).

Interpenetração dos contrários: contradição ou luta dos contrários: ainda partindo da ideia de movimento e processo, suas principais características são: a contradição é interna, a contradição é inovadora e unidade dos contrários (Marconi; Lakatos, 2003). O método histórico faz parte desta pesquisa, e consiste em:

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (Marconi; Lakatos, 2003, p. 106-107).

Estudar os eventos passados para melhor entender o tempo presente é característica central do método histórico, ou seja, de que forma as heranças do passado influenciam a sociedade atualmente. Para tanto, a busca por documentos antigos, fotos, material cartográfico e acervos antigos instrumentos importantes para a análise do método histórico (Marconi; Lakatos, 2003).

Em relação a base de dados, serão utilizados os dados do IBGE, o Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IDHM), os da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), os da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), os do Instituto Trata Brasil, onde se analisa o desempenho do município estudado nos indicadores: saúde, renda, educação, saneamento básico, segurança pública e moradia.

Foi realizada uma pesquisa de campo com uso de formulários com moradores de Presidente Figueiredo, com objetivo de entender melhor as dinâmicas socioespaciais e os problemas urbanos da cidade.

Objetivos da pesquisa com formulários:

1. Identificar o perfil das pessoas que moram na cidade de Presidente Figueiredo.
2. Verificar algumas das principais demandas dos moradores da cidade.
3. Verificar o grau de satisfação dos moradores em relação a cidade.
4. Analisar as demandas da população e o papel do poder público frente a essas demandas.

O público alvo da pesquisa são homens e mulheres que residem em Presidente Figueiredo entre 18 e 70 anos. Totalizando 45 formulários com perguntas objetivas e discursivas e a aplicação foi de 5 formulários em cada um dos 9 bairros urbanos oficiais.

O trabalho de campo está estruturado em cronogramas que contemplam coleta de dados na Casa de Cultura de Urubuí, no Instituto de Terras do município, na biblioteca municipal, e na Secretaria de Meio Ambiente.

A pesquisa de campo procurou documentos e registros históricos dos bairros e limites da zona urbana e rural do município de Presidente Figueiredo, arquivos, fotos antigas e produções cartográficas que ajudassem a construir um mapa da expansão urbana da cidade e de assentamentos precários.

Dentro deste contexto, pretendeu-se realizar um estudo comparativo quanto a transformações e permanências na urbanização de Presidente Figueiredo tendo como base um antes e um depois, tendo como referencial histórico e geográfico e alguns elementos estruturantes da tese de doutorado intitulada: Cidades na Selva: Urbanização das Amazonas de autoria de José Aldemir de Oliveira, defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1994, capazes de contribuir nesse sentido.

Alguns elementos de análise são as vilas de Pitinga, Balbina, a BR-174 e a Mineração Taboca, elementos importantes para se compreender a atual fase do processo de urbanização de Presidente Figueiredo, com ênfase na cidade.

Segue a síntese das principais etapas da pesquisa abaixo (Quadro 1):

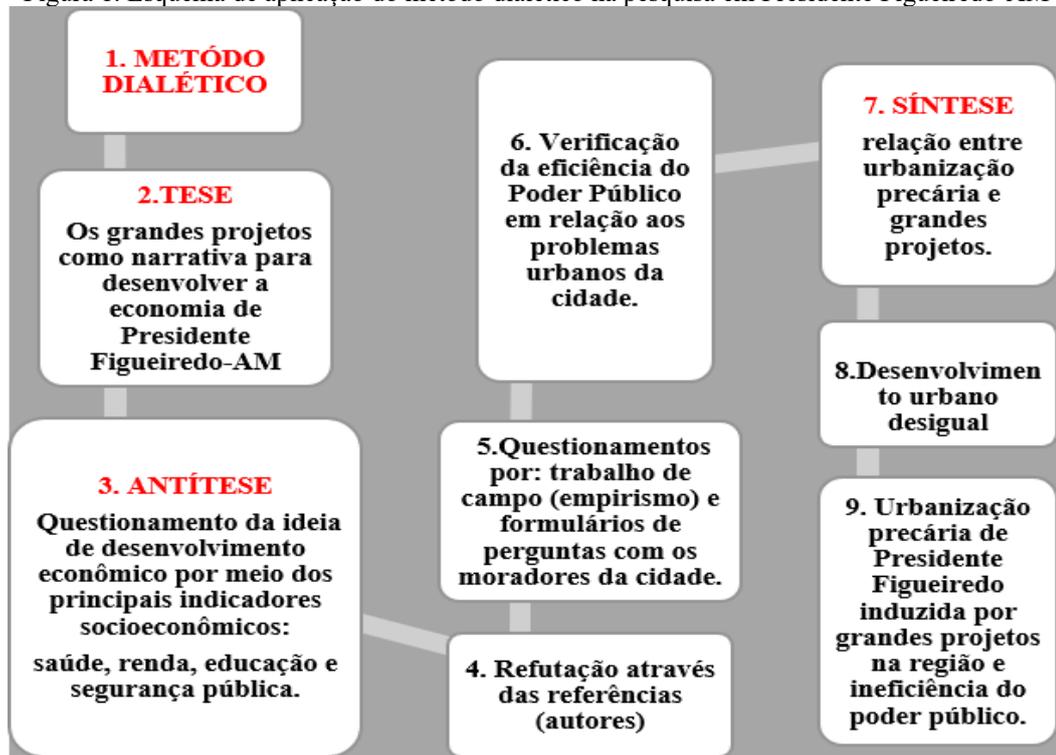
Quadro 1. Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa

<b>1ª Etapa</b>	Levantamento bibliográfico e documental	Leitura e resumos dos textos
<b>2ª Etapa</b>	Levantamento de dados estatísticos	Fontes: IBGE, ANM, SEFAZ, FIRJAN. CECAD, SNIS Etc...
<b>3ª Etapa</b>	Trabalho de campo	Campo em todos os bairros da cidade, aplicação de formulário com pesquisa semiestruturada.
<b>4ª Etapa</b>	Análise e interpretação dos dados obtidos	Produção cartográfica e textual.
Instrumentos utilizados: Máquina fotográfica, celular, computador, papel, prancheta.	Locais visitados no trabalho de campo: cidade de Presidente Figueiredo-AM, Vila de Balbina e repartições públicas.	Público alvo: moradores de Presidente Figueiredo.

Organização: O autor (2023).

Para melhor explicar a aplicação do método dialético na pesquisa em Presidente Figueiredo, temos o seguinte esquema (Figura 1):

Figura 1. Esquema de aplicação do método dialético na pesquisa em Presidente Figueiredo-AM



Fonte: Base de dados SmartArt/Word (2019). Elaboração: O autor (2023).

## CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA

Para entender o espaço atualmente é necessário: uma leitura de autores que construíram uma base conceitual carregada na reflexão crítica acerca daquilo que ficou conhecido como a produção do espaço, portanto, partimos dos pressupostos do materialismo-histórico-dialético, como o filósofo francês Henri Lefebvre. A temática da produção do espaço nas reflexões de Marx e Engels possui ambiguidade e pode ser questionada em uma discussão mais ampla, mas, sim, a sociedade não é inerte, por isso produz sua vida e história. O espaço é resultado de intencionalidades de ordem material e imaterial, onde a abstração e a materialidade são elementos fundamentais para a compreensão da chamada produção do espaço (Lefebvre, 2013).

O homem com sua prática social cria as obras e produz as coisas, embora o conceito hegeliano de produção esteja muito ligado à economia. A racionalidade das coisas traz a ideia de produção que perpassa nas obras de Marx em análise da ambiguidade da luta de classes entre burguesia e proletariado, nesta perspectiva a lógica da produção na indústria é adaptada para teoria da produção do espaço social (Lefebvre, 2013).

O espaço é uma categoria que traz no seu bojo a noção de sociedade, logo ele pode ser produzido, mas também, o espaço existe sem a necessidade de ser produzido, no entanto, não existe produção do espaço sem uma base concreta, abstrata e sem a sociedade. E não há apenas um espaço social, mas, sim vários espaços sociais, cada um com suas especificidades e as múltiplas escalas não anulam a produção deste espaço (Lefebvre, 2013).

O conceito de produção do espaço está atrelado ao modo de produção capitalista urbano-industrial do século XVIII, quando se inicia a industrialização na Europa, o êxodo rural e aumento das cidades e depois o advento da urbanização, o conceito de produção do espaço foi aprimorado (Lefebvre, 2013).

Leibniz trabalha com a ideia de ocupação do espaço e que é necessário a ocupação corpórea do espaço para o mesmo ser efetivamente produzido (Lefebvre, 2013). Em suma, a análise da produção do espaço urbano é extremamente complexa e envolve uma multiplicidade de fatores como a produção e a reprodução das relações socioespaciais não acabadas, que geralmente são mediadas pelo modo de produção capitalista (Toro, 2015). Nessa direção Lefebvre (1976, p. 46) afirma:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro, torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. Essa reprodução

se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder na fragmentação. Esse espaço homogêneo-fraturado não é somente o espaço global do planejamento ou o espaço parcelar do arquiteto e dos promotores imobiliários, é também, o espaço das obras de arte, por exemplo, o do mobiliário e do design. É o estetismo que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado realizando, assim, seu caráter homogêneo e fraturado.

A produção do espaço geralmente é associada às concepções teóricas do materialismo histórico-dialético, tendo como fundamento as teorias do marxismo, as ideias de produção e reprodução são constantes nas obras de Marx. O autor Henri Lefebvre interpreta a produção do espaço de forma multidimensional (Lefebvre, 1976).

Dando ênfase a produção do espaço por intermédio da sociedade, Corrêa (2011, p. 43) comenta:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado” nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

A produção do espaço também é resultado das ações materializadas por agentes sociais e processos sociais que são inseparáveis e agem dentro da regulação jurídica, embora discursam em neutralidade, mas na prática não são, os interesses dos agentes sociais produtores do espaço, agem com uma certa seletividade (Corrêa, 2011).

O espaço urbano capitalista moderno é composto por agentes produtores e indutores, ora produzem, ora induzem o espaço urbano, e o produto social é resultado da acumulação do tempo, a ação dos agentes produtores do espaço acarreta várias transformações neste espaço, como a reorganização, requalificação, uso intensivo do solo urbano, desintegração e desigualdades socioespaciais e esses agentes sociais que constroem e reconstroem a cidade (Corrêa, 1995).

O primeiro agente produtor do espaço são os proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais, são muito capitalizados e precisam de uma extensa área para exercer suas atividades econômicas, e também de áreas mais próximas a portos, rodovias e ferrovias para escoar a sua produção (Corrêa, 1995).

Outro grupo importante são os promotores imobiliários que conceitualmente são profissionais que trabalham em todas as fases do processo do setor imobiliário, que vai desde a concepção, até a venda final do imóvel (Corrêa, 1995; Almeida, 1982).

Dentro deste contexto, estes agentes constroem os imóveis mais sofisticados e de alto valor (solváveis) mas, também constroem imóveis baratos para população com pouco poder aquisitivo, neste caso, busca-se parcerias de financiamento junto ao Estado para subsidiar e abrir linhas de crédito para o mercado imobiliário visando atender a população de baixa e média renda (Corrêa, 1995).

Os proprietários de terras possuem um papel importante na produção do espaço, na zona rural e urbana de um município, sua atuação visa a valorização máxima de um terreno para uma futura comercialização, esses agentes sociais exercem forte pressão sobre o poder público, principalmente municipal, tentando interferir nas legislações referentes ao uso do solo urbano e rural (Corrêa, 1995).

O Estado tem um papel central no contexto espacial, o mesmo sistematiza, organiza, legisla, e regulamenta as práticas espaciais dos demais agentes promotores do espaço, incluindo os grupos sociais excluídos, que são considerados pobres economicamente. Em uma lógica capitalista de desigualdade socioespacial, moram em áreas e habitações precárias, como favelas, cortiços e periferias (Corrêa, 1995).

Os grupos sociais excluídos insistem e resistem na luta por melhores condições de vida na cidade, muitos inclusive, formam movimentos sociais urbanos de grande relevância para a luta pela democratização da habitação, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)<sup>1</sup> (Corrêa, 1995).

No tocante a produção do espaço na Amazônia, em grande parte dos trabalhos publicados versam pelos padrões de organização espacial, que por sua vez não são homogêneos, no entanto, são contraditórios entre si, a saber: o padrão de ocupação denominado de rio-várzea-floresta, e o padrão de organização do espaço: estrada-terra firme-subsolo e nesses dois padrões, se materializam os mais diversos conflitos socioambientais (Porto-Gonçalves, 2001). O autor

---

<sup>1</sup> O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto foi fundado nos anos de 1990 (MTST). O movimento surge nos moldes do Movimento Sem Terra (MST), mas com um foco nas reivindicações ao Estado em favor da democratização e o acesso à moradia, esse movimento social urbano tem como pauta também ocupar imóveis com situação irregular.

nos apresenta dois padrões de ocupação, mas em períodos distintos, ainda sobre os padrões de ocupação ele afirma:

Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica (Porto-Gonçalves, 2001, p. 79).

Por essa reflexão, podemos entender que antes da chamada era dos grandes projetos na Amazônia, a região e as cidades possuíam uma produção do espaço mais voltada para a escala local e regional, e os agentes sociais desenvolviam atividades econômicas mais simples e com forte ligação na floresta e nos rios (Porto-Gonçalves, 2001).

A mediação do Estado brasileiro sob o comando da ditadura militar no tocante ao planejamento e o ordenamento territorial para a Amazônia, atraiu grandes empresas de capital nacional e internacional que aportaram recursos financeiros para “desenvolver” a região amazônica após 1960 (Porto-Gonçalves, 2001).

A ocupação e a produção do espaço da Amazônia, sob o discurso desenvolvimentista e de modernização do território brasileiro na gestão civil-militar, se manifestaram na seguinte forma:

No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores desencadeados pela valorização momentânea de seus produtos no mercado externo. Em meados da década de 1960, o Estado brasileiro toma a si o comando de um novo ciclo do povoamento regional no contexto de um projeto geopolítico voltado à modernização acelerada da sociedade e do território brasileiro (Becker, 2005, p. 401).

Neste caso específico, conforme a autora, a ocupação e produção do espaço amazônico a partir de 1960 teve participação do Estado brasileiro, impulsionado pelos surtos de produtos naturais com vocação para a exportação (Becker, 2005). Sobre a ocupação da Amazônia e a dependência econômica do mercado externo, Becker (2007, p. 24) comenta:

Tal característica se vincula ao fato de que a ocupação na Amazônia hoje se vincula ao fato do que é hoje a Amazônia, do Brasil e de toda a América Latina, constituir um episódio de amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias, formando essas regiões como as mais antigas da periferia da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, constituíram-se no paradigma sociedade-natureza, denominado de “economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e propriedade

infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos.

As principais mudanças estruturais ocorridas na Amazônia no final do século XX foram; 1- a conectividade territorial, rompendo, ainda que precariamente, com o isolamento em relação ao Centro-Sul do país, isso estimulou a migração regional, onde muitos nordestinos e sulistas vieram para trabalhar na Amazônia e com isso contribuir para a urbanização; 2- Mudanças na economia local, com a chegada dos grandes projetos, muitas empresas se instalaram nos municípios, inclusive com atividade industrial, como é o caso de Manaus; 3- Malha Socioambiental que significa estrutura de apropriação do território por meio do capital, e as consequências são: os conflitos pela terra e com os indígenas e as populações tradicionais (Becker, 2007). Uma outra forma de entender o espaço amazônico é através da Geopolítica. Sobre a forma de como a Amazônia se insere na lógica do capitalismo global a autora comenta:

Como a ocupação regional se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a Geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A Geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes foram via de regra mal-sucedidos na sua implementação (Becker, 2007, p. 24).

Estes projetos de ocupação externa no território não tiveram muito êxito e alguns foram fracassados, e muitas dessas frentes econômicas foram instrumentos de controle do território. A inserção da região no processo de globalização perpassa pelo controle do território, perpassa por estratégias de uma geopolítica articulada às instituições público-privadas, onde as intencionalidades na produção do espaço amazônico, esteve atrelada à lógica de exploração de recursos naturais por grandes empresas estrangeiras para fins de exportação (Becker, 2007). Becker chama a atenção ao planejamento regional (1930-1985), segundo a autora a política de Estado teve um papel central na produção do espaço regional, assim:

A partir dos segundo e terceiro quartéis do século XX, acelerou-se sobremaneira o passo do processo de ocupação da Amazônia, marcado pelo planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho do Estado e sua crescente intervenção na economia e no território (Becker, 2007, p. 25).

O que a autora assinala é que a fase inicial do planejamento regional coincide com a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando se estabelece os limites da região por critérios científicos e a implantação de um Programa de Desenvolvimento para Amazônia, na Constituição de 1946. No governo de Juscelino Kubitschek foi quando efetivamente uma

política de Estado conseguiu fazer a integração nacional e regional com a construção da Belém-Brasília e Brasília-Acre e outras rodovias (Becker, 2007).

Durante o padrão de ocupação denominado de rio-várzea-floresta (antes de 1960) a Amazônia vai ser alvo de disputas territoriais e de geopolítica de caráter colonial para holandeses, ingleses, franceses e principalmente para os portugueses. As ordens religiosas e os fortes construídos para proteger a região de invasões estrangeiras, as drogas do sertão e o período da borracha periodizam um padrão ocupacional extrativista e um período econômico importante da Amazônia (Porto-Gonçalves, 2001).

Pós-1960 se estabelece um novo padrão de ocupação denominado de estrada-terra firme-subsolo, os gestores territoriais civis e militares promovem abertura de estradas e rodovias, como a Belém-Brasília, Brasília-Cuiabá-Santarém, e a Transamazônica, também conhecida como BR-230. Neste período, mudanças significativas ocorreram no espaço amazônico, foi o início da era dos grandes projetos na Amazônia (Porto-Gonçalves, 2001).

As estradas são os modais de circulação de pessoas e mercadorias, que coexistem com os rios que ainda são fundamentais no meio de circulação, principalmente na Amazônia Ocidental. O subsolo representa a exploração mineral de empresas do setor no espaço amazônico (Porto-Gonçalves, 2001).

Os modais logísticos foram importantes para integrar a Amazônia, o Programa de Integração Nacional (PIN), serviu de apoio para conectar o espaço amazônico com o resto do Brasil, a famosa frase dos militares “integrar para não entregar” e do “vazio” demográfico foram bastante difundidas para justificar a abertura de estradas na Amazônia (Costa, 1988).

Para dar fomento a esse novo padrão de ocupação na região Porto-Gonçalves (2001) a antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) de 1953, foi transformada para a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e foram institucionalizados os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (PND) (Costa, 1988).

Na ânsia de “desenvolver” a região, os militares lançaram em 1974 um programa de desenvolvimento regional, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) ideia inspirada na teoria Perroux (1967) que entende o processo de desenvolvimento regional a partir de polos econômicos voltados para o potencial de uma determinada região. Com essa premissa, o Estado planeja o desenvolvimento regional de acordo com o potencial econômico destas regiões (Monteiro, 2005).

Nessa conjuntura de produção do espaço amazônico a partir do vetor econômico, surgem os projetos hidrelétricos de desenvolvimento energético para dar suporte aos empreendimentos estruturantes estatais e privados, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará, Usina de Hidrelétrica de Coaracy Nunes no estado do Amapá, e a hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas (Porto-Gonçalves, 2001).

No início de 1998, com a crise no sistema capitalista e a necessidade de renovar as políticas de gestão e ordenamento territorial para a Amazônia, as políticas federais estabeleceram um projeto nacional, que previa 42 projetos de investimentos básicos do Banco Mundial, denominado de “Brasil em ação” (Porto-Gonçalves, 2001).

A produção do espaço no município de Presidente Figueiredo – AM segue também a lógica de apropriação do território para uso corporativo. A Mineração Taboca que possui a Mina de Pitinga, uma das maiores reservas de estanho do Brasil implicou no genocídio do Povo indígena Waimiri-Atroari (CEV, 2012).

Com a abertura da BR-174, rodovia federal que liga Manaus (AM) a Boa Vista (RR), o Exército Brasileiro ficou responsável por desapropriar parte da rodovia para dar acesso a mina do complexo mineral de Pitinga, do grupo Paranapanema, mas os indígenas Waimiri Atroari ocupantes históricos desse território resistiram intensamente contra a construção da BR-174. Estima-se que entre 1972 a 1975 desapareceram 2.000 indígenas neste território, segundo os relatos da Comissão Estadual da Verdade do estado do Amazonas (CEV, 2012).

Para endossar a ideia de produção do espaço violento e que promove a desterritorialização das populações tradicionais e dos indígenas na Amazônia (Malheiros; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 133) afirmam que:

A violência física da morte e dos processos de desterritorialização de povos e comunidades tradicionais, associa-se a devastação sem precedentes dos ecossistemas e de toda a dinâmica geo-bio-física por intermédio de um padrão de acumulação que opera de maneira intensiva sobre os recursos naturais gerando grande rupturas e fraturas metabólicas.

Os autores chamam a atenção para os efeitos espaciais dos grandes projetos na Amazônia, e classificam esses impactos socioambientais de rupturas e fraturas metabólicas. Os processos de modernização do território são, antes de tudo, processos de colonização, que expressam uma colonialidade do ser, saber e poder (Quijano, 2005).

A colonialidade ainda se manifesta na Amazônia por intermédio das grandes empresas transnacionais europeias e norte-americanas, que impõe um modelo civilizatório, que

desconsidera as populações locais e produzem um espaço elitizado e excludente em algumas cidades amazônicas (Porto-Gonçalves, 2001). A produção no espaço na Amazônia é também contraditória e conflituosa, assim afirma Oliveira (1997, p. 5):

A produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho. Este processo coloca como tendência a produção de um espaço controlado e homogeneizado que, no entanto, não se concretiza a sua inteireza, à medida que o novo espaço não se produz excludentemente. Ele reproduz as diferenças e as resistências que não restauram as relações sociais anteriores, mas as recriam em outras dimensões.

Após a chegada dos europeus no século XV na Amazônia, as formas espaciais que foram criadas, em grande medida foram para atender uma estratégia que no primeiro momento foi a exploração, colonização e depois, dos anos de 1940 em diante, a expansão de atividades ligadas ao desenvolvimento regional se deu por intermédio do Estado (Oliveira, 2000).

No caso da região amazônica, o espaço não é produzido apenas pelas relações de classes sociais e relações de produção capitalista. O espaço também é produzido por relações socioespaciais originárias que garantem inclusive sua autonomia na produção e reprodução do espaço na Amazônia (Oliveira, 2000). Ainda sobre a produção do espaço na Amazônia, o autor destaca:

A análise do processo de produção do espaço num lugar específico na Amazônia pressupõe o entendimento que a produção do espaço não se encerra em si mesma à medida que é condição, meio e produto da sociedade. Ou seja, a produção do espaço é aqui considerada no seu sentido mais geral, abrangendo a produção e reprodução das relações sociais (Oliveira, 2000, p. 105).

A produção do espaço na Amazônia não é apenas o meio para a reprodução capitalista, o espaço também é produzido em ambientes para além da cidade capitalista (Oliveira, 2000). Sobre a função do Estado na produção do espaço na Amazônia, Oliveira (2000, p. 150) afirma:

No período mais recente, o papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia é, em primeiro lugar, o de criar as condições gerais para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região. Mas há também objetivos geopolíticos baseados na ideologia da segurança e integração nacional e no controle das crises sociais. Essa ação do Estado toma forma a partir da criação ou reestruturação de vários órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e de empresas estatais cuja atuação não ocorreu de maneira episódica, mas constante como gestores e produtores do espaço.

O Estado brasileiro teve o papel na Amazônia de fomentar as demandas do capital nacional e internacional, captar recursos para a infraestrutura, logística e energia para essas grandes empresas estatais (minorias) e privadas (maioria) se instalarem e operarem na lógica de acumulação capitalista (Oliveira, 2000).

A Amazônia se constituiu um território privilegiado para a expansão do capital, e no caso de Presidente Figueiredo-AM, a produção do espaço é resultado de agentes capitalistas e estatais que se expandiram no território após 1960, com a implantação de uma empresa mineradora, hidrelétrica e projetos agropecuários (Oliveira, 2000).

A cidade de Presidente Figueiredo como forma espacial, ainda hoje recebe a influência da produção espacial oriunda de grandes projetos na Amazônia, como a BR-174 (Oliveira, 2000). Todos os dias, carros, ônibus e principalmente caminhões passam pela rodovia federal transportando pessoas e mercadorias.

### **1.1. Urbanização no Brasil e na Amazônia**

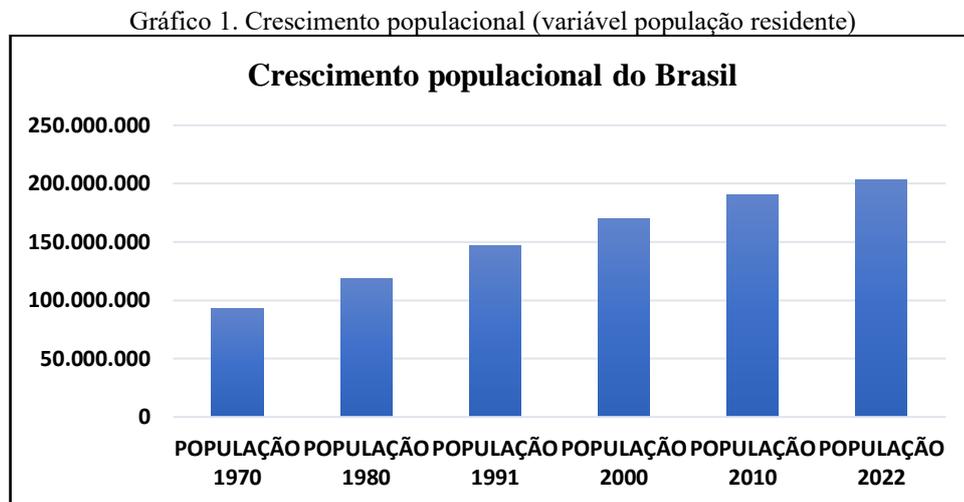
Estudar a urbanização brasileira é condição primordial para compreendermos a organização do território, desde a colonização portuguesa as vilas e povoados se transformaram em cidades, umas mais dinâmicas, outras nem tanto. O fato é que a urbanização do Brasil segue a uma estruturação baseada nos ciclos econômicos que deram a feição atual do espaço urbano nacional (Santos, 1993).

A urbanização é considerada um fenômeno processual que marca a passagem da concentração das atividades do meio rural para a cidade e se caracteriza pela concentração espacial de uma população e difusão de sistemas de valores, atitudes, comportamentos do que pode se chamar de “cultura urbana” (Castells, 1983).

Ou seja, é a tecnificação do espaço associado a novos hábitos desprendidos do espaço rural e o adensamento populacional mediado e intensificado pela industrialização mundial, que coloca o campo na condição de subordinado à cidade, ‘esvaziado’ e dividido espacialmente (Castells, 1983).

A urbanização brasileira pode ser entendida como um processo e um espaço tecnicamente construídos pela intensificação e o crescimento de uma série de variáveis da evolução socioeconômica que se cristalizam na forma concentrada de cidades (Geiger, 1973). E o capitalismo urbano-industrial brasileiro se expandiu por essas variáveis, e esta urbanização é mais do que o crescimento físico das cidades, é também a reestruturação do espaço nacional articulado à globalização (Geiger, 1973).

A cada década a população urbana no Brasil aumenta, embora observa-se a desaceleração desse crescimento. Em 1970 a população urbana brasileira era aproximadamente de 52.097.260 habitantes, no Censo Demográfico de 2000 a população urbana chega a 137.925.238 habitantes, e no Censo Demográfico de 2010 a população urbana chega a pouco mais de 160 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970, 2000, 2010) (Gráfico 1).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022).

Segundo os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) a população total brasileira é de 203.080.756 milhões de habitantes, o país alcançou uma taxa de densidade demográfica de 23,86 hab/km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2022).

O Brasil se insere na lista dos países que tiveram sua industrialização tardia na América Latina, e o processo de urbanização no país tem seu início ainda no final do século XIX, a intensificação ocorre na segunda metade do século XX, este processo passou por várias fases, até chegar os dias atuais (Villaça, 1999).

A urbanização brasileira é, em grande medida, a intensificação do processo de industrialização, como afirma Cano (1989, p. 67 *apud* Cardoso; Santos; Carniello, 2011, p. 1):

O avanço da industrialização, a partir da década de 60, ampliaria sobremodo seu poder modernizador sobre a agricultura. Contudo, esse poder foi parcial, tanto no sentido de que o progresso técnico atingiu majoritariamente alguns setores agrícolas e algumas regiões, como pelo fato de que o êxodo rural - tanto o gerado pelo progresso quanto o gerado pelo atraso - foi só em parte absorvido pela economia urbana.

A industrialização no Brasil foi de suma importância para o atual estágio da urbanização e as bases estruturantes da industrialização no Brasil surge em 1950 com o forte apoio do Estado

brasileiro (Santos, 1993). A passagem de um país agrário-exportador para urbano-industrial, acarretou um intenso êxodo rural no território brasileiro e entre o final do século XIX e o início do século XX é quando ocorre a aceleração da urbanização brasileira

A acumulação de capitais e a construção de uma base logística fomentada pelo Estado brasileiro, contribuiu significativamente para o país ser urbano-industrial e a crise cafeeira e o modelo de substituição de importação foram as estratégias adotadas pelo Estado para o desenvolvimento e a consolidação da urbanização brasileira (Santos, 1993).

Este processo de urbanização foi heterogêneo, desigual e concentrado. A região do Centro-Sul foi a que mais se urbanizou deste o período do Café<sup>2</sup>, e a partir dos anos de 1980 ocorreu o lento processo de desconcentração da industrialização brasileira, e por conseguinte também, um intenso processo de urbanização em outras regiões do Brasil, como a Amazônia e o Nordeste nos anos de 1990 a 2000 (Santos, 1993).

A urbanização no Brasil é resultado da expansão do capitalismo industrial que traz no seu bojo a essência do desenvolvimento e a modernização do território, e a cidade sendo a base para a produção e a reprodução do capital nacional e internacional (Santos, 1993).

De modo geral, a organização interna das cidades brasileiras, são muito precárias e caóticas e conforme Santos (1993, p. 95):

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas, problemas como o do emprego, habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e da saúde, são genéricos e revelam enormes carências.

O autor afirma ainda que as cidades com maior porte populacional tendem a ser mais precárias, apesar da intensa atividade capitalista, pois ainda possuem poucos investimentos do poder público no tocante à urbanização, em detrimento dos seus muitos e complexos problemas urbanos. De modo geral, a precariedade é recorrente nas cidades no Brasil e muitos dos problemas urbanos das cidades do país são das áreas da infraestrutura, saneamento, saúde, renda e educação (Santos, 1993).

Santos (1993) entende que a forma como as cidades brasileiras organizaram-se ao longo do tempo revela que a problemática urbana é estrutural e pouco foi realizado pelo poder público

---

<sup>2</sup> A economia nacional é marcada por períodos, um deles foi do Ciclo do Café, que durou entre os anos de 1880 a 1930, quando a base da economia do Brasil era dependente da produção e exportação de café.

para tentar minimizar os problemas urbanos históricos das cidades brasileiras. Os problemas urbanos persistem ao longo da história da urbanização brasileira (Santos, 1993).

Esse modelo de capitalismo periférico que foi imposto para a América Latina, constituído na reprodução do capital em detrimento da exploração da força de trabalho, e como consequência a concentração de renda, acentuou as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, foi um modelo baseado na exclusão e na segregação socioespacial, mas que não é percebido na cidade como uma forma espacial, mas na escala global (Santos, 1993).

É importante compreender que a urbanização do território brasileiro é caracterizada pelo processo de crescimento demográfico e que consiste no aumento exponencial da população brasileira nas cidades e os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística corroboram com essa informação (Santos, 1993).

Santos (1993, p. 125) faz a seguinte afirmação sobre a urbanização brasileira:

Estariamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em uma outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos. Trata-se, na verdade, de metáforas, pois o urbano também mudou de figura e as diferenças atuais entre a cidade e o campo são diversas das que conhecíamos há alguns poucos decênios.

Por esta definição, compreendemos que a urbanização do território, isto é, a difusão das técnicas, objetos, nexos de modernização e os sistemas de engenharia é que dão as formas espaciais para as cidades mais corporativas, como São Paulo (Santos, 1993).

O filósofo Henri Lefebvre discutiu o conceito da urbanização com ideia semelhante a de Milton Santos. O filósofo trabalha com o conceito urbanização da sociedade urbana, ou seja, as transformações socioespaciais no campo, a exemplo da modernização agrícola iniciada nos anos de 1960 (Revolução Verde), tenderia levar a sociedade a viver predominantemente no contexto da urbanização (Lefebvre, 1976).

A urbanização da sociedade necessariamente implica na mudança de arranjos espaciais mais modernos do ponto de vista estrutural e também da constituição da virtualidade do modo de vida urbano, estando contida em espaços não urbanizados (Santos, 1993). Acerca da urbanização da população brasileira (Santos, 1993, p. 69) discorre:

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a

revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva- dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes).

A urbanização se torna concentrada no território brasileiro a partir de 1970. Os núcleos urbanos mais populosos vão surgir em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades que depois vão se transformar em metrópoles nacionais (Santos, 1993). Mesmo em países desenvolvidos, a urbanização ainda apresenta lapsos de ineficiência e desigualdade socioespacial, e muitos de seus problemas urbanos, são reflexos de intensos fluxos migratórios e de ausência ou falhas de planejamento urbano a longo prazo (Davidovich, 1977). Discorrendo sobre a urbanização no país, Davidovich (1977, p. 88-89) enfatiza:

Em nosso país, a essas dificuldades de definir objetivos da urbanização e de política urbana se acrescentam outras tantas, de tendências contraditórias, decorrentes, por exemplo, das elevadas taxas de crescimento demográfico e de habitantes da cidade e, a um tempo, da perspectiva de controle do sistema nacional, na medida que este é manejado para o tipo de crescimento adotado. Efetivamente, a filosofia do desenvolvimento no país tem se apoiado em investimentos prioritários no segmento urbano, em detrimento do segmento rural.

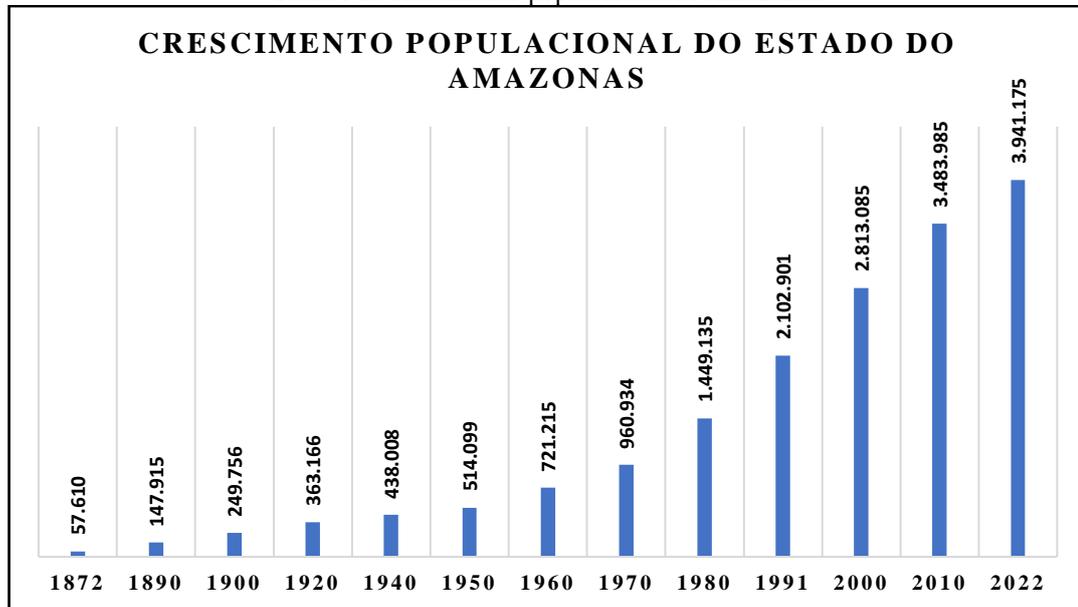
A autora ainda ressalta a dificuldade de integrar as políticas urbanas federais a regionais e municipais. O modelo de organização espacial se ancora na urbanização e não no campo, as dissonâncias das políticas urbanas federais podem ser vistas hoje, um exemplo é o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que na sua implantação não considera muito as particularidades regionais e locais das habitações que estão sendo construídas (Davidovich, 1977). Como alternativa para minimizar este problema Davidovich (1977, p. 89) propõe:

Do que foi brevemente exposto, conclui-se que, assim como diferentes processos de urbanização não podem ser interpretados à luz de um único modelo conceitual, estratégias e políticas urbanas não devem se caracterizar pela uniformidade de objetivos para regular esses processos. Deste modo, ressalta a conexão necessária entre o conhecimento dos processos na sua especificidade e a correspondente ação do planejamento.

O sistema urbano brasileiro pode ser definido por uma complexidade que resulta de superposições e interpenetrações de estruturas espaciais construídas em diferentes momentos da história do país, portanto, é necessário cada vez mais se discutir planos de urbanização nacionais alinhados às realidades locais (Davidovich, 1978).

Podemos verificar o crescimento populacional e números absolutos de 1872 a 2022, a população do estado do Amazonas cresce a cada contagem e o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem os seguintes dados (Gráfico 2):

Gráfico 2. Crescimento populacional do Amazonas.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Organização: O autor (2023).

Mais da metade da população do estado do Amazonas mora na capital Manaus e o município possui aproximadamente 2.063,689 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). A urbanização e metropolização de Manaus se justifica pela implementação da Zona Franca de Manaus nos anos de 1967 (Trindade Jr, 2015).

O debate acerca da urbanização na Amazônia tem sido recorrente entre os geógrafos, por isso, elencamos alguns autores para a discussão a seguir: urbanização segundo Browder e Godfrey (1990), os autores desconstruem o conceito de Amazônia enquanto uma região florestal com predominância de áreas rurais, ocupadas de maneira espalhada por indígenas, seringueiros, pequenos agricultores e outros camponeses (Browder e Godfrey, 1990). Essa imagem permeou o imaginário socioespacial de brasileiros de outras regiões do Brasil, imagem de uma região com baixa densidade demográfica, florestal e inóspita (Browder e Godfrey, 1990).

Apesar de haver ainda uma extensa área rural na região amazônica, as cidades grandes e médias avançaram no processo de urbanização desde os anos de 1980 (Browder e Godfrey, 1990). O interior da Amazônia desenvolve um processo de urbanização a partir de 1980, enquanto o resto do Brasil desenvolve a sua urbanização no início dos anos de 1950 (Browder e Godfrey, 1990).

Cerca de 30 anos depois da Amazônia ter iniciado seu processo de urbanização, verifica-se o aumento populacional, a tecnificação do espaço e a concentração demográfica e do setor de serviços nas duas maiores cidades e metrópoles da Amazônia, Belém e Manaus. Comentando acerca da urbanização da Amazônia Browder; Godfrey (2006, p. 20) afirmam:

Longe da letárgica e insular ribeirinha, descrita por antropologistas, há apenas uma geração atrás, o corrente foco de assentamento regional são as, voláteis, boom-towns, fervilhando com animadas atividades, entranhadas no interior da floresta amazônica [...] Outras crescem tornando-se assentamentos urbanos permanentes de importância contínua, verdadeiras “cidades da floresta”.

Em 1950, mais de dois terços da população da região amazônica reside nos municípios de Belém e Manaus, tornando assim a estrutura urbana da Amazônia em assimétrica. A implantação da Zona Franca de Manaus em 1967, impulsionou o crescimento demográfico e econômico da cidade, que se tornou a metrópole da Amazônia Ocidental (Browder e Godfrey, 2006). A lógica da produção capitalista e a urbanização na Amazônia estão nas reflexões dos autores, e assim dissertam:

Centros urbanos na Amazônia são encruzilhadas tecnológicas que ligam atividades específicas aos circuitos globais de informação e câmbio. Tecnologias modernas, agora evidentes nas esquinas mais distantes da região amazônica, ligam áreas uma vez isoladas a uma extensiva rede de influências externas e fluxos migratórios: adições recentes a paisagem regional incluem antena de satélite, torres de comunicação, estradas pavimentadas, barragens hidrelétricas gigantes, ferrovias de alta velocidade e aeroportos internacionais (Browder e Godfrey, 2006, p. 32-33).

Para os autores, o fenômeno da urbanização na Amazônia se justifica através de forças que atuam a nível local (comunidade-município), regional (Estado e instituições de governo regional) e global (empresas transnacionais), formando assim uma rede urbana desarticulada (Browder e Godfrey, 1997).

E na medida que os núcleos urbanos são inseridos, a economia nacional tende a se desarticular localmente das metrópoles regionais, resultando em espaços fragmentados, que podem refletir no baixo dinamismo urbano e econômico dos centros urbanos menores que as metrópoles (Browder e Godfrey, 1997). Todos estes desalinhamentos dos agentes, dos processos e das escalas fazem da Amazônia uma rede urbana desarticulada (Browder e Godfrey, 1997). Este espaço desarticulado (fragmentado) contribuiu para o delineamento de duas tipologias de fronteira urbana na Amazônia:

1- A populista, onde predomina a força de trabalhadores autônomos. E em geral, migraram em decorrência de “surto” econômicos de exploração dos recursos naturais, a exemplo da atividade de garimpo (Browder e Godfrey, 1997).

2- A corporativa, resultante dos grandes projetos de desenvolvimento planejados pelo Estado a exemplo de construção de projetos de infraestrutura logística e hidrelétrica (Browder e Godfrey, 1997).

Vale ressaltar que não só os grandes projetos de capital internacional foram importantes para a urbanização da Amazônia, mas também outros fatores como o do capitalismo local e nacional, isto se refletiu nas formas espaciais das cidades na Amazônia, que no passado foram ribeirinhas e hoje são cidades com densidade urbana e com uma ampla rede comercial (Hurtienne, 2001).

Para Thomas Hurtienne, a urbanização na Amazônia é medida pela dimensão demográfica, onde os aglomerados que alcançarem 20.000 habitantes, podem ser considerados núcleos urbanos e cidades, sua análise consiste na abordagem quantitativa e estatística. Outro fator importante para esse estudo, se justifica que nos dados dos censos demográficos de 2000 em diante, apontam que 70% da população na Amazônia mora em cidades (Hurtienne, 2001).

Há de se questionar o estudo da urbanização na Amazônia, apenas pelo aspecto demográfico e estatístico, pois parece arbitrária e unilateral e com apenas um elemento para a formulação conceitual, tornando a noção de urbanização pouco consistente teoricamente, no entanto, importante para discussões conceituais (Trindade Jr, 2013).

A professora Bertha Becker, teve uma significativa produção científica sobre a urbanização da Amazônia em suas obras. A geógrafa discute a relação das mudanças estruturais na região associada à urbanização e estrutura de povoamento.

Segundo a autora, um dos principais impactos negativos da urbanização na Amazônia foi o crescimento demográfico nas cidades e principalmente nas metrópoles, ela chamou este fenômeno de urbanização sem uma base produtiva industrial e como consequência a formação de periferização nas cidades (Becker, 2007).

Nem todos os núcleos urbanos na Amazônia receberam parques industriais em seu território, por isso, nem todas as cidades sofreram com os impactos socioespaciais da industrialização na Amazônia (Becker, 2007).

A noção de fronteira nas obras de Becker tem um papel de relevância, para ela a Amazônia se tornou uma fronteira econômica de capital privado e de controle e monitoramento do Estado (Becker, 1990). A fronteira é um local onde o modo de produção capitalista é capaz de mudar morfológicamente o espaço anterior, o que era rural pode se transformar em urbano. Em síntese, a fronteira urbana é uma das expressões da fronteira do capital, e a mobilidade da força de trabalho tem destaque nesse processo de urbanização e a fronteira já “nasce” urbana (Becker, 1990). Ainda sobre fronteira a autora ressalta:

A fronteira não é um fenômeno isolado. Ela é definida em relação a um espaço estruturado e sua potencialidade alternativa é circunscrita a limites impostos pela formação social em que se situa. A expansão da fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil, neste final do século XX, no sistema capitalista global articulado aos interesses do capital industrial e financeiro, com a mediação do Estado, isto é, a “mundialização” contemporânea decorrente da nova escala relação-capital-trabalho (Becker, 1990, p. 16).

Embora o debate de fronteira urbana e econômica seja marcante nas obras de Bertha Becker, dada a heterogeneidade da Amazônia, o processo de urbanização de cada cidade é particular, mas em geral seguem uma tendência geopolítica e capitalista (Becker, 1990). E assim a mesma amplia a discussão:

Múltiplas formas de urbanização emergiram na Amazônia, desde o crescimento explosivo das antigas cidades localizadas à beira das estradas até a geração de novos e de inúmeros povoados fortemente instáveis. Eram processos de urbanização espontâneos e, nos anos de 1970, um processo explicitamente dirigido por meio do urbanismo rural, que criou cidades ou fortaleceu projetos de colonização ao longo dos novos eixos de circulação, para atrair o povoamento e organizar o mercado de trabalho (Becker, 2013, p. 326).

É importante relativizar o estigma do baixo dinamismo urbano que acompanhou a urbanização da Amazônia, os surtos econômicos na região em grande medida não se converteram em cidades de forte estrutura econômica e política. A hipótese é que esses surtos não foram capazes de propor uma nova divisão do trabalho capaz de mudar estruturalmente a economia (Becker, 2013).

Como os processos de construção de núcleos urbanos são capitalistas e políticos, o dinamismo urbano perpassa pela natureza do trabalho e da renda e assim, novas cidades são criadas na Amazônia, em razão de cada novo projeto econômico e político que surge na beira das estradas e dos rios (Becker, 2013).

Ainda sobre o dinamismo das cidades amazônicas (Becker, 2013, p. 51) destaca:

Cidades dinâmicas na Amazônia são poucas, como visto, as que existem são sobretudo graças ao comércio associado a posições favorecidas quanto à circulação, aos recursos e a privilégios políticos. No caso das metrópoles, o dinamismo é devido a fluxos inter-regionais e internacionais a uma indústria moderna, no caso singular de Manaus.

Por esta análise, a economia é o aspecto central de aferição do dinamismo urbano, e a metrópole Manaus é a que possui maior dinamismo econômico na Amazônia, devido a criação do Polo Industrial de Manaus (PIM) que a colocou no ranking dos maiores PIB do Brasil (Becker, 2013).

A urbanização da Amazônia aconteceu tardiamente em relação ao resto do país, apenas no final dos anos de 1970 é que a região se tornou predominantemente urbana. Apesar de críticas em relação a ausência de um planejamento urbano regional, a urbanização de fato era uma das preocupações nos planos de ocupação da fronteira agrícola na década de 1960 e houve um forte incentivo para a migração regional, oriunda principalmente de pessoas vindas da região Nordeste do país, muitas delas fugindo da seca do sertão nordestino (Becker, 2001).

A urbanização na Amazônia, foi diferente do resto do Brasil em vários aspectos já expostos. O fator logístico teve um papel muito importante na formação e consolidação de novos núcleos, assentamentos urbanos e cidades que foram formadas às **margens da BR-010**, rodovia Belém-Brasília (Becker, 1978). E de certa forma, o Programa de Integração Nacional (PIN) contribuiu para o processo de urbanização da região, conectando a região Norte com as outras regiões no Brasil (Becker, 1978).

Uma outra forma de compreender a urbanização é partir do modo de vida urbano, e não necessariamente pela estrutura da cidade no espaço, mas principalmente pela concepção de uma sociedade urbana (Lefebvre, 2008).

A partir de teorias de Henri Lefebvre, o conceito de urbano, tem estreita relação com valores, princípios e práticas urbanas e não necessariamente a forma espacial da cidade. Neste sentido, o fenômeno urbano transcende o espaço tecnicamente construído e modificado. A ideia de difusão da sociedade urbana e de um modo de vida urbano é exposta a seguir por Oliveira (2000, p. 186-187):

Aqui o urbano se impõe como base inicial de um processo. A cidade surge no início e não como resultado do processo, estando associada à expansão de novas atividades e servindo como suporte destas, tanto no plano econômico quanto principalmente no institucional. Não há como na frente pioneira do norte do Paraná cidades próximas umas das outras. Na Amazônia, a fronteira nasce urbana não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo

predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar.

O urbano é apenas o início de um processo de propagação de valores e comportamentos típicos da cidade e que pode até se estender para o meio rural, uma vez que a fronteira urbana na Amazônia nasce urbana também pelo estilo de vida urbano e não necessariamente pelo domínio da cidade na paisagem. A presença do Estado foi fundamental na construção de um novo padrão de urbanização na Amazônia, os grandes projetos, foram e ainda são hoje elementos estruturantes da urbanização da Amazônia (Oliveira, 2000).

Mas não podemos reduzir a urbanização da Amazônia apenas pelo planejamento estatal e a abertura das frentes econômicas dos grandes projetos. É preciso compreender a heterogeneidade da região e a formação espontânea de cidades, vilas e núcleos urbanos (Oliveira, 2000). Reforçando a pluralidade da Amazônia o autor faz um comentário:

Mas a questão não se resume à dinamicidade das cidades, quer do ponto de vista da dinamicidade das cidades, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista demográfico. É preciso compreender, que o modo como o grupo se organiza para produzir e atender às suas necessidades não explica per se toda a sociedade. Também, o processo de produção não se completa e nem se encerra em si mesmo. Considerar apenas o econômico e/ou mesmo colocá-lo em primeiro plano, choca-se em numerosas objeções. Estudar a sociedade a partir do ou exclusivamente das dimensões quantitativas tornando-as separadamente destrói qualquer perspectiva de compreender o processo de produção da sociedade, entendendo a produção no sentido mais amplo. Esta maneira de analisar a sociedade não capta as transformações e o vivido e não abre caminho para o entendimento da vida, pois as relações sociais de produção encerram múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas (Oliveira 2000, p. 204).

O autor analisa o processo de urbanização na Amazônia para além dos parâmetros gerais de demografia, economia e participação do Estado. A produção do urbano na região teve forte influência dos povos indígenas. É preciso não só elencar os elementos do processo de urbanização, mas entender como ocorre a organização dos sujeitos no espaço de forma holística (Oliveira, 2000).

Existe a hipótese de que a urbanização e a expansão econômica na Amazônia acarretam contradições sociais e econômicas, e a destruição das formas espaciais pré-existentes e segundo (Oliveira, 2000, p. 31):

A hipótese é que a expansão da fronteira na Amazônia se dá a partir de um processo contraditório, baseado num tripé: a destruição das formas espaciais existentes, a criação das resistências e a reconstrução das formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados.

O capital ao se expandir na fronteira, tende a desconsiderar o passado na dimensão do vivido, dando pouca autonomia para o futuro da população local. E este processo perverso de expansão do capital na Amazônia, não só destrói a natureza, mas também o modo de vida dos indígenas e das populações tradicionais, principalmente pelo processo de desterritorialização que este capital promove (Oliveira, 2000). O processo de urbanização da Amazônia passou por várias fases em diversos períodos históricos, como vemos a seguir (Quadro 2):

Quadro 2. Relação da evolução da urbanização na Amazônia e suas principais condicionantes.

PERÍODO	CONDICIONANTE	ESTRUTURA DECORRENTE
Séc. XVII a 1850	Missões e ibéricos	Vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes, nos sítios de maior densidade de população indígena.
1851 a 1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Proto-Urbana
1892 a 1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz - Belém
1913 a 1965	Declínio da borracha	Estagnação local e primazia de Manaus
1966 a 1985	Intervenção do Estado	Urbanização regional
1986 a 1990	Retração do Estado	Desconcentração - padrão dos eixos fluvial/ viário
1991 a 1996	Diminuem migrações	Macrozoneamento regional
1997 a 2000	Descentralização do Estado	Cidades ligadas ou não à rede urbana nacional e/ou internacional.

Fonte: O autor (2024) adaptado de Kampel, Câmara e Monteiro (2001).

As políticas territoriais traçadas pelos portugueses antes de 1850, como a chamada era do marques de Pombal foram importantes para servir de base para os processos territoriais que viriam a surgir a posteriori. O quadro acima mostra a evolução cronológica da urbanização na Amazônia, que inicia ainda no século XVII, com a presença do colonizador português e com os missionários católicos fundando os primeiros povoados e vilas, inclusive, vários fortes foram construídos pelos portugueses com o propósito de proteger a sua posse da Amazônia de invasões estrangeiras, essas construções foram vetores para o início das primeiras aglomerações populacionais (Corrêa, 1987).

Essas vilas e povoados foram consolidados no início da exploração da borracha na Amazônia, a partir desse momento, surge o padrão dendrítico de organização espacial voltado para os rios amazônicos e um grande fluxo migratório, principalmente de origem nordestina (Corrêa, 1987).

Com o apogeu da borracha, Belém e Manaus ganharam destaque no contexto da urbanização amazônica, na época eram as cidades mais importantes da região. O processo de urbanização destas cidades seguiu o modelo de embelezamento urbanístico de Paris, com a construção de teatros, parques, praças, alargamentos de vias e etc. (Corrêa, 1987).

Após o declínio da economia da borracha, as duas cidades entram em estagnação econômica e após os anos de 1960, começa o processo de metropolização que vai culminar em

novos modais logísticos induzindo o aparecimento e o crescimento de muitas cidades nas margens de rodovias (Corrêa, 1987).

O professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior propõe várias tipologias de cidades na Amazônia, dadas as suas especificidades locais e regionais é preciso estabelecer parâmetros de classificação adequados para cada caso (Trindade Jr, 2010).

Segue algumas das principais tipologias: “cidades da floresta” são aquelas que tiveram grande relevância até 1960, são pequenas cidades com influência dos rios e intensa simbiose com a natureza. Apresentam características mais rurais e com relações mais horizontais (próxima e local). Após 1960, essas cidades se reestruturaram e possuem pouca influência política e. (Trindade Jr, 2010b).

No contraponto, surgem as “cidades na floresta”, são cidades que surgiram de maneira exógena à região e a partir de 1960 com a influência direta dos grandes projetos, atendem a interesses e demandas externas ao seu lócus (Trindade Jr, 2010b). São enclaves de caráter urbano-industrial no meio da floresta, esses núcleos urbanos foram impactados com as frentes de expansão capitalista e com os novos nexos de modernização do território (Trindade Jr, 2010b). No geral, as “cidades na floresta” exercem mais centralidade econômica do que política, mas, há casos de cidades que exercem igualmente tanto uma como a outra centralidade (Trindade Jr, 2010b).

Não confundindo com a *company town* (cidade empresa) as cidades empresa na Amazônia, são núcleos urbanos que foram planejados por empresas privadas ou estatais, para ser a base de empreendimentos estruturantes na Amazônia e são núcleos urbanos com boa infraestrutura, como: Monte Dourado-PA, Carajás-PA, Pitinga-AM e Balbina – AM (Trindade-Jr, 2010b).

O professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. trabalha com o conceito de urbanodiversidade, em detrimento de várias tipologias de cidades que se apresentam na Amazônia. Trindade Júnior (2010b) entende que os conceitos de biodiversidade, sociodiversidade e diversidade cultural pode ser a base para o conceito de urbanodiversidade, o mesmo destaca abaixo:

É neste sentido que a urbanodiversidade aparece como premissa de reflexão e de ação na construção de teorias e de agendas urbanas que superem o simples pensamento abstrato. Este, mesmo não sendo necessariamente universal, se propõe, algumas vezes, a ser hegemônico. Da mesma forma, a diversidade territorial e urbana, que considere a desigualdade e a diferença, parece se colocar elemento que estimula ações, no âmbito das políticas territoriais e

urbanas, no sentido de superar a simples obrigatoriedade no ato de planejar, com base em documentos legais, para se tornar efetivamente um conjunto de ações de gestão pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis a realidade socioespacial, por sua vez, apresenta-se de forma plural e diversa (Trindade Jr, 2010b, p. 253).

É possível inferir que há multiforme urbanizações para a região amazônica, o autor também analisa as políticas públicas urbanas para a Amazônia, e muitas delas como de praxe são exógenas, principalmente as de habitação, geralmente as políticas federais que não se adequam às particularidades locais (Trindade Jr, 2010b).

Portanto, é necessário que haja mais estudos e cuidado ao aplicar planejamentos urbanos que causem dissonâncias na urbanodiversidade amazônica, ou seja, as leituras da diversidade urbana são essenciais para políticas públicas urbanas mais efetivas para a Amazônia (Trindade Jr, 2010b). Para compreendermos melhor as diferentes proposições da urbanização da Amazônia, elencamos os autores a seguir (Quadro 3):

Quadro 3. Síntese das diferentes proposições da urbanização na Amazônia.

AUTOR	TESE	PROPOSIÇÃO
Becker	“Selva urbanizada”	Fenômeno diretamente ligado à expansão da fronteira econômica, que já nasce urbana.
Browder & Godfrey	“Urbanização polimorfa e desarticulada”	Diferentes formas de interação socioespaciais e de formações microssociais híbridas como elementos marcantes da urbanização regional.
Hurtienne	“Urbanização estatisticamente descritória”	Patamar de 20.000 habitantes para definir o que é rural e o que é urbano na Amazônia.
Machado	“Tendência à ruralização”	Presença de municípios de formação recente com uma tendência predominantemente rural.
Monte-Mór	“Urbanização extensiva”	Extensão do urbano para além das cidades, por meio de seus valores e de seus modos de vida.
Oliveira	“Difusão da sociedade urbana”	Difusão marcante do modo de vida urbano da região, mas não do domínio da cidade na paisagem.

Fontes: Browder e Godfrey (1997), Machado (2000), Oliveira (2000), Hurtienne (2001), Monte-Mor (2004), Becker (2004). Elaboração: Trindade Jr (2013).

A ideia de sociedade urbana proposta por Henri Lefebvre, idealizada para a Europa, consiste na manifestação do fenômeno do urbano no espaço francês (Trindade Jr, 2013). Mas não necessariamente a cidade como a expressão deste fenômeno, mas sim um modo de vida urbano externalizado na paisagem (Lefebvre, 1976). O professor José Aldemir de Oliveira trabalhou com o termo difusão da sociedade urbana, baseado nas ideias de Lefebvre, na obra *Revolução Urbana*.

A proposta teórica de Oliveira (2000) em pensar a urbanização da Amazônia, a partir do modo vida urbano, se enquadra para a realidade das cidades amazônicas, em particular a cidade de Presidente Figueiredo no Amazonas. Semelhantemente a teoria elaborada por Becker (2004) em compreender que fronteira econômica é também uma fronteira urbana, ainda que não seja necessariamente a tecnificação do espaço, mas sim pelos valores, costumes e comportamentos do urbano na floresta, por isso a ideia da floresta “urbanizada”.

Oliveira (2000) compreende que o conceito de urbanização da Amazônia tem mais relação com o modo de vida urbano e não necessariamente com o domínio da cidade na paisagem. A urbanização da Amazônia, como mostra a literatura, está atrelada aos seus padrões de ocupação. Ao invés do rio como único modal, agora tem-se a rodovia como um dos principais modais, tornando assim uma região estruturada em multimodais que são importantes espaços de circulação de pessoas e mercadorias que chegam a muitas cidades (Trindade Jr; Rocha, 2002).

Várias tipologias de cidade são formuladas e uma delas é a chamada de *company-town*, (cidade-empresa) esta tipologia de cidade é mais evidente na Amazônia Oriental devido à intensa atividade mineradora no sul e sudeste do Pará. As *company-town* são cidades que foram criadas em função de uma grande empresa de exploração de recursos naturais e atendem a interesses corporativos nacionais ou internacionais (Trindade Jr; Rocha, 2002). Foram planejadas pela empresa que atua economicamente na região, apresentam excelente infraestrutura, bons índices de qualidade de vida urbana, mas que pouco dialogam com seu entorno. Nas cidades empresas o acesso geralmente é restrito aos trabalhadores da empresa (Trindade Jr; Rocha, 2002). No quadro 7 verificamos os três principais tipos de *company-towns* (Quadro 4):

Quadro 4. Exemplos de cidades e empresas na Amazônia (2013).

TIPOS	PARTICULARIDADES	EXEMPLOS
Cidades fechadas	Interdição, controle, vigilância, espaços residenciais voltados para atender a demanda das empresas.	Carajás – Projeto Carajás (Município de Parauapebas -PA).
Cidades Semiabertas	Menor controle, oferta de serviços, menos vigilância, oferta regular de alguns serviços para o entorno.	Vila Permanente de Tucuruí – Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Município de Tucuruí-PA).
Cidades Abertas	Maior interação, sem guarita, aparentemente sem controle e interdição.	Vila dos Cabanos – Complexo Albras-Alunorte (Município de Barcarena-PA).

Fonte: Trindade Jr (2013).

Conforme Trindade Jr (2013) a tipologia de “cidade empresa fechada” é marcada pelo rígido controle do território por agentes econômicos ou estatais. Com o passar do tempo

algumas *company-towns* foram flexibilizando o acesso da população externa, e algumas permitem a prestação de serviços de terceirizados em seu espaço, mas ainda exercendo um certo controle sobre o território e de seus funcionários (Trindade Jr, 2013).

O autor também considera as chamadas cidades na floresta como expressões daquilo ele denomina de urbanização difusa e partir de 1960 com o processo de reconfiguração da Amazônia, a partir da territorialização do capital, com a chancela do Estado, foi imposta uma nova ordem para o território (Trindade Jr, 2015).

O autor detalha sua ideia nesta direção:

Nesse processo, as estratégias de desenvolvimento tendem a se assentar em pelo menos três principais modelos de ordenamento territorial, que, não obstante a continuidade existente entre eles, sugerem geometrias bem diferenciadas: os pontos (polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental) (Trindade Jr, 2015, p. 100).

Não só as cidades que são expressões da chamada urbanização difusa, mas também toda a infraestrutura que foi criada com a chegada dos grandes projetos na Amazônia, que em grande medida são decorrentes de medidas territoriais, que vão definir pelo menos 4 sub-regiões, a saber: a Amazônia centro-oriental, diretamente comandada por Belém (PA); a Amazônia ocidental, comandada por Manaus (AM); a Amazônia oriental, comandada por São Luís (MA); e a Amazônia meridional, sob a influência de Cuiabá (MT) (Trindade Jr, 2015).

Pelas tipologias apresentadas acima de cidades fechadas, cidades semiabertas e cidades abertas, a vila de Pitinga onde está localizada a sede da Mineração Taboca, se enquadraria em uma *company-towns* fechada, onde o controle e a vigilância são constantes na vila, sendo permitida a entrada somente para trabalhadores da empresa e pessoas autorizadas.

## **1.2. Urbanização precária na Amazônia**

O espaço e a urbanização na Amazônia são produtos das frentes de expansão capitalista e tem como um importante ponto de partida o regime militar (1964-1985). No Brasil, a expansão da fronteira do capital faz parte de uma integração regional ao sistema capitalista, e a integração da Amazônia dentro deste contexto, implica na desterritorialização das populações tradicionais e o aumento de correntes migratórias para a região, principalmente de nordestinos (Corrêa, 2010). Ampliando o debate da expansão da fronteira do capital, Corrêa (2010, p. 209) acrescenta:

A Amazônia é fronteira do capital também pelo fato de que há muito espaço a ser ocupado, muitos recursos a serem dilapidados e muito conflito social a

ser desenvolvido. Eventos que ocorreram não apenas pela década de 90, mas também pelo século XXI.

Pensar a ideia de urbanização precária no espaço amazônico, deve-se levar em consideração a lógica de ocupação espacial exposta acima por Corrêa (2010). Essa lógica transformou as cidades e os núcleos urbanos na Amazônia em bases para a reprodução do capitalismo sem nenhuma ou pouca preocupação com a qualidade da infraestrutura urbana que iria surgir com a integração nacional de 1960 em diante (Corrêa, 2010).

Para entender o debate da urbanização precária na Amazônia é de suma importância, nos reportarmos às espacialidades passadas e saber que suas constantes transformações resultaram em uma urbanização conflituosa, desigual, arbitrária, resultando em uma condição de precariedade (Oliveira, 2014). Complementando o raciocínio sobre a condição precária da urbanização na Amazônia, o autor ressalta:

As espacialidades amazônicas, em diferentes períodos constituem-se na reatualização da exclusão, produzindo novos e velhos pobres na cidade, nas florestas, nos rios e na terra; contudo, é também delas que emergem novos sujeitos sociais produtores do espaço. Essa gente conhece os atalhos, as trilhas nas quais é traçada a caminhada que é a História. Muitas vezes não sabe de onde vem, mas sempre sabe para onde vão. Por instantes, perdem-se nos caminhos, floresta, nos rios, nas estradas de terra batida, nas ruas, nos becos, nos igarapés, nas pontes, enfim, no espaço vivido do campo e das cidades, que são espacialidades das vidas (Oliveira, 2014, p. 196).

O autor afirma, que apesar das desigualdades socioespaciais, o povo amazônico se reestrutura nos espaços precários, e apesar de tudo, esse povo resiste no seu cotidiano, pois a produção do espaço não se resume apenas a dimensão econômica. Mas esse modelo de urbanização precária e perverso que se estabeleceu na Amazônia, produz espaços contraditórios nas cidades, onde os velhos e novos pobres tentam sobreviver em meio às adversidades e com poucas oportunidades de trabalho formal (Oliveira, 2014).

As cidades na Amazônia, possuem sua estética própria, principalmente aquelas ligadas ao rio e a floresta, e são cidades que sua beleza se justifica de longe, mas ao aproximarmos, deparamo-nos com seu estado caótico, de difícil acesso e com a malha viária precária (Oliveira, 2004). Atualmente algumas cidades com características semelhantes à descrita pelo autor, não apresentam mais todos os problemas típicos das pequenas cidades na Amazônia, portanto, é preciso relativizar a informação.

Analisando os dados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 de municípios dos estados do Pará, Amapá, Tocantins, Rondônia e Amazonas, incluindo as capitais desses estados, Oliveira (2004, p. 4) faz a seguinte observação:

O esgoto sanitário carece de tratamento e está concentrado em algumas cidades. Do mesmo modo, a existência de água encanada, não significa água de boa qualidade ou que a água é tratada. Na maioria das cidades, especialmente, nas pequenas cidades, significa apenas a canalização do rio. A coleta de lixo não é diferente. Embora esse serviço tenha crescido significativamente em decorrência da municipalização, não há ou são raros os aterros sanitários, predominam os lixões.

Observamos que a urbanização precária na Amazônia não é apenas uma particularidade das metrópoles e das cidades médias, mas também é a realidade de muitas cidades pequenas, e o saneamento básico é um dos principais indicadores da urbanização precária (Oliveira, 2004). É importante não generalizar a precariedade das cidades amazônicas, nem todas estão nessa condição de precariedade como expõe a seguir:

Há outro lado que deve também ser considerado. Nas últimas décadas do século 20, a vida nas cidades da Amazônia mudou de modo significativo. Mesmo nas pequenas cidades, em pouco mais de uma geração, as informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por dimensões das técnicas que possibilitaram a maior circulação de ideias e acesso a “modernização” (Oliveira, 2004, p. 5).

Muitas cidades pequenas na Amazônia melhoraram seus índices de qualidade de vida, mas não significa dizer que saíram da condição de precariedade. Na dimensão da tecnologia da informação, houve um avanço significativo das cidades pequenas, colocando-as em um patamar de relativa modernização (Oliveira, 2004).

As mudanças estruturais na região amazônica também impuseram uma nova lógica de urbanização desigual e precária em áreas de grandes projetos, principalmente nas chamadas “cidades da floresta” e das “cidades-empresas” (Trindade Jr, 2010b). O autor traça uma explicação sobre os novos arranjos espaciais onde:

A presença das “cidades na floresta”, diretamente associadas aos grandes empreendimentos econômicos, revela alguns elementos importantes para a compreensão do novo arranjo espacial que se desenhou para a Amazônia a partir da segunda metade do século XX, como também para compreender o processo de urbanização regional face à expansão do chamado meio técnico-científico-informacional, que caracteriza a espacialidade do atual período da história humana. Nesse, sentido as cidades-empresas associadas aos “grandes projetos” indicam: a) a negação de um passado regional, considerando seu arranjo espacial pouco adequado a difusão dos novos nexos de globalização no espaço amazônico, e a afirmação do discurso da construção de um meio -

técnico-científico-informacional mais adequado aos interesses das empresas, que consideram a floresta e os rios notadamente como espaços onde se fazem presentes recursos econômicos a serem explorados (Trindade Jr, 2010b, p. 135-136).

As chamadas cidades-empresas e as cidades na floresta que estão associadas aos grandes projetos na Amazônia impõe uma racionalidade econômica conectada com os mercados externos globais, duas tipologias de cidade citadas, ao ocupar o espaço, negam o passado regional amazônico. E instituem um presente de espaços marcados pela globalização e o meio-técnico-científico-informacional, para atender a interesses corporativos, reproduzindo novos arranjos espaciais (Trindade Jr, 2010).

Estes enclaves econômicos tendem a induzir o aparecimento de espaços desiguais em suas adjacências, os enclaves centralizam os investimentos privados na estrutura urbana apenas daquele espaço controlado pela empresa (Trindade Jr, 2010) e os espaços ao seu redor das empresas tendem a ser precários, a exemplos de Laranjal do Jari-AP e Vitória do Jari-AP.

A urbanização na Amazônia é uma realidade onde mais de 70% da população vive em núcleos urbanos, inclusive no meio da floresta. A grande questão é o que fazer para melhorar as políticas urbanas, visando a qualidade de vida da população. Os núcleos urbanos foram o início estratégico para a ocupação do território na Amazônia. Muitas dessas cidades que surgiram não tiveram boas condições de acessibilidade e nem de recursos econômicos e cresceram através de surtos econômicos (Becker, 2013).

Mas, esses núcleos não se consolidaram como cidades dinâmicas do ponto de vista econômico e ainda hoje, a grande maioria não possui receita própria, dependendo assim, de verbas do governo federal, como o Fundo de Participação do Município (FPM) (Becker, 2013). Sobre a infraestrutura e serviços oferecidos nas cidades amazônicas, para além de Manaus e Belém. Becker (2013, p.46) afirma:

Nas demais cidades, em geral, poucos ou infrequentes serviços atendem a uma população pobre, situada até centenas de quilômetros de distância. Este padrão ainda é dominante, sobretudo nas áreas florestais centro-ocidentais da Amazônia, onde é rarefeita a atividade produtiva.

A autora nos chama a atenção para a ausência e a precariedade de certos serviços públicos e privados em cidades na Amazônia, principalmente nas áreas mais distantes das cidades maiores e mais influentes (Becker, 2013). Ainda sobre infraestrutura e serviços, a autora destaca:

A região conta ainda hoje com poucos empreendimentos de setores de produção estruturados e integrados em cadeias produtivas completas que pudessem gerar empregos, renda, mercado e serviços nas cidades. Resulta assim que a maioria das cidades não tem uma hinterlândia tal como concebida na teoria dos lugares centrais. A economia informal é dominante. A grande maioria da população urbana com emprego formal é constituída por funcionários públicos. A maior parte dos municípios não consegue nem arrecadar tributos necessários à sua existência, dependendo de repasses, sobretudo da União (Becker, 2013, p.46).

Apesar do crescimento urbano e econômico das cidades na Amazônia, ainda é pouco comparado com as regiões mais ricas do Brasil, a baixa arrecadação das prefeituras, somado a uma cadeia produtiva incompleta, com poucas empresas de serviços, e o mercado informal predominante, é o recorte da urbanização precária na Amazônia. O direcionamento econômico para áreas com potencial de desenvolvimento, motivados por uma geopolítica baseada no desenvolvimento regional que privilegiou certas regiões da Amazônia, principalmente aquelas com vocação para exploração de recursos minerais, de certa forma, acarretou uma forte desigualdade socioespacial nos núcleos urbanos (Becker, 2013)

As cidades e núcleos urbanos que surgiram por meio dos grandes projetos na Amazônia enfraqueceram. Ou se tornaram mais precárias com o encerramento ou diminuição das atividades econômicas das empresas que se instalaram nessas cidades amazônicas. Muitos trabalhadores das empresas não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho formal, fato que acarretou uma saturação na economia das cidades, formando assim bolsões de pobreza e periferização (Becker, 1982b).

Acerca da mobilidade de trabalho, que ao mesmo tempo é complexa e contraditória Becker (1990, p. 25) assinala:

Ora, a mobilidade é uma face do processo de liberação da força de trabalho que se integra no modo de produção por um mercado de trabalho organizado. No caso de fronteira, o custo social da mobilidade é magnificado porque se trata de uma área em que o mercado de trabalho não tem suas opções definidas e asseguradas.

A instabilidade do mercado de trabalho na fronteira urbana é um dos fatores mais importantes para se analisar o nível de urbanização de um espaço, e no caso da Amazônia, a fronteira econômica já nasce urbana e instável economicamente, além disso, a fronteira econômica na Amazônia tende a provocar instabilidade nas cidades, mas principalmente daquelas que se originaram e se tornaram dependentes das empresas dos grandes projetos na Amazônia (Becker, 1990). Como alternativa para a problemática da instabilidade da fronteira, Becker (1990, p. 25) analisa da seguinte forma:

Novas questões se colocam, então, para a compreensão da complexidade da fronteira. A intensidade dos processos migratórios atuais e o peso das cidades parecem indicar que a reforma agrária seja condição necessária, mas não suficiente para solucionar a complexa teia de problemas ali existentes. É preciso buscar também soluções tipicamente urbanas, através da organização plena do mercado de trabalho, que permitam a conquista da cidadania.

No caso em questão, medidas e políticas públicas urbanas que sejam mais sólidas e duradouras no quesito emprego e renda na Amazônia, são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da região e por conseguinte a estabilidade econômica das cidades (Becker, 1990).

A ideia de desigualdades territoriais elaborada por Santos; Silveira (2001), são importantes para compreender o território brasileiro, e elas são heranças de um passado colonial português (Santos, 1993). Algumas regiões se desenvolveram mais do que as outras, em função de fatores historicamente direcionados, que produziu no território brasileiro regiões com mais densidade técnica e outras com rarefação, ou seja, regiões mais ricas e outras mais pobres (Santos; Silveira, 2001).

A densidade técnica de certas regiões, pode ser vista pelo maior ou menor número de equipamentos urbanos, modernos sistemas de informação (meio-técnico-científico-informacional), leis, sistemas de transportes e engenharia. A extensão territorial do Brasil e sua condição de país periférico contribuíram para o entendimento da distribuição de novos nexos de modernização e disparidades regionais Santos; Silveira (2001). Sobre isto, os autores afirmam:

Nos países de maior extensão territorial e que também são países com grandes disparidades regionais e de renda, o processo de criação de fluidez é seletivo e não igualitário. As regiões onde se situam produções destinadas à exportação e ao comércio distante têm prioridade nesse equipamento, criando-se no território áreas com maior densidade viária e infoviária a serviço de um dos aspectos da economia nacional (Santos; Silveira, 2001, p. 261).

A extensão territorial, as disparidades regionais e de renda, tendem a criar espaços desiguais, fato que pode ser observado pela presença marcante da tecnologia da informação e do setor logístico de rodovias e ferrovias em maior ou menor intensidade nas regiões do Brasil (Santos; Silveira, 2001).

O professor Milton Santos e a professora Maria Laura Silveira analisando as desigualdades territoriais do Brasil, desenvolvem a tese dos espaços do “mandar” e do “fazer” eles entendem que certas regiões foram selecionadas pela Divisão Internacional do Trabalho

para formular as ações corporativas e outras surgiram com o objetivo de executar tais ações (Santos; Silveira, 2001).

A princípio a narrativa se aplicava aos países desenvolvidos (mandam) e os países subdesenvolvidos (obedecem e fazem) (Santos; Silveira, 2001). As regiões do “mandar” e do “obedecer e fazer” se estendem ao contexto regional brasileiro. Há regiões que mandam (Centro-Sul) e as que obedecem e fazem (Amazônia) tornando assim, evidente as desigualdades territoriais no Brasil (Santos; Silveira, 2001). Ainda sobre as desigualdades territoriais no Brasil, os autores detalham:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas (Santos; Silveira, 2001, p. 264).

As desigualdades territoriais no Brasil incidem direta ou indiretamente no processo de urbanização na Amazônia, tornando-a uma região de urbanização precária em relação ao Centro-Sul (Santos; Silveira, 2001). Os espaços luminosos, são aqueles dotados de maior infraestrutura e capilaridade tecnológica, que são capazes de atrair maior fluxo de capitais, em contraponto, os espaços que não possuem tais densidades técnicas, seriam considerados opacos (Santos; Silveira, 2001). Seguindo a discussão conceitual, temos a seguinte afirmação:

Em princípio, os espaços da rapidez são, do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes, convenientes e precisos e também mais baratos). Do ponto de vista social, os espaços da rapidez serão aqueles que onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então zonas de passagem, respondendo a necessidades de uma circulação mais longínqua. Os espaços da rapidez e os da lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho, sobretudo quando ela é interna a região, e também da variedade e da intensidade dos consumos (Santos; Silveira, 2001, p. 263).

Os conceitos de tempo rápido e lento são a base para a compreensão da tese de desigualdade territorial. Os denominados espaços rápidos são os que possuem maior fluidez e agilidade no setor de transporte, por terem melhores condições de malha viária. (Santos; Silveira, 2001). Os espaços da rapidez são mais modernos e dinâmicos, eles oferecem uma pluralidade de serviços e uma intensa atividade cultural. Por outro lado, os chamados espaços

de lentidão são menos dinâmicos economicamente, seus fluxos de capitais são menores, a circulação de pessoas é menor e mais lenta, sua logística é mais precária em relação aos espaços de rapidez (Santos; Silveira, 2001).

Discutindo a divisão regional dos quatro Brasis, os autores elencam os seguintes elementos de formulação da proposta: “...uma discussão em torno da possibilidade de propormos uma divisão regional baseada, simultaneamente, na atualidade marcada pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e nas heranças do passado” (Santos; Silveira, 2001, p. 268).

A urbanização do território amazônico para Lia Osório Machado, segue pelo menos três dimensões: 1- mercado de trabalho, 2 – fronteira de povoamento e 3- intensa mobilidade da população e do trabalho no interior do território, mas dinâmica econômica na Amazônia pós-1960, fez surgir novas cidades e frentes de trabalho em um curto espaço de tempo e parte de seus problemas urbanos não foram resolvidos e persistem nos dias de hoje (Machado, 1999).

Outros núcleos urbanos surgiram na Amazônia como aglomerados de pessoas sem dinamismo econômico e a mínima infraestrutura, alguns não se consolidaram como cidades devido a pouca oferta de trabalho formal e a ausência de fatores indutores do crescimento, como a participação do Estado e de frentes de expansão capitalista (Machado, 1999). Devemos considerar na urbanização da Amazônia a variável mercado de trabalho, assim assinala a autora:

As implicações deste processo nas políticas de investimento em infraestrutura urbana e nas políticas sociais são importantes. Na medida em que os pequenos aglomerados não são contemplados com recursos porque não estão institucionalizados como cidade, um contingente da população local/regional permanece em situação de precariedade quanto ao acesso de serviços mínimos. Por outro lado, a instabilidade da massa populacional de cada povoado, mesmo que transformado em sede municipal, não favorece o investimento em infraestrutura urbana (Machado, 1999, p. 123).

Mesmo com a expansão das frentes capitalistas e a abertura de novos postos de trabalho na Amazônia, isso não significou melhorias nas condições de infraestrutura urbana de muitos aglomerados e cidades e ainda nos anos de 1990, a urbanização da Amazônia já apresentava sinais de precariedade (Machado, 1999). A autora, analisando a infraestrutura dos aglomerados e municípios amazônicos recém-criados após a Constituição Federal de 1988 identificou poucos avanços, inclusive as condições de precariedade urbana se intensificaram nesse período.

Ela verificou que os então aglomerados de pessoas não recebiam verba federal porque não eram oficializados como municípios, sendo este, um princípio jurídico constitucional

necessário para recebimento de verbas federais e até aqueles aglomerados populacionais que se institucionalizaram em municípios, após a Constituição Federal de 1988, receberam recursos federais na época, todavia, não tiveram melhorias significativas em sua estrutura urbana (Machado, 1999).

A urbanização na Amazônia, tem se revelado frágil e precária, sua rede de estradas em grande medida não pavimentadas e estão em péssimas condições de trafegabilidade, a exemplo da BR-230, conhecida como Transamazônica, embora a autora utilize poucas vezes ou indiretamente em seus trabalhos a expressão urbanização precária. Seus estudos sobre a urbanização da Amazônia revelam que muitos elementos evidenciam a precariedade das cidades amazônicas atualmente. Seu trabalho sobre a fronteira da Amazônia internacional e os circuitos ilegais do narcotráfico, mostra quais são as causas da urbanização precária nas regiões de fronteira (Machado, 1996).

Ela elenca a falta de um sólido mercado de trabalho e de baixa eficiência na vigilância e fiscalização das forças armadas no combate às ilicitudes na fronteira Sul-americana (Machado, 1996). A ilegalidade contribui para precariedade das cidades localizadas em regiões de fronteira, provocando um desarranjo socioespacial, causando uma insegurança no espaço urbano (Machado, 1996).

No período da Borracha na Amazônia (1880-1910) a ocupação das vilas já mostrava sinais de precariedade dos seus aglomerados e povoamentos (Machado, 1999). A autora descreve esse momento:

Na maior parte das aglomerações, o equipamento urbano e portuário era precário, e o título de cidade, um eufemismo: a área urbanizada se limitava a duas ou três ruas paralelas ao rio, margeada por modestas casas, raramente de alvenaria, localizadas nas partes mais elevadas da planície sazonalmente inundada pela enchente dos rios. A falta de equipamento, mesmo nas maiores aglomerações, não estimulava o desenvolvimento do modo de vida urbano, enquanto o ritmo de vida nas aglomerações menores era lento e intermitente, acompanhando a sazonalidade da coleta da borracha e o movimento de entrada e saída de embarcações no porto (Machado, 1999, p. 111).

A autora chama esse período de proto-urbanização dos vales amazônicos, ela afirma que além das características de precariedade já mencionadas, somadas às dificuldades de comunicação não foi possível desenvolver a rede urbana da época (Machado, 1999). Detalhando o processo de proto-urbanização, ela comenta:

O aparecimento de novas aglomerações e o desenvolvimento, mesmo que precário, da forma urbana se devem à espacialmente extensiva cadeia comercial de exportação da borracha in natura e à importação de bens de consumo. A estrutura comercial se refletia na estrutura da rede, em que a posição hierárquica de cada aglomeração era função de sua posição na cadeia de comercialização (Machado, 1999, p. 111).

O período da Borracha foi fundamental para a criação de aglomerados, povoados e vilas. Essa estrutura, ainda que precária, foi fundamental para a criação das cidades e a rede urbana na Amazônia atualmente (Machado, 1999). Este período foi o “embrião” da urbanização na Amazônia, por isso, o termo proto-urbanização (Machado, 1999).

A urbanização na Amazônia, apresenta as mais diversas contradições socioespaciais, pensava-se que o discurso da modernização do território e da chegada dos grandes projetos, pudesse alavancar a economia da região, mas o que se viu foi a concentração de renda e de terra pelas empresas de capital nacional e internacional instaladas na Amazônia (Porto-Gonçalves, 2001).

A condição de precariedade da urbanização da Amazônia, é chamada de urbanização de “sem cidadania” por Porto-Gonçalves (2001). O autor comenta sobre a urbanização amazônica, a seguir:

Embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta, aos rios e a violência que mata e desmata, a geografia humana regional é fundamentalmente urbana. O censo de 2000 aponta que 70% dos que habitam a região moram em cidades, segundo o IBGE. No entanto, o processo que ensejou essa urbanização se deu, de um lado, como resultado de um determinado modelo agrário, e de outro, um modelo industrial que não abarcava a população regional. A população urbana regional será vista, frequentemente, como invasora quando busca afirmar necessidades elementares de sobrevivência como, por exemplo, ter um pedaço de chão, muitas vezes de água, numa palafita, para morar (Porto-Gonçalves, 2001, p. 111).

Boas condições de moradia, água potável, saneamento básico etc. são itens vitais para a sobrevivência e dignidade humana em qualquer sociedade, e como esses indicadores são rarefeitos nas cidades da Amazônia, então pode-se dizer, que em algumas áreas, a urbanização é precária e sem cidadania, por motivo das condições materiais de existência serem desumanas e extremamente adversas em muitos locais (Porto-Gonçalves, 2001).

A urbanização da cidade de Presidente Figueiredo apresenta diferenciações, pois se deu em “ilhas de ocupação”, onde dois núcleos urbanos se formaram para fora da sede municipal (cidade) são dispersos e bem distantes um dos outros. A vila de Pitinga e Balbina são estes núcleos (Oliveira, 2000). A urbanização da cidade de Presidente Figueiredo segue a tendência

e a dinâmica de cidades formadas por grandes projetos, revela problemas urbanos, concentração de renda e desigualdades socioespaciais das mais diversas. E o resultado final desse processo, é uma urbanização precária e a periferização enquanto um problema crônico de cidades como Presidente Figueiredo no Amazonas (Oliveira, 2000).

### **1.3. Apontamentos sobre o desenvolvimento regional**

Atualmente, nessa fase do capitalismo informacional, o Estado tem sua parcela de intervenção na economia. Uma de suas funções é a da regulação da economia e intervenção em momentos de crise. (Poulantzas, 1981). A intervenção do Estado na economia em momentos de crise é chamada pela literatura de Keynesianismo<sup>3</sup>. No caso da Amazônia, além da intervenção, o Estado teve um papel fundamental na elaboração de planejamento e desenvolvimento regional (Poulantzas, 1981).

As ações em conjunto do Estado e do capital privado na Amazônia viabilizaram uma série de investimentos em infraestrutura no território e as parcerias público-privadas (PPPS), definiram novos espaços urbanos e agrários na região (Poulantzas, 1981).

A ideia de ocupação e de desenvolvimento regional na Amazônia é concebida, ainda na década de 1940, mas se intensifica durante o regime civil-militar (1964-1985). Pode-se dividir as políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia em duas fases e todas elas contaram com apoio de planejamento e aporte financeiro da SUDAM (Kohlhepp, 2006). O pesquisador Gerd Kohlhepp, um dos pioneiros da pesquisa sobre o desenvolvimento regional na Amazônia, afirma que os investimentos financeiros e o desenvolvimento regional se dividem em dois grandes grupos:

A ação estatal para o desenvolvimento da infraestrutura, concentrado em vias de transporte rodoviário como parte central dos esforços para a integração da Amazônia. Projetos selecionados de colonização agrária foram implementados. A redução de taxas para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados para projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado. A ação privada foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos através de incentivos fiscais por redução de taxas tributárias a serem empregadas como capital de investimento, principalmente em projetos de criação de gado, para a indústria e em projetos de mineração (Kohlhepp, 2006, p. 480).

---

<sup>3</sup> Keynesianismo: doutrina econômica que defende a intervenção do Estado na economia de um país em tempos de crise, tem sua origem nos anos de 1930 e foi idealizada pelo economista britânico John Maynard Keynes, modelo econômico ficou conhecido principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O Estado teve a responsabilidade de bancar a infraestrutura e os modais logísticos, inclusive nos projetos de colonização agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A colonização dirigida na rodovia BR-230, mais conhecida como a Transamazônica fez parte de um programa estratégico de desenvolvimento regional do Estado brasileiro, intitulado de Programa de Integração Nacional (PIN) (Kohlhepp, 2006).

O PIN foi uma estratégia de ocupação e integração da Amazônia ao território nacional por meio da construção de estradas e que resultou na formação de vários assentamentos e aglomerados populacionais na região oeste do Pará. A redução de tributos, gerou uma série de incentivos fiscais e atraiu um grande volume de capitais para a Amazônia, principalmente nos setores de agropecuária, indústria (mais restrita a Manaus) e atividade de exploração mineral (Kohlhepp, 2006).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1972-1974) e II (1975-1979) em plena ditadura militar, sistematizaram as ações de planejamento estatal para o Brasil, os PNDs substituíram o antigo plano de metas do governo federal (Becker, 1992).

O PND I tinha como objetivos: investimentos estatais destinados a colocar o Brasil em um patamar de país desenvolvido, recursos destinados aos setores de siderurgia, transporte, petroquímica, energia elétrica, agricultura, mineração, saneamento básico, entre outros. E como projeção, o crescimento da taxa do Produto Interno Bruto (PIB) era em torno de 8 a 10 % ao ano (BRASIL, 1971). Este plano reorganizou a estrutura econômica do Estado brasileiro, onde a ênfase dos investimentos era a indústria de bens de consumo duráveis (BRASIL, 1971). O PND II teve como objetivos: descentralizar a ênfase dada aos investimentos da indústria para outros setores da economia (Matos, 2002, p. 50).

O plano buscava a preservação do modelo de desenvolvimento, admitindo que a continuidade do crescimento exigiria uma “reconstrução estrutural” com um esforço bem maior de acumulação por unidade adicional de produto. Assim, o PND II é lançado apesar de o governo reconhecer as dificuldades para manter as taxas de crescimento da ordem de 10%, face à crise externa. Mesmo assim, optou pelo crescimento acelerado como política básica.

A ênfase do PND II foi dada à indústria siderúrgica e ao setor agrícola, mas secundária ao mercado externo, combate à inflação, o desenvolvimento do setor hidrelétrico e a continuação da política econômica da substituição das importações (Matos, 2002). A principal meta do PND II era manter o crescimento econômico em torno dos 10% ao ano, e assim desenvolver a economia do país (Matos, 2002).

O PND III (1980-1985), foi elaborado ainda em 1979, e as prioridades eram os investimentos em agricultura e o desenvolvimento de novas fontes de energia (Matos, 2012). A diferença do PND III para dos demais planos, foi construir um projeto mais preocupado com o bem-estar social, como diminuir o desemprego, melhorar a distribuição de renda, conter a inflação e a reduzir as disparidades regionais (Matos, 2012). E não apenas investimentos econômicos em áreas com potencial agropecuários e minerais, como foi no PND anterior (Matos, 2012).

Era necessário pensar em um planejamento não só nacional, mas que considerasse as particularidades das regiões brasileiras, então surge a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), segundo o Decreto nº 6.047/2007. Em suma, o objetivo dessa nova política de desenvolvimento regional era diminuir as disparidades socioeconômicas das regiões periféricas do Brasil, reconhecendo e estimulando as potencialidades econômicas das regiões brasileiras principalmente as regiões menos desenvolvidas, caso da Amazônia e do Nordeste, e de certa forma houve um avanço das políticas de desenvolvimento regional do PNDR para os planos anteriores (Monteiro Neto *et al.*, 2017).

Em 1990 as discussões de um planejamento regional para além da escala nacional, ganham destaque no governo federal. E mesmo após a sua implementação em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) ainda encontrava entraves para a sua efetividade na prática, em razão do déficit orçamentário da União, que subsidia o maior volume de investimentos (Coêlho, 2017).

E a proposta de descentralizar os investimentos do Centro-Sul, para Amazônia, ainda esbarrava na falta de vontade política regional e precisava de ações mais consistentes para articular o desenvolvimento regional, executar e adaptar a PNDR do governo federal. A existência de um planejamento econômico nacional e regional é fundamental para o desenvolvimento e modernização do território brasileiro, no entanto, ações complementares do governo estadual e municipal são fundamentais para sua eficácia (Coêlho, 2017).

E em geral, a proposta da PNDR era diminuir as desigualdades regionais e estimular o potencial produtivo das regiões brasileiras. Mas na prática, o planejamento econômico nacional foi o de gerar áreas econômicas setoriais e específicas, dificultando a médio e longo prazo a diversificação da economia regional, dado o foco e a canalização de recursos para determinadas regiões (Coêlho, 2017).

Nos anos de 1940, foi dado o início para as ações de desenvolvimento regional na Amazônia, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). E assim, destaca-se o artigo 199 da Constituição de 1946:

Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Parágrafo único- os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (BRASIL, 1946, p. 1).

A ideologia do desenvolvimento regional para a Amazônia começa a ser forjada com a promulgação da Constituição de 1946, que possibilitou a legitimação de investimentos não só federais, mas municipais e regionais para a região amazônica (Fernandes, 2011).

A inclusão da Amazônia na Constituição de 1946 é também a inserção do capitalismo mais recente e globalizado na região e sua expansão foi em fases e ao final de cada fase tem-se como resultado uma estrutura econômica regional (Costa, 1995).

Com o golpe civil-militar de 1964, o planejamento regional para a Amazônia tornou-se uma realidade, apesar de algumas mudanças, mantém-se a base da discussão da Constituição de 1946, com um discurso modernizador e desenvolvimentista (Mahar, 1978, p. 21). O autor ao detalhar sobre o contexto do regime militar e a Amazônia, faz o seguinte comentário:

Com a subida ao poder de um novo governo em 1964, o planejamento do desenvolvimento da Amazônia começou a tomar novo rumo. Os primeiros indícios de qual seria essa nova estratégia foram revelados em discurso pronunciado em 1965 pelo presidente Castelo Branco. Os principais temas do discurso foram a promoção de maior eficiência no mecanismo de planejamento regional e um papel mais importante da iniciativa privada no desenvolvimento regional. Isso seria alcançado pela elaboração de um plano de desenvolvimento regional harmônico e unificado, num clima em que a orientação técnica teria preponderância sobre interesses partidários (Mahar, 1978, p. 21).

Foi com a chegada dos militares ao poder em 1964, que as políticas de planejamento regional para a Amazônia saíram do papel e se intensificaram, e o discurso da época era que para haver o desenvolvimento regional, precisava dar mais espaço para a atuação da iniciativa privada no espaço regional (Mahar, 1978). E para tanto, a formulação de um planejamento unificado entre Estado e iniciativa era fundamental para a eficácia do planejamento regional (Mahar, 1978). Em síntese, os principais elementos estruturantes para justificar o planejamento e o desenvolvimento regional na Amazônia são:

1) Primeiro, era um projeto que buscava mudar de modo definitivo, e por meio do planejamento, o longo período considerado letargia e estagnação que sucederia imediatamente a crise da economia da borracha no início do século XX, 2), para isso, e como seu corolário principal, o novo discurso em formação pregava também a necessidade, entre outras coisas, de diversificação da base regional rumo a uma ampliação de seus fundamentos produtivos agrícolas e industriais, 3) em terceiro lugar tinha-se que entre os instrumentos propostos para a superação dos entraves e das limitações do ambiente institucional amazônico, uma atenção especial deveria ser dada para a melhoria das condições básicas de saúde e infraestrutura (considerados gargalos intransponíveis para um processo de desenvolvimento regional na Amazônia (Fernandes, 2011, p. 252).

A justificativa inicial era para desenvolver e modernizar uma região dita “atrasada”, e ainda estagnada economicamente desde o início da crise da Borracha no século XX. Por isso, a necessidade de dinamizar e diversificar novamente a economia da Amazônia (Fernandes, 2011).

Os primeiros planos de desenvolvimento regional surtiram efeitos na base estrutural da região e a necessidade de garantir a soberania nacional pelo Estado, os efeitos foram vistos na produção de conhecimento biotecnológico direcionados por novos centros de pesquisa e empresas privadas. Com a crise do padrão político econômico calcado no nacional-desenvolvimentismo, surge o modelo regional-desenvolvimentismo, propondo como conciliação o regionalismo e o nacionalismo (Fernandes, 2011).

Os planos de Desenvolvimento Nacional foram importantes para abrir caminho para os programas de desenvolvimento regional. E o novo padrão de ocupação iniciado nos anos de 1960 inaugurou as políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia (Porto-Gonçalves, 2001).

O Programa de Integração Nacional (PIN) do governo federal disseminou a ideia do dito “vazio demográfico”, tão propagada pelos militares que estavam no poder. Essa frase tornou-se um discurso ideológico para desenvolver a região amazônica por meio de políticas federais desenvolvimentistas (Porto-Gonçalves, 2001). O autor acrescenta:

Esse novo padrão de organização social do espaço geográfico que se instaura a partir dos anos 60 tem na estrada seu eixo de estruturação. A estrada agora é construída na terra firme por grandes empresas da construção civil, aliada umbilical dos militares na construção do “Brasil Grande” (Porto-Gonçalves, 2001, p. 102).

O discurso do PIN era muito mais que a integração territorial, o programa unificava a economia regional a nacional e consolidava o mercado brasileiro como um todo por estradas federais (Porto-Gonçalves, 2001). Ideologicamente, o PIN visava desconstruir a classificação

de “arquipélago regional” dada a Amazônia, como contraponto, construía uma economia regional articulada a economia nacional mais dinâmica e diversificada por todo o território nacional (Porto-Gonçalves, 2001).

O conceito de polos de crescimento, idealizado por François Perroux, inspirou vários autores a formularem a teoria de desenvolvimento regional para a Amazônia, e teve como premissa explicativa a seleção de certas áreas para a centralização de investimentos privados. E Perroux dizia que o crescimento não ocorre em toda parte ao mesmo tempo, mas surge em intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimentos estratégicos (Perroux, 1967, apud, Lima, 2009, p. 7-8).

Os planos federais de desenvolvimento regional tiveram maior destaque para a atividade de mineração. Essa visão de crescimento gerou uma intensa concentração de capitais e infraestrutura nas áreas, com maior incidência de depósitos minerais (Monteiro, 2005). A exemplo de Carajás e Trombetas, ambos projetos de mineração na Amazônia Oriental. Na Amazônia Ocidental o maior exemplo é a zona franca de Manaus, com o polo industrial (PIM) (Monteiro, 2005).

O Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) de (1975-1979) teve como premissa o desenvolvimento regional da Amazônia brasileira através dos chamados polos de crescimento (Monteiro, 2005). Fazendo referência ao POLAMAZÔNIA, Kohlhepp (1987b, p. 483) destaca:

As estratégias de planejamento regional na Amazônia foram concentradas no conceito de polos de crescimento, tema discutido na América Latina desde meados dos anos 60. Os polos de desenvolvimento previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-1979) foram baseados em pontos focais setoriais separados como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.

Investidores do Brasil e do exterior foram atraídos em detrimento das baixas taxas tributárias e outras vantagens como concessão de terras, para produção de gado e licença para a exploração mineral (Kohlhepp, 2006).

O Programa Grande Carajás (PGC) foi criado em 1980, consistia em incentivos e investimentos federais para a exploração e exportação de matérias-primas, construção de ferrovias, portos, construção de hidrelétricas (Machado, 1991). O programa foi uma importante política federal para o desenvolvimento regional amazônico, apesar das suas contradições sociais e econômicas (Machado, 1991). Descrevendo o PGC, (Machado, 1991, p. 164) sintetiza o programa:

Os empreendimentos integrantes do PGC compreendem serviços de infraestrutura, projetos de pesquisa, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais, projetos de florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira e outras atividades consideradas importantes para o desenvolvimento da região.

As ações do PGC não se restringiram, apenas às questões de fomento e desenvolvimento econômico, mas a recomposição vegetal, ou seja, o reflorestamento em áreas já degradadas, no entanto, a ideia de preservação se limitou a teoria, na prática, os impactos socioambientais prevaleceram nas áreas das atividades de mineração e extrativismo, o PGC teve sua ênfase de investimentos nos municípios do sudeste do Pará, na Amazônia Oriental, por financiamento de bancos como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (Machado, 1991).

Uma das maiores obras de engenharia deste período foi a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará em 1984, criada para fornecer energia para os grandes projetos na Amazônia e demais municípios brasileiros (Machado, 1991).

A SUDAM foi o órgão federal financeiro para o fomento do desenvolvimento regional na Amazônia e o modelo econômico utilizado para a operacionalização esteve baseado na teoria dos polos de crescimento de Perroux, elaborada no final dos anos de 1950, tendo como finalidade corrigir os desequilíbrios regionais econômicos por meio de polos de crescimento (Lira, 2005). Segundo Lira (2005, p. 43) a teoria dos polos se resume em:

Para Perroux, as economias subdesenvolvidas se caracterizavam pela inexistência de articulação econômica inter-regional, dualismo econômico intra-regional, e dependentes do fluxo do comércio exterior como dinamizador das relações econômicas externas. A alternativa para dinamizar economicamente essas áreas retardatárias ou subdesenvolvidas seria favorecê-las com a implantação da indústria motriz, ou seja, de um tipo de indústria que durante períodos determinados, apresenta taxas de crescimento do seu próprio produto superior à média do crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional, e que tenha a propriedade de aumentar as vendas das outras indústrias a partir do aumento da venda dos seus próprios.

Segundo Perroux (1977) o elemento chave para o desenvolvimento regional se atrela à dinâmica dos polos de crescimento. Para os países subdesenvolvidos a teoria do polo de crescimento poderia corrigir a falta de articulação entre a economia inter-regional e a ambiguidade econômica do espaço intra-regional (Lira, 2005). O Estado teria a função de estimular a implantação e a operação das indústrias desses polos. Perroux faz uma diferença conceitual entre polos de crescimento e polos de desenvolvimento. O primeiro corresponde ao

acúmulo de capitais e o desenvolvimento da indústria regional e o segundo constrói uma base estrutural que insere e beneficia econômica e socialmente a população local (Perroux, 1977).

Em suma, o modelo de desenvolvimento regional exógeno (com pouca participação de escolhas pela população local, dos povos tradicionais e indígenas) imposto para a Amazônia. Teve seu início nos anos de 1940, quando ela é inserida na Constituição de 1946 como política nacional de desenvolvimento nacional (Oliveira; Trindade, 2011).

Nos anos de 1980, houve uma grave crise econômica do Estado brasileiro, devido a um forte endividamento externo, resultante do aumento da inflação e do fim do chamado “milagre econômico do regime militar”. Durante a crise, houve uma forte retração nos investimentos a nível nacional e regional, colocando em xeque as Políticas de Desenvolvimento Regional, inclusive, esse fato colaborou para a reformulação nos anos 2000 das PNDR I e II (Oliveira; Trindade, 2011).

Partindo do princípio da teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1977), o município de Presidente Figueiredo se enquadra na ideia de seleção de áreas com potencial para desenvolvimento econômico. Ele está incluído como polo de mineração no documento de proposta do Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Manaus (PDIRMM).

Lima (2014, p. 160) faz o seguinte comentário sobre o PDIRMM e o Município de Presidente Figueiredo. “Nesse sentido o PDIRMM faz da exploração mineral a vocação do município de Presidente Figueiredo, classificando-o como Polo Minerário”.

O município de Presidente Figueiredo no Amazonas também se insere na lógica dos grandes projetos na Amazônia, pós-1960, principalmente pela atividade da Mineração Taboca, que explora o estanho desde 1982 (Oliveira, 2000).

Além da mineração, no município foi implantada a usina hidrelétrica de Balbina, responsável pela geração de energia de parte do município de Manaus, desde início dos anos de 1980 (Oliveira, 2000). Em suma, Presidente Figueiredo se originou a partir desses grandes empreendimentos estruturantes que estão no bojo das políticas de planejamento e desenvolvimento regional para a Amazônia (Oliveira, 2000).

#### **1.4. Rede urbana e pequenas cidades na Amazônia**

A atual configuração da rede urbana amazônica é resultante das intervenções do governo federal desde 1960, os fluxos migratórios, a constituição de novos núcleos urbanos, a

construção de modernos sistemas de engenharia, modais logísticos e a expansão da fronteira urbana (Becker, 1990).

A rede urbana compreendida como um conjunto articulado de cidades, núcleos e centros urbanos, formados por um encadeamento econômico, social, cultural e político, tem seus primeiros pressupostos nos anos de 1930 com os estudos de Christaller e Mark Jefferson (Corrêa, 1994).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a Nova Divisão Internacional do Trabalho <sup>4</sup> e a industrialização sendo indutora da expansão de cidades, surge uma necessidade de estudos voltados para o planejamento urbano. No Brasil, em 1955, o autor Pierre George foi um dos pioneiros nos estudos de rede urbana, suas pesquisas tiveram a forte influência da geografia teórica-quantitativa, geografia econômica e principalmente a urbana (Corrêa, 1994).

E nesse contexto os geógrafos retomam os estudos da rede urbana. Para compreender a rede urbana no mundo pós-moderno, é preciso entender a origem e o funcionamento das cidades, que é uma das bases para reprodução do capital (Corrêa, 1994).

A rede urbana dendrítica: é uma forma espacial mais simples que tem como base uma “cidade primaz” (mais influente). Esta rede urbana é datada no período colonial, quando as cidades, vilas e províncias se constituíram na Amazônia e os rios configuraram a organização desta rede urbana dendrítica até o período áureo da borracha (1890 – 1910) (Corrêa, 1987).

Conceituando rede urbana (Corrêa, 1994, p. 87): “Entendemos ser a rede urbana o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente”. O conceito de rede urbana, denota a influência e polarização de um grande centro urbano, sendo a metrópole ou megalópole os principais articuladores dessa forma espacial (Corrêa, 1994). Ainda discorrendo sobre o tema:

A rede urbana é um reflexo, em realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo, as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, introduzem tanto na cidade como no

---

<sup>4</sup> Divisão Internacional do Trabalho (DIT) teoria criada para sistematizar a organização espacial do trabalho capitalista, onde os países mais ricos fornecem o conhecimento e a indústria de multinacionais em países periféricos que fornecem mão de obra geralmente mais barata e os recursos naturais para fins de beneficiamento e comercialização em escala global, pós Guerra reorganizou novamente o espaço mundial, fez surgir a nova (DIT) onde em tese, todo processo de produção é realizado nos periféricos por intermédios de empresas multinacionais.

campo atividades que geram diferenciações nos centros urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações (Corrêa, 1994, p. 50).

A complexidade da rede urbana é liderada por um determinado centro urbano que por sua vez, estimula os fluxos e os fixos da sua hinterlândia, dando origem a outros núcleos urbanos mais dinamizados e articulados com toda ou parte da cadeia produtiva (Corrêa, 1994).

Apesar de não haver um consenso do ponto de vista conceitual e metodológico acerca das cidades pequenas, defini-las é necessário academicamente e no prisma das políticas públicas (Fernandes, 2018). Compreender as pequenas cidades, segundo os critérios quantitativos demográficos é um prisma que para o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, corresponde a pequenos núcleos e pequenos centros que possuem no máximo 50 mil habitantes, e para o IBGE cidade pequena é aquela possui até 100 mil habitantes (Corrêa, 1999 *apud* Fernandes 2018. p. 15).

Tem sido recorrente nos estudos de Geografia Urbana, classificar as cidades pequenas a partir da demografia, esse critério é um ponto de partida, no entanto, outros parâmetros podem ser utilizados para defini-las, como: o grau de arrecadação financeira e a inserção no contexto do capitalismo global, e uma proposta muito utilizada é a de que para conceituar as cidades pequenas seria necessário critérios quantitativos e qualitativos (Fresca, 2010).

Muitas cidades não podem ser compreendidas fora da rede urbana, principalmente aquelas que fazem parte de uma região metropolitana e que possuem um alto grau de influência local (Sposito, 2016). Discutindo as pequenas cidades e a rede urbana, a professora conclui que:

Assim, as cidades não podem ser entendidas fora das redes urbanas que conformam, uma vez que cada estrato de uma rede urbana expressa particularidades relativas a um conjunto que desempenha papéis semelhantes, e a singularidade de cada cidade fica resguardada pela comparação que fazemos com o conjunto ao qual ela pertence (o particular) e a totalidade compreendida por uma rede ou sistema urbano, ou mesmo a totalidade compreendida como a urbanização contemporânea – totalidades que são estabelecidas conforme se elabora o pensamento e reconhecidas como o geral (Sposito, 2016, p. 46).

Nem todas as cidades pequenas estão ligadas a uma rede urbana, mas é comum na literatura demarcar as cidades pequenas por um patamar econômico menor do que as cidades médias. Compreender seus significados e suas particularidades é importante dentro do contexto urbano brasileiro (Silva; Sposito, 2009).

Apesar da rede urbana amazônica ter sido formada por uma relativa infraestrutura, no entanto, uma boa parte do pouco sistema de engenharia que as cidades possuem, estão em situação de precariedade (Sathler, Monte-Mór e Carvalho 2009, p. 23). Assim, afirmam os autores:

A situação da fragilidade das redes urbanas amazônicas está relacionada a criação de uma série de impedimentos para o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, cabendo destacar: a) grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas; b) a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grande porções do território amazônico; c) grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais decisivos para sua participação ativa nos diversos tipos de fluxo.

As pequenas cidades amazônicas estão estruturadas dentro de uma lógica capitalista de produção do espaço, em maior ou menor intensidade. No entanto, há uma série de impedimentos a rede urbana, o que dificulta maior afluxo de capitais e de circulação de pessoas (Sathler, Monte-Mór e Carvalho 2009).

O conceito de rede urbana no Brasil, não se resume às metrópoles e as cidades médias. A rede urbana também abarca as cidades pequenas, mesmo que algumas cidades sejam pouco dinâmicas economicamente (Endlich, 2006).

Propondo novas metodologias de análises para uma tipologia da rede urbana na Amazônia, Schor e Costa (2011) constroem a ideia de arranjos institucionais como instrumentos para a tipologia da rede urbana Amazônia Ocidental.

As autoras elencam: 1- a dinâmica populacional, 2- variáveis históricas, 3- relações intra e interurbana, 4- serviços e comércio, 5- tendências locais das atividades produtivas, 6- arrecadação de impostos, 7- insumos para cesta básica regionalizada, 8- índice da construção civil, 9- produtos extrativistas, 10- movimentos sociais, ONGs e práticas religiosas, 11- infraestrutura urbana, 12- fluxo de transporte. O método dos arranjos institucionais e a análise de dados das cidades facilitam a compreensão do perfil da rede urbana na qual a cidade está inserida no contexto regional amazônico (Schor; Costa, 2011).

Em uma análise particular para as cidades que estão localizadas nas calhas do rio Solimões-Amazonas, as autoras propõem três tipologias de pequenas cidades: 1- cidades pequenas com dinâmica econômica externa, 2- cidades pequenas com responsabilidade territorial, 3- cidades pequenas dependentes (Schor; Costa, 2011).

No Brasil, Geiger e Davidovich (1961), foram um dos primeiros geógrafos a trabalhar o conceito de cidades pequenas pelo viés metodológico demográfico e estatístico. Enquanto conceito, (Silva, 2015, p. 274) faz a seguinte proposição:

Enquanto conceito, as cidades pequenas são, então, núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada a centros de outro porte e atendem ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço, e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho em escala internacional.

O espaço urbano nas pequenas cidades tende a ser menos fragmentado/complexo e mais conhecido por seus habitantes, as relações interpessoais são muito mais próximas do que nas cidades de maior porte. No entanto, algumas demonstram inclusive, características de cidades grandes, como a construção de condomínios fechados, relativa rede de serviços, universidades, escolas, cursos técnicos, outras tem até os três básicos setores da economia: primário, secundário e terciário (Silva, 2015).

As pequenas cidades em geral oferecem pouca diversidade econômica nos serviços, devido a baixa demanda demográfica, são espaços de pouca circulação de capitais e pessoas, pouca oferta de trabalho e emprego, na Amazônia, algumas cidades pequenas demonstram ser características mais rurais do que urbanas e possuem uma limitada rede de serviços públicos (Silva, 2015).

A produção do espaço das pequenas cidades é relativamente diversificada, podendo haver diversas tipologias de pequenas cidades, apesar da tendência de baixa densidade técnica, algumas podem assumir uma função dentro de uma cadeia produtiva e serem sedes de grandes empresas ou indústrias (Silva, 2015).

Embora não sinônimas, as cidades pequenas podem também receber a aproximação conceitual dada pela nomenclatura de “cidades locais” para os pequenos centros e fazendo alusão à escala local, as cidades locais são os núcleos urbanos pouco desenvolvidos, atendem as demandas mais elementares e urgentes de sua população, são serviços de medicina de baixa complexidade, educação básica e comércio. Sua atuação dentro da rede urbana se limita a municipalidade nas demandas emergenciais, entretanto, exercem influência ao seu entorno, principalmente em sua hinterlândia (Santos, 1979).

Na Amazônia, a formação das cidades em geral, são associadas ao rio, floresta, e a rodovia, sendo que o espaço rural e o urbano são contínuos e de difícil distinção em certos locais (Trindade Jr; Tavares, 2008). Os autores detalham que:

Em algumas delas, muitas vezes ligadas a dinâmicas econômicas herdadas do passado e as vias fluviais, o rural e o urbano se confundem, mostrando a intensa articulação das cidades com a temporalidade ainda não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados recentemente, ou quando fortemente difundidos, criam impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, que conferem o caráter híbrido do espaço (Trindade Jr; Tavares, 2008, p. 10).

Atualmente verifica-se que as pequenas cidades na Amazônia receberam uma grande influência do avanço da fronteira econômica e muitas surgiram do rodoviarismo, a exemplo das cidades da Amazônia Oriental, no entanto, algumas dessas cidades ainda mantêm heranças do passado ligado à floresta (Trindade Jr; Tavares, 2008). Ao analisar as cidades pequenas na Amazônia, os pesquisadores, Carmo; Costa (2021, p. 441) tem à seguinte conclusão:

Nessa região, mais de 80% das cidades são pequenos aglomerados, com menos de 21 mil habitantes, carentes de infraestrutura básica, apresentando, muitas vezes, ausência de arruamentos, iluminação pública, inépcia de atuação do poder público e precariedade de serviços urbanos, como saúde e educação. São cidades muito peculiares com configurações espaciais particulares e dinâmicas sociais e econômicas próprias e ligadas à natureza do espaço geográfico no que se encontram.

Assim, como em muitas outras cidades do Brasil, as pequenas cidades na Amazônia não dispõem de uma densa rede de serviços e infraestrutura, são núcleos muito dependentes das capitais e cidades médias, e no caso do Amazônia Ocidental, em detrimento da sua dimensão continental, o rio é o principal meio de circulação de pessoas e mercadorias (Carmo; Costa, 2021).

Os municípios do Amazonas, em grande medida, apresentam pouca diversidade econômica e quase todos dependem de repasses de verbas federais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Descrevendo sobre a realidade dos municípios com pequenas cidades amazonenses Marinho e Schor (2012, p. 78) comentam:

Os municípios do Amazonas, em especial aqueles com pequenas cidades, não podem ser entendidos sem as estreitas relações sociais e de produção decorrentes da relação campo/cidade. Esse processo decorre da dependência desses municípios de uma economia agropecuária e extrativista.

Os autores ainda afirmam que a falta de emprego formal nas cidades localizadas na calha do rio Solimões-Amazonas obriga os moradores a complementar ou ter como principal fonte de renda atividades de extrativismo vegetal e animal, esses moradores acabam por ter residência no campo e na cidade para cumprir suas obrigações (Marinho; Schor, 2012).

A estrutura das cidades amazônicas de hoje é bem diferente do que era no passado não tão distante, novos e velhos arranjos espaciais, reconfiguram a estrutura urbana da Amazônia, e os novos e velhos agentes sociais produzem o espaço urbano nas pequenas cidades de acordo com suas limitações sociais, econômicas e culturais (Oliveira, 2008).

O espaço das pequenas cidades na Amazônia está subordinado à hierarquia urbana, à intervenção estatal e ao controle do território, ora por grandes empresas do capital nacional e internacional, ora por planos de desenvolvimento regional arbitrários (Oliveira, 2008). Vários critérios são empregados para teorizar as cidades pequenas na Amazônia, Oliveira (2004, p. 3) emprega os seguintes critérios:

- 1) baixa articulação com as cidades do entorno; 2) atividades econômicas quase nulas com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; 3) baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmos os básicos ligados à saúde, à educação e à segurança; 4) predominância de atividades caracterizadas como rurais.

Os critérios trabalhados por José Aldemir de Oliveira, ainda hoje persistem nas cidades pequenas da Amazônia, entretanto, algumas cidades conseguiram melhorar sua estrutura urbana ao longo do tempo. Aumentaram sua oferta de serviços, no caso específico da educação, muitas universidades públicas e privadas já atuam em municípios em que tempos passados não possuíam centros universitários. Apesar da precariedade das cidades pequenas do Amazonas, algumas com a expansão do ensino superior produziram novas espacialidades locais. E no caso de Presidente Figueiredo, existe uma particularidade, a cidade possui uma intensa articulação com uma cidade do seu entorno, que é a capital Manaus, portanto, o critério baixa articulação com as cidades do entorno não se encaixaria para a cidade de Presidente Figueiredo, mas para outras cidades pequenas o critério de Oliveira (2000) seria pertinente.

O rio e a floresta são elementos naturais que vêm à tona quando se pensa as pequenas cidades na Amazônia, mas também, as pequenas habitações em palafitas, portos improvisados e precários. E esta é a visão de quem chega de barco em várias cidades na Amazônia, e essa imagem das cidades na região ainda persiste nos dias de hoje, mesmo com as mudanças dos padrões espaciais estimulados pelo desenvolvimentismo nacional do regime militar e no Amazonas, na maior parte das cidades o acesso ocorre por via fluvial (Oliveira, 2006).

O autor recorre a um texto clássico de Ítalo Calvino, intitulado Cidades Invisíveis, para fundamentar a ideia de cidades que estão muito ligadas ao rio e a floresta e por isso, não são tão evidenciadas como outras cidades mais globalizadas, assim afirma:

A vida nas e das cidades amazônicas está ligada ao rio e à floresta. Transpondo-os, surgem os aglomerados de casas simples que, vistas uma vez, nunca mais serão esquecidas. Não porque deixem, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações, mas porque têm a propriedade de permanecer na memória rua por rua, casa por casa, apesar de não possuírem particular beleza. É mais ou menos assim que Ítalo Calvino descreve uma cidade imaginária no livro *Cidades Invisíveis*, e é assim que temos o primeiro contato com a maioria das cidades da Amazônia localizadas à beira dos rios (Oliveira, 2006. p. 27).

É como se as cidades pequenas, principalmente as ribeirinhas fossem “invisíveis”, por não serem estéticas ou serem construídas sem os modernos sistemas de engenharia. A invisibilidade das cidades ribeirinhas se dá pela pouca dinâmica econômica (Oliveira, 2006). Ampliando a discussão da caracterização das cidades pequenas na Amazônia, entende-se que:

A interpretação que se pode dar às pequenas cidades perdidas na imensidão dos rios e da floresta muitas vezes é fugidia, pois busca parâmetros lógicos que nem sempre são capazes de explicá-las. Todavia, apesar de todas as limitações que se tenha, o importante é perceber, desde a chegada, que nessas pequenas cidades estão as raízes caboclas fincadas no chão, preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, que são as dimensões simbólicas de uma cultura que teima a permanecer (Oliveira, 2006, p. 27).

Para além de estereótipos, as cidades pequenas na Amazônia brasileira possuem suas características assentadas no rio na floresta, suas raízes é que constituem a cultura amazônica como fator da sua especificidade regional, no entanto, sua especificidade não se associa diretamente ao seu processo de formação, mas, a processos econômicos externos (Oliveira, 2006). As pequenas cidades na Amazônia possuem limites, possibilidades e impossibilidades, discutindo acerca de contradições Oliveira (2006, p. 280):

As pequenas cidades amazônicas apresentam essa contradição: são articuladas a relações pretéritas caracterizadas pela inércia e, ao mesmo tempo, articuladas dinamicidades contemporâneas que as ligam ao mundo, especialmente a partir da biodiversidade e sociodiversidade. Essa contradição, que de resto não é exclusiva da Amazônia, possibilita as simultaneidades das inovações e sinais da modernização na paisagem (especialmente ligados à comunicação, mas também aos equipamentos).

Mesmo com o avanço da fronteira econômica e a difusão de novos sistemas de engenharia e tecnologia da informação e com os impactos socioambientais, as pequenas cidades amazônicas resistem ao tempo e às suas contradições e desigualdades socioespaciais (Oliveira, 2006). É comum associar as cidades pequenas na Amazônia à inércia cultural e ao baixo dinamismo econômico, todavia, suas condições atuais são resultado de processos socioespaciais pretéritos (Oliveira, 2006).

É fundamental pensar a Geografia Urbana das cidades pequenas na Amazônia, para além do quadro natural, do lado pitoresco, formas espaciais pretéritas, ausência ou pouca dinamicidade econômica, e as intervenções estatais no tempo e no espaço (Oliveira, 2006). Fazendo apontamentos e analisando o futuro das cidades pequenas na Amazônia, Oliveira (2006, p. 29) destaca que:

As novas ações postas para a Amazônia, e especialmente para as pequenas cidades, deveriam contribuir para superar a visão funcional e caricatural que Amazônia é só fronteira e fonte de recursos inesgotáveis. A Amazônia é muito mais do que isso; é, em todos os cantos, o lugar de encantos. É uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando a paisagem natural ou artificial aparente, para circunscrever-se em sentimentos e emoções.

Analisar a Geografia urbana das pequenas cidades na Amazônia brasileira, apenas por formas espaciais pretéritas (geralmente pelo viés econômico) e sem considerar o cotidiano das áreas com baixa densidade técnica é um tanto simplista. É preciso incluir os grupos sociais que em grande medida são “invisibilizados” pelo sistema econômico (Oliveira, 2006). O autor acrescenta:

Neste sentido, para além das formas das cidades, há homens e mulheres para os quais a história e geografia das cidades amazônicas é feita e não esperada. Há outro jeito de fazer e outro modo de esperar. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, outra razão e outros sentimentos. Nas pequenas cidades amazônicas, a natureza é importante. Porém, muito mais do que pelo fatalismo de uma vida governada pela determinação da natureza, há à cultura amazônica que se estrutura como lógica e como razão, mas também como sonho, esperança e resistência (Oliveira, 2006, p. 29).

A geografia das cidades pequenas na Amazônia não se resume ao quadro natural da floresta e dos rios, e o espaço pode ser produzido sem necessariamente a imposição de agentes econômicos do capital. Mas as cidades têm sua dinâmica própria e interna e também são protagonistas nas lutas e resistências contra as contradições e subordinações impostas pelo capital externo (Oliveira, 2006). O entendimento da relação campo/cidade na Amazônia é fundamental para os estudos das cidades pequenas, os dois espaços possuem a função de complementaridade (Oliveira, 2009).

Para além disso, sua formação atrela-se a bases fundantes do passado, e de reestruturações socioespaciais recentes, e todas elas possuem suas particularidades e singularidades na relação campo e cidade na Amazônia (Vicentini, 2004).

Apesar das cidades pequenas na Amazônia apresentarem pouco dinamismo econômico muitas delas mantêm as tradições das festas religiosas e festivais culturais, como afirma Oliveira (2009, p. 155):

Dependendo da região onde essas pequenas cidades estejam localizadas, há uma maior presença da atividade agrícola ou pecuária correspondente ao que ali predomina [...] na verdade, o pouco movimento encontrado nessas localidades dá-se nos dias das feiras locais em alguns espaços e também em função da pecuária bovina, mas também das pequenas criações de suínos e caprinos.

A vida cultural nas cidades pequenas do Amazonas faz parte da produção do espaço e do cotidiano dessas cidades é um importante meio de desenvolvimento econômico atualmente, geralmente são festas agropecuárias, folclóricas e religiosas (Oliveira, 2009).

Mesmo sendo uma cidade pequena na Amazônia, Presidente Figueiredo possui uma rede urbana bem articulada com a metrópole Manaus, tendo a rodovia BR-174 como principal ponto de acesso. A rodovia liga Manaus (AM) a Venezuela, passando por Boa Vista em Roraima, essa rodovia é fundamental para a integração logística do Mercosul <sup>5</sup>entre Brasil e Venezuela. Um dos discursos que foram ditos na época que foi construída a BR-174, era que a rodovia poderia ser usada para escoar a produção dos produtos da Zona Franca de Manaus para países vizinhos na América do Sul, e de retirar o estado de Roraima do isolamento geográfico (Oliveira, 2000).

---

<sup>5</sup> "A República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia."

## CAPÍTULO II – DO TERRITÓRIO INDÍGENA WAIMIRI ATROARI À CIDADE DE PRESIDENTE FIGUEIREDO – AM

Em 2010 a população indígena absoluta no Brasil era de 896. 917 pessoas e apenas na região Norte era de 342. 836, segundo o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Censo Demográfico de 2022 a população absoluta no Brasil aumentou para 1.693. 535 indígenas e a da região Norte 753. 357 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010, 2022). Na tabela abaixo temos os números absolutos da população indígena no Município de Presidente Figueiredo e no Brasil (Quadro 5):

Quadro 5. População indígena Brasil e Presidente Figueiredo, variável pessoas indígenas

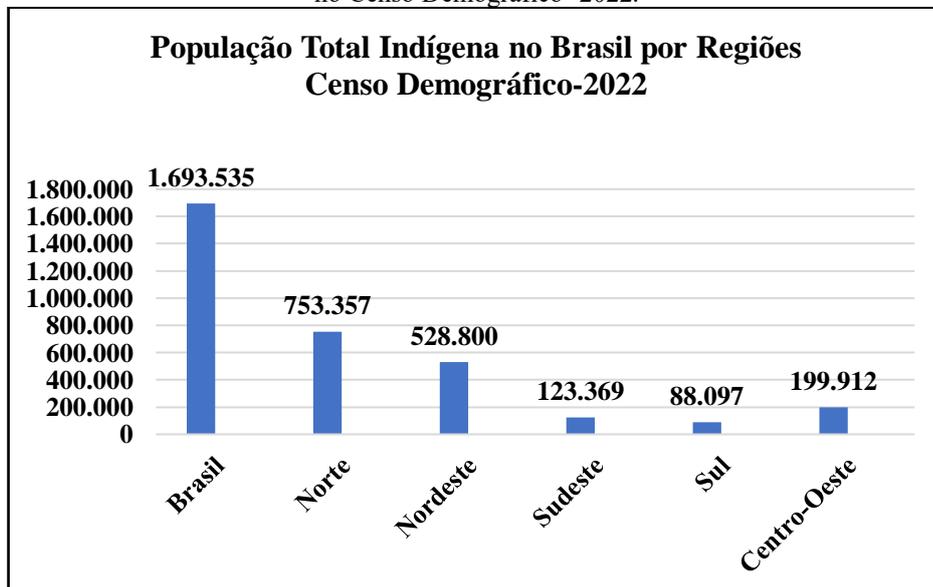
População Indígena: Brasil e Presidente Figueiredo-AM		
Brasil	Total	1.693.535
	Em terra indígena	622.066
Presidente Figueiredo (AM)	Total	1.291
	Em terra indígena	553

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Organização: O autor (2023).

No último Censo Demográfico, foram registrados no Brasil 622.066 indígenas que estão em terra indígena e em Presidente Figueiredo foram 1.291 no total e em terra indígena 553. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Para entender a questão indígena no Brasil é importante ter-se a noção da distribuição da população por regiões (Gráfico 3):

Gráfico 3. População residente, total e indígena, por localização do domicílio e quesito de declaração indígena no Censo Demográfico- 2022.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Organização: O autor (2023).

A região Norte apresenta maior número absoluto de indígenas, com 753.357, seguida de Nordeste 753.357, Sudeste 23.369 e Centro-Oeste 199.912. No estado do Amazonas a população total de indígenas é de 490.854, desse universo, 149.074 estão em terras indígenas e 341.780 estão fora de terras indígenas. Os municípios do estado do Amazonas, com maior número de indígenas são: Manaus 71.713, São Gabriel da Cachoeira 48.256, Tabatinga 34.497, São Paulo de Olivença 26.619, Autazes 20.442, Tefé 20.394, Santo Antônio do Içá 18.882, Benjamin Constant 17.811, Barcelos 14.175 e Santa Isabel do Rio Negro 13.662 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

A lei federal que regulamenta a terra indígena no Brasil é a Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 231, parágrafo 1º estabelece o conceito de terra indígena pelo prisma jurídico:

Por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil, 2007).

A CF de 1988 ratifica o direito permanente da posse de terra pelos indígenas como os primeiros habitantes do país e ainda legisla sobre demarcação de novas terras indígenas. As terras indígenas na Amazônia demarcadas ou não, quase sempre foram alvo de disputa e interesses de grupos capitalistas, principalmente em atividades com recursos naturais, como a exploração mineral (Baines, 2014). Para o pesquisador Gallois (2004, p. 39), existe uma diferença conceitual entre terra e território indígena e o autor compreende assim:

A diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

A terra, que via de regra é demarcada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) é a base jurídica para a ocupação dos indígenas, mas o território vai além, diz respeito ao modo de vida dessa população originária (Gallois, 2004).

Os primeiros registros do povo Waimiri-Atroari datam o século XVII, este povo vivia nas margens do rio Negro compreendendo a área do rio Jatapu ao rio Branco e desde o século XVII conviveu em seu território com outras etnias como: Arauquis, Caripunás, Pariquis e Sedahis (Monte, 1992). O povo Waimiri-Atroari pertence ao grupo linguístico karib (Neto, 1975) e seu território limita-se a oeste com os rios Negro e Branco e ao sul com o rio Amazonas

(Silva-Filho, 2015). A reserva Waimiri-Atroari foi criada em 1971 pelo decreto n° 68.907, entre 1978 a 1981 Silva-Filho, 2015).

A história do povo indígena Waimiri-Atroari é marcada pela violação dos direitos humanos pelo Estado brasileiro e pela ocupação de seu território por grandes projetos minerários e há mais de centenas de anos este povo resiste contra os avanços de poderes econômicos e estatais em seu território e os principais eventos relacionados ao processo de resistência são: a construção da Br-174, atividade mineradora, implantação da hidrelétrica de Balbina e o processo de fundação do Linhão de Tucuruí (Silva, 2022).

O início da invasão do território Waimiri-Atroari coincide com a construção da BR-174 que fazia parte do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa Operação Amazônia, a rodovia que liga Manaus (AM) a Boa Vista (RR) (Monte, 1992). Um dos mais marcantes conflitos envolvendo este povo indígena ocorreu em 1968 na expedição do padre João Calleri, que foi contratado pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas para tentar “pacificar” os Waimiri-Atroari, a expedição foi considerada mal-sucedida com o falecimento do sacerdote durante a ação de pacificação (Carvalho, 1982).

A rodovia BR- 174 foi inaugurada em 1977 e muitos indígenas foram mortos durante a construção, fato que ficou marcado pelo genocídio do povo Waimiri-Atroari. Segundo o Comitê Estadual da Verdade (2012) estima-se que, entre 1946 a 1985, foram mortos 2.650 indígenas, além das mortes já catalogadas, os indígenas sofriam constantemente ataques dos militares, e muitos morreram de doenças infectocontagiosas como o sarampo (Carvalho, 1982).

A construção da rodovia BR-174 foi uma das primeiras ações do Estado que resultou na violação dos direitos humanos do povo indígena Waimiri-Atroari. Este fato provocou um desarranjo e um genocídio no território dos indígenas, como comenta Oliveira (2000. p. 133):

A construção da BR-174 alterou espacialmente a forma de relação da sociedade nacional com os Waimiri-Atroari. O eixo de penetração para o território, antes alcançado exclusivamente pelos vales dos rios Uatumã, Camanaú, e Jauaperi foi modificado. Se os rios não impediam a invasão do território, pelo menos dificultavam o contato, pois possibilitavam aos índios condições mínimas de proteção ao se afastarem da margem e se embrenharem para os altos rios. A estrada atravessou toda a área da reserva, dividindo-a ao meio, facilitando a penetração e dificultando o afastamento dos índios. Espacialmente, os índios foram afastados da área de influência da estrada e também não puderam ocupar as margens dos rios em decorrência da frente de penetração de que uma certa forma já havia se consolidado.

A construção da BR-174 facilitou o acesso a Boa Vista-RR, entretanto, colocou a população Waimiri-Atroari em situação de vulnerabilidade, uma vez que a estrada passa por

dentro da terra indígena. Antes da estrada, o único acesso aos indígenas era por via fluvial, embora o rio não impeça a invasão ao território, mas ele pode dificultar o acesso de pessoas não autorizadas no território, e com a construção estrada, qualquer pessoa pode invadir o território dos Waimiri-Atroari via terrestre (Oliveira, 2000).

Na ditadura civil-militar (1964-1985) a política de desenvolvimento regional impôs para os indígenas na Amazônia processos de desterritorialização, tensões e conflitos que até **então**, não existiam ou não tinham uma grande dimensão, mas os interesses do Estado e de empresas capitalistas na região amazônica, se sobrepõem aos dos povos indígenas, formando assim um constante campo de tensões e de violações dos direitos humanos (Almeida, 2008). Ainda sobre a construção da estrada Oliveira (2000, p. 134) faz a seguinte observação:

A construção da estrada foi apenas o início do processo que tinha como o objetivo a ampliação de relações capitalistas na Amazônia a partir da intervenção do Estado que criou, nos anos setenta, todo um arcabouço institucional e legal visando legitimar o processo.

Os indígenas são os maiores prejudicados no processo de ocupação recente da Amazônia, a expansão da fronteira capitalista, chancelada pelo Estado colabora para um campo de fricção no território indígena até hoje. E no caso dos Waimiri-Atroari, observa-se a dualidade do Estado brasileiro, que ao mesmo tempo recria a reserva indígena e autoriza a construção da Rodovia BR-174 (Becerra, 2021).

Deve-se destacar dois megaprojetos que acarretaram tensões no território Waimiri-Atroari, que foi o Projeto Mineral de Pitinga e a construção da hidrelétrica de Balbina

A invasão do território Waimiri-Atroari pelo Grupo Paranapanema no início dos anos de 1980, retirou cerca de um terço da área total original dos indígenas. A terra ocupada pela Mineração Taboca e suas prestadoras de serviços foi desmembrada do território indígena para exploração mineral (Comitê Estadual da Verdade, 2012).

Cerca de 726 mil hectares de rejeitos provenientes da exploração mineral poluíram vários rios em Presidente Figueiredo e o rio Alalaú diminuiu consideravelmente sua quantidade de peixes devido aos rejeitos da exploração de cassiterita na região da mina de Pitinga (Becerra, 2021).

Os dispositivos jurídicos da CF/1988, que deveriam proteger a população indígena no Brasil, são desconsiderados pelo Poder Público e por empresas de grandes projetos na Amazônia e, sobre isso, Rodrigues e Fearnside (2014, p. 64) avaliam:

O artigo 231 da Constituição de 1988 resguarda aos índios direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo à União protegê-los. Ou seja, é destacado que eles são detentores de farto arcabouço imaterial e rica história social, devendo ser respeitados em sua diversidade. Mas, na TI Waimiri-Atroari, o que se notou foi um conflito entre preservação socioambiental e intolerância frente à etnia.

A violência contra os povos indígenas na Amazônia é observada antes do regime militar, e a mesma se intensificou com a ditadura militar no Brasil (1964-1985). A política de violação dos direitos fundamentais dos povos indígenas se concretizou em Presidente Figueiredo-AM, com os Projetos Minerais de Pitinga e a Hidrelétrica de Balbina, como alerta Fearnside e Rodrigues (2014, p. 65):

A política de domesticação dos Waimiri-Atroari fez parte do aparato de repressão que funcionou à força de armas no Brasil até 1985, por causa do regime militar. Depois, a influência do capital multinacional e de empreiteiras encarregou-se de dar continuidade à violência física e psíquica contra os povos tradicionais.

Deve-se destacar dois megaprojetos que acarretaram tensões no território Waimiri-Atroari, que foi o Projeto Mineral de Pitinga e a construção da hidrelétrica de Balbina e extermínio deste povo indígena foi tão intenso, que correram o risco de desaparecer de seu território no norte do Amazonas. Em 1972, uma estimativa realizada pela FUNAI, constatou que a população dos Waimiri-Atroari era de aproximadamente 3.000 indígenas, e em 1987 despencou para pouco mais de 420 (COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE, 2014).

Na época da construção da barragem Balbina, a região da bacia do rio Uatumã fazia parte do território dos Waimiri-Atroari e a FUNAI havia reconhecido na época oito aldeias indígenas na mesma área que foi alagada pela construção da UHE de Balbina, mas poucas aldeias foram realocadas para outra área do território indígena (área da UHE de Balbina) (Schwade, 1990).

O indigenista Egydio Schwade que trabalhou durante muito tempo em defesa dos indígenas Waimiri-Atroari, fez um relato sobre as oito aldeias na região atingida na época pela UHE de Balbina:

Todas elas interligadas por varadouros que, por sua vez, como uma teia de aranha, ligava também as aldeias Karib da região Norte do país e países vizinhos. A região de Balbina era servida de varadouros, não com a finalidade de captar energia, mas para abastecer o povo de peixes, caça, ovos de tartaruga, e tracajás, cuja a abundância era notória para os índios, seringueiros e exploradores de pau-rosa (Schwade, 1990, p. 40).

Antes da construção da BR-174 os indígenas estavam bem organizados em seu território, muito bem articulados com os rios e a floresta, mas com a construção da BR-174, a rodovia adentrou no território Waimiri-Atroari, formando a base estrutural e logística para a construção da UHE de Balbina e por conseguinte desorganizando espacialmente os indígenas (Schwade, 1990). A grilagem de terras pertencentes ao território Waimiri-Atroari foi uma das principais violações cometidas contra este povo, fato que ficou conhecido como “Grilagem Paulista”. O pesquisador Tiago Maiká Müller Schwade que trabalhou os conflitos fundiários no município de Presidente Figueiredo-AM em sua dissertação em 2012 afirma:

Entre os lotes delimitados no Município de Presidente Figueiredo trinta e cinco ficaram sobrepostos, total ou parcialmente, à Terra Indígena Waimiri-Atroari homologada em 1989, mas caso contabilizássemos todos os lotes inseridos no perímetro do território indígena anteriormente a construção da BR-174 esse número seria bem superior, abarcando 211 dos lotes grilados (Schwade, 2012, p. 65).

A grilagem de terras em Presidente Figueiredo tem sido alvo de pesquisa acadêmica e até mesmo, investigação pelo Ministério Público Federal desde os anos de 1980 e a territorialização do capital é revelada pelo genocídio do povo indígena (Schwade, 2012). O pesquisador ainda reitera:

O território que corresponde atualmente ao município, passou por intensas transformações nos últimos dois séculos. Esse processo é marcado pela expansão da fronteira capitalista sobre o território e pelo conflito bélico, que nos remetem ao povo indígena Waimiri-Atroari que tentava proteger-se do avanço dessa fronteira capitalista iniciada pela busca de mercadorias como a castanha, o látex, as peles de animais (meados do século XIX a meados do século XX), mas que ficou marcada pela introdução de grandes projetos de infraestrutura, de mineração e de grilagem de terras públicas (segunda metade do século XX). Simultaneamente ao avanço do capital ocorreu um grande genocídio que vitimou milhares de pessoas pertencentes ao povo Waimiri-Atroari (Schwade, 2012, p. 33).

O avanço da fronteira capitalista em Presidente Figueiredo-AM, no início dos anos de 1980, não se difere muito de outros grandes projetos na Amazônia, mas no caso específico tem-se uma multiplicidade de fatores que geram conflitos no território (Schwade, 2012). De acordo com o Comitê Estadual da Verdade do Amazonas e o Ministério Público Federal, que denunciaram a prática de grilagem de terras no município de Presidente Figueiredo, incluindo terra indígenas, tinha como finalidade as indenizações provenientes da construção de uma hidrelétrica para os invasores (Schwade, 2012).

As tensões contra o território dos Waimiri-Atroari atualmente estão associadas à construção de torres de transmissão do Linhão de Tucuruí, que está em curso, são 700 km de

extensão de Manaus (AM) a Boa Vista (RR) e que atravessa 122 km em terra indígena. O projeto é inserir Roraima no Sistema Interligado Nacional (SIN) tornando o estado menos dependente da energia termoelétrica. Outro entrave para o linhão é a não observância do procedimento padrão de consulta prévia aos povos indígenas afetados (Schwade, 2021).

Por se tratar de um projeto complexo e de interesse nacional, mas que envolve o território indígena, seria necessário discussões mais amplas sobre o tema, fato que ainda não aconteceu, mas após pressões de entidades nacionais de defesa dos povos indígenas, a exemplo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Ministério Público Federal (MPF) em audiências de 1ª e 2ª instâncias, foi dado um parecer favorável para que haja o cumprimento dos protocolos de consulta prévia da empresa responsável pela construção do linhão, portanto, é necessário discutir amplamente, com toda a sociedade civil e principalmente com os indígenas afetados no projeto Linhão de Tucuruí (MPF, 2019).

O CIMI considera que a passagem do Linhão de Tucuruí por dentro da terra indígena, seja apenas um pretexto para a desterritorialização e outras formas de agressões aos Waimiri-Atroari, como foi com a construção da BR-174, Implantação da atividade da Mineração Taboca e a Construção da UHE de Balbina que violaram de certa forma os direitos dos indígenas (Schwade, 2021). Apesar da consulta pública prévia sobre os empreendimentos capitalistas em terra indígena ser prevista pela Convenção Internacional do Trabalho de nº 169 e sendo promulgada no Brasil em 2004, o que se observa na prática é um verdadeiro descaso e quase não há discussões, e quando há, os questionamentos quase sempre são suprimidos da população indígena no país (Fajardo, 2009).

O povo Waimiri-Atroari resiste há séculos a todas as formas de violação de seus direitos. Desde os anos de 1960, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), liderado pelo indigenista Egydio Schwade, faz várias denúncias de genocídio contra este povo no Tribunal de Russel, em Roterdã na Holanda e no Comitê Estadual da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas. Ainda hoje o CIMI atua em prol dos povos indígenas na Amazônia, juntamente com o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA) (Silva Filho, 2018).

### **2.1. Caracterização da área de estudo**

O município de Presidente Figueiredo possui uma área de 25.459.099 km<sup>2</sup>, e está localizado ao norte do estado do Amazonas fazendo limite com o estado de Roraima, o município possui uma área urbanizada 10,90 km<sup>2</sup>, e a cidade está a 107 km da cidade de Manaus (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

A Lei Municipal nº 562 de 09 de outubro de 2006 institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano e ambiental de Presidente Figueiredo e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do município, a lei também estabelece os marcos territoriais dos limites urbano e rural do município (Plano Diretor de Presidente Figueiredo, 2006).

O plano segue uma tendência nacional de modelos de elaboração e implementação com a participação popular com ênfase na sustentabilidade econômica, social e ambiental. O município é dividido em pelo menos em cinco grandes áreas: 1-Urbana, 2-Expansão Urbana, 3- Zona de Pesca, 4- Zona de Interesse Mineral e 5- Núcleos Urbanos Dispersos. (Plano Diretor de Presidente Figueiredo, 2006).

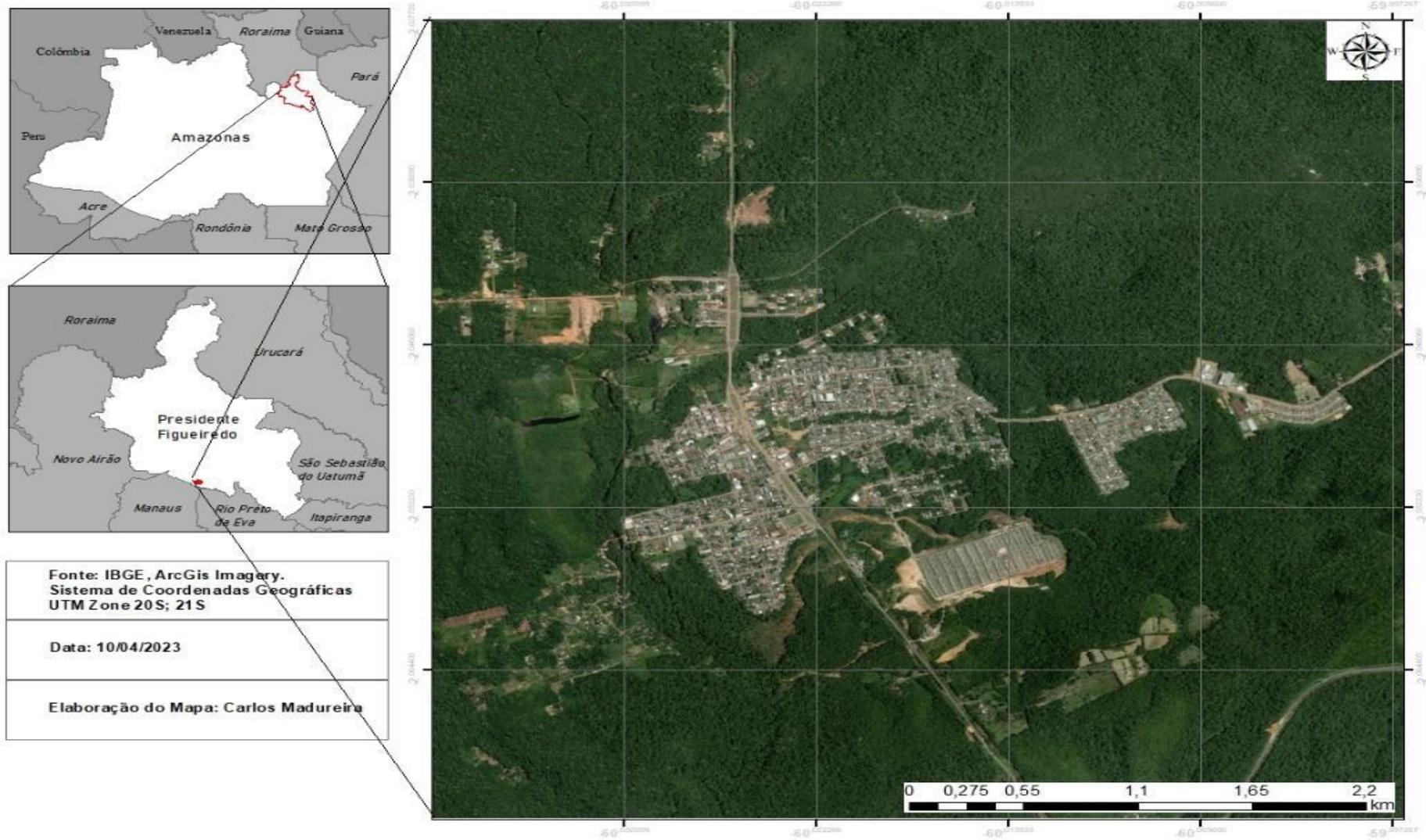
A população do município até 2010 segundo o Censo Demográfico do IBGE era de 27.175 pessoas, sendo 12.825 mulheres, desse total 6.379 (49,74%) vivem em área urbana, 6.446 (50,26%) vivem em área rural. Dos 14.350 homens, 6.662 (46,15%) vivem em área urbana e 7.728 (53,85%) vivem em área rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

Sua economia está baseada principalmente no setor de serviços, comércio, atividade mineradora, agropecuária, ecoturismo, e serviço público, o município abriga a Reserva Biológica Uatumã, que é uma unidade de conservação integral, cuja a utilização dos recursos naturais são restritos apenas a pesquisa científica (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

O município se destaca por festas populares como o carnachoeira em fevereiro e a “festa do cupuaçu” em abril, quando atrai um grande número de pessoas de Manaus e de outros municípios.

O município faz parte da Região Metropolitana de Manaus, pela Lei complementar nº 52, de 30 de maio de 2007, composta por Manaus, Presidente Figueiredo, Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves (AMAZONAS, 2007).

Figura 2. Mapa de localização da área urbana Presidente Figueiredo- AM



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). Elaboração: O autor (2023).

De acordo com o Censo IBGE de 2022, o município possui 30.668 habitantes, 1,20 habitante por km<sup>2</sup>, ficando em 22º maior do estado em população absoluta, a seguir temos o crescimento populacional do município (Tabela 1):

Tabela 1. Censo Demográfico do IBGE no município de Presidente Figueiredo anos: 2000, 2010 e 2022

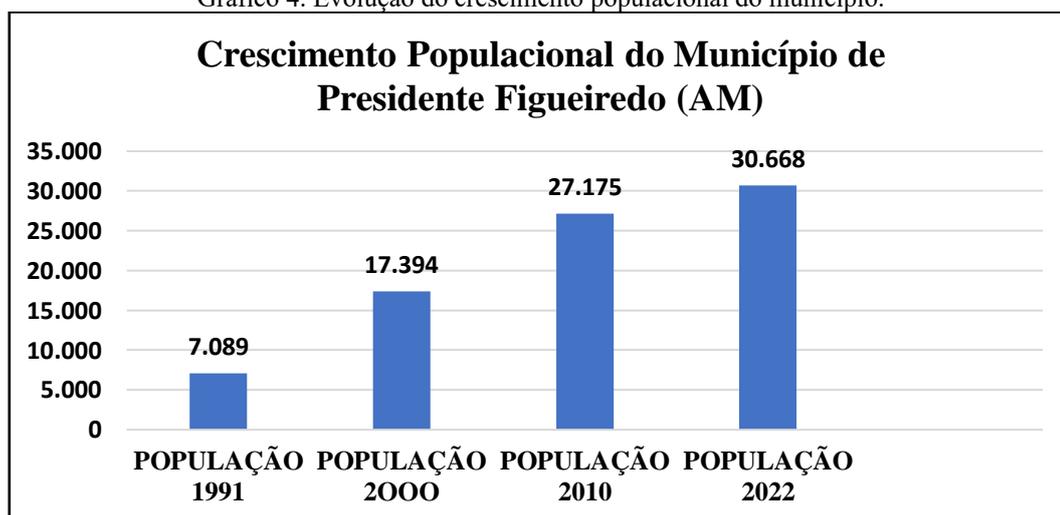
Variável população residente total			
Densidade demográfica	Censo 2000	Censo 2010	Censo 2022
	17.394	27.175	30.668
2022 1,20 hab/ km <sup>2</sup>	População total do estado Amazonas Censo 2022: 3.941.175 habitantes		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Organização: O autor (2023).

A evolução da população entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022 não foi muito significativa, com menos de 4.000 pessoas, isso mostra uma tendência de estabilização do quadro populacional nesse período. Mas, entre 2000 e 2010, o crescimento foi de quase 10 mil habitantes nesta década, sendo considerado um período de grande crescimento populacional do município de Presidente Figueiredo.

Abaixo temos a evolução do crescimento populacional do município de Presidente Figueiredo-AM (Gráfico 4):

Gráfico 4. Evolução do crescimento populacional do município.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Organização: O autor (2023).

Em 1991 a população do município era de 7.089, em 2000: 17.394, em 2010: 27.175, em 2022: 30.668 habitantes, entre 1991 e 2000 foi o período de maior crescimento populacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Grande parte do crescimento populacional do município se deu no início dos anos de 1980 e no final de 1990 com a expansão da frente capitalista da mineração de Pitinga e da hidrelétrica de Balbina, um fluxo intenso, principalmente vindos da região Nordeste (Oliveira, 2000).

## 2.2. Histórico de ocupação do município de Presidente Figueiredo (AM)

A história da ocupação do território antes dominado pelos Waimiri-Atroari no sentido da criação do município de Presidente Figueiredo tem suas origens no desmembramento territorial de Novo Airão, Itapiranga, Silves e Urucará (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

O município de Presidente Figueiredo teve sua criação pela Emenda Constitucional nº 12, de 10 de fevereiro de 1981, mas somente instalado em 25 de fevereiro de 1982, mas 3 anos depois a criação foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelo fato de a população não ter sido consultada para criação municipal. Ainda em 1985 toda a estrutura institucional do âmbito municipal foi desativada, incluindo a suspensão de repasses de recursos públicos, desarticulando institucionalmente o município (Oliveira, 2000).

Em 2 de julho de 1985 o município foi efetivamente instalado. O Congresso votou a lei complementar de nº 49 de 26 de junho de 1985 que dispensa de plebiscito todos os municípios criados até 31 de dezembro de 1981. A criação de um município no Brasil é historicamente estimulada por interesses políticos, no caso de Presidente Figueiredo, os interesses de empresas públicas e privadas foram a razão da criação deste município e este fato transcende os interesses locais, em detrimento de um alcance de um projeto político e econômico nacional e internacional, a partir de seus recursos geológicos (Oliveira, 2000). A institucionalização do município não pode ser compreendida apenas pela lei estadual que o criou, mas também por outros ângulos. Oliveira (2000. p. 90) tece sua análise:

Também a criação do município não corresponde apenas a uma determinação linear do sistema capitalista, mas assenta-se numa estratégia unificadora da sociedade nacional que concebe novos municípios especialmente da região amazônica, como possibilidade de interiorização do poder do Estado, visando garantir a reprodução do sistema.

A institucionalização ou não do município de Presidente Figueiredo, não impediria a penetração do capital nacional e internacional na região, entretanto, a criação de municípios como Presidente Figueiredo, são exemplos da reprodução/territorialização do sistema capitalista na Amazônia, desde 1950 (Oliveira, 1994). O autor descreve e amplia a discussão sobre a criação do município e assim:

A criação do município tem relação direta com a descoberta de minerais na região. Todavia, o processo não se encerra em Pitinga e não se restringe a Paranapanema, mas faz parte de um contexto mais amplo que passa pelo grande capital financeiro nacional, através da bolsa de valores, onde a empresa negocia suas ações, e pelo capital financeiro internacional, através da bolsa de

metais em Londres, onde negocia o estanho. Ou seja, o capital cria as condições espaciais que viabilizam a exploração das riquezas minerais, por exemplo, contextualizando-as no processo de mundialização da mercadoria (Oliveira, 2000, p. 80).

A ocupação na Amazônia planejada pelo Estado brasileiro, via de regra utiliza-se da base material da cidade para dar suporte aos grandes projetos, essa é uma característica marcante de municípios que foram criados em áreas de exploração de recursos naturais, como a mineração (Oliveira, 1994). Trindade Jr. (2006) reforça a análise de Oliveira (1994) ao tratar da criação de novos recortes urbanos na Amazônia pós-1960 e assim diz:

Todavia, é importante considerar que não é em qualquer ponto do sistema urbano brasileiro que esse processo se manifesta. No caso amazônico, a malha técnico-política implantada a partir da década de 1960, com a abertura de rodovias, com os incentivos fiscais e creditícios e com os grandes projetos econômicos, buscava aumentar essa fluidez do território, de modo a conectá-lo de maneira decisiva à divisão territorial do trabalho que se impunha em nível nacional e internacional (Trindade Jr, 2006, p. 184).

Os novos recortes urbanos na Amazônia planejados não foram fruto do acaso, eles foram previamente selecionados para a inserção da região na lógica capitalista nacional e internacional (Trindade Jr, 2006). As vilas de Pitinga e Balbina fazem parte do município de Presidente Figueiredo-AM, a vila de Pitinga foi criada em 1987 para ser a sede administrativa e a moradia para os trabalhadores da mineração Taboca, uma das empresas do grupo Paranapanema (Oliveira, 2004).

Situada a 210 km de Presidente Figueiredo, a vila de Pitinga possui uma boa infraestrutura como energia elétrica, saneamento básico, coleta de lixo e posto médico, e foi projetada para abrigar até 10.000 pessoas. Entende-se ter sido concebida como parte da tipologia urbana denominada de *company-town*. Para denominar a ocupação, e a urbanização do município de Presidente Figueiredo, José Aldemir de Oliveira classifica este processo de “ilhas de ocupação”, onde se observa núcleos urbanos dispersos da cidade-sede, que são as vilas de Pitinga e Balbina (Oliveira, 2000).

As vilas fazem parte de uma lógica capitalista de produção socioespacial desigual, no bojo deste processo forma-se uma rede de articulações entre o poder municipal, estadual, federal e as empresas que administram a mina de Pitinga e a UHE de Balbina (Oliveira, 2000). A questão mineral, energética e fundiária em Presidente Figueiredo são elementos de construção de uma nova lógica territorial de expansão do capital no Amazonas (Schwade, 2019). O professor José Aldemir de Oliveira, destaca a importância das vilas de Balbina e Pitinga, para o município de Presidente Figueiredo-AM, quando assinala que:

Os exemplos da cidade de Presidente Figueiredo e das vilas de Pitinga e Balbina mostram as várias maneiras de como os lugares na Amazônia podem ser utilizados para funções predominantemente urbanas sem possuir muita coisa que antes o caracterizava como tal (Oliveira, 2000, p. 104).

Os novos conteúdos e formas que são resultados da expansão capitalista na Amazônia, mudam espaços que outrora eram predominantemente naturais e depois se tornaram urbanizados e esta alteração do quadro natural é decorrente da produção capitalista no espaço amazônico, que desconsidera em grande medida o modo de vida tradicional (Oliveira, 2000).

A Usina Hidrelétrica de Balbina está localizada no rio Uatumã, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, no município de Presidente Figueiredo-AM, na rodovia estadual AM-240, e a obra foi finalizada em 1989. O projeto previa que cerca de 50% de sua energia fosse distribuída para a cidade de Manaus, mas, sua construção foi muito criticada na época devido ao seu alto custo financeiro e ambiental e a pouca capacidade de geração de energia (Thome, 1999). A Implantação da UHE de Balbina acarretou impactos ambientais sobre as populações tradicionais, indígenas e alagamentos em área florestal de cerca de 2.390 km<sup>2</sup> (Thome, 1999).

A entrada de acesso tanto para a hidrelétrica, bem como para a vila se dá por via terrestre, logo na entrada, é exigido a identificação do visitante na cancela, e o acesso é permitido para o público em geral. A vila de Balbina foi construída em 1981 para alojar os empregados da construtora Andrade Gutierrez empresa responsável pela construção da UHE de Balbina e os empregados da ELETRONORTE (Oliveira, 2000), o acesso é bem pavimentado, sinalizado e bem cuidado como vemos a seguir (Figura 3):

Figura 3. Acesso à vila de Balbina



Fonte: Trabalho de campo (2023).

A vila possui uma infraestrutura parecida com a de uma *company-town*, a diferença está na administração, que no caso de Balbina, no início dos anos de 1980, era de uma empresa estatal (Oliveira, 2000). Com a privatização da ELETROBRÁS, a vila de Balbina passou a ser administrada por um grupo de investidores que assumiram a empresa (BNDES, 2022). Os grandes projetos na Amazônia, revelam semelhanças entre as empresas estatais e privadas no tocante aos impactos socioambientais, como afirma (Oliveira, 2000. p. 104): “Isso serve para explicitar que no processo de expansão da fronteira para a Amazônia, não há diferença entre empresa pública e empresa privada. Na verdade, ambas se completam visando garantir a ampliação das relações sociais de produção capitalista”.

A vila de Balbina se subdivide em duas vilas a leste localiza-se a vila Atroari, que na sua fase inicial possuía cerca de 840 casas de madeira. Mas, depois da conclusão da UHE, a maior parte das casas foram destruídas, e hoje estão sendo ocupadas por ribeirinhos, agricultores, pescadores que não foram indenizados pela ELETRONORTE desde a época da construção da UHE (Oliveira, 2000). A ELETROBRÁS foi desestatizada em junho de 2022 como a Medida Provisória (MP) N° 1.031 que reduziu a participação acionária da União no controle da ELETROBRÁS (BNDES, 2022).

Em 2018, a Associação de Moradores da vila de Balbina realizou uma audiência pública com a Câmara Municipal de Vereadores de Presidente Figueiredo para discutir o futuro de Balbina, os principais pontos da pauta foram: doação definitiva das casas aos atuais moradores, desmembramento das terras (separando a vila residencial da usina), regularização fundiária dos terrenos, retirada da vila residencial do processo de venda da Eletrobras, liberdade para captação e implantação de projetos de geração de empregos e ocupação ordenada e sustentável da área desativada da porção Atroari (Pinheiro, 2018).

Nesse mesmo ano, Balbina entrou na lista de distritos do Amazonas que pleiteavam sua emancipação, na época, o então governador do estado, o senhor Amazonino Mendes solicitou estudos junto ao IBGE para verificar a viabilidade do desmembramento da vila, para fins de sua emancipação. A vila de Balbina atualmente vive o paradoxo da privatização, que leva uma instabilidade territorial, com os desdobramentos da venda da ELETROBRÁS, os moradores temem perder suas casas e terrenos que ocuparam desde a implantação da vila no início dos anos de 1980 (Pinheiro, 2018).

Muitos moradores veem na emancipação do município de Balbina a solução para seus problemas, no entanto, após a CF de 1988, a criação de novos municípios estabelece requisitos mínimos, como constituição de um plebiscito e quantidade populacional a partir de cinco mil

habitantes. No caso de Balbina, a questão territorial é um dos maiores impasses, sendo o território de empresas privadas que compraram a ELETROBRÁS e consequentemente a sua subsidiária a ELETRONORTE (Pinheiro, 2018). Logo abaixo verifica-se como estão como estão atualmente as casas da vila de Balbina (Figura 4):

Figura 4. Casas da Vila Atroari (A) e da Vila Waimiri (B) em Balbina.



Fonte: Trabalho de campo (2023).

As casas da vila Atroari, estão atualmente bastante precárias, algumas com aspecto de abandono, as ruas também estão com infraestrutura comprometida, com parte do asfalto desgastado e com alguns prédios abandonados e pouco movimento de pessoas nas ruas.

Na porção leste encontra-se a vila Waimiri, também chamada de permanente e que foi construída para moradia dos trabalhadores da ELETRONORTE e pessoas terceirizadas, como médicos, professores, enfermeiros, entre outros, que prestaram serviços essenciais para a empresa (Oliveira, 2000).

As casas que foram destinadas para os empregados da ELETRONORTE, apresentam melhores condições estruturais, todas padronizadas, mas, com uma rígida divisão hierárquica, onde as melhores casas são destinadas para os diretores, gerentes, supervisores e engenheiros (Oliveira, 2000). Mas vemos também uma característica peculiar de núcleos urbanos que são originados por frentes econômicas, que em um primeiro momento atraem um fluxo de migrantes considerável no seu processo de implantação e depois tendem a diminuir esse fluxo após finalização das obras como barragens, garimpos, estradas e projetos mineradores (Oliveira, 2000).

Além da UHE de Balbina, outro vetor de produção do espaço em Presidente Figueiredo é o projeto agropecuário Jayoro que atua em Figueiredo desde os anos de 1984, ocupa uma área de aproximadamente 59 mil hectares de terra, iniciada a partir de incentivos federais como o Proálcool, programa este estimulado pela SUDAM (Oliveira, 2000) e atualmente a empresa abastece com insumos algumas empresas do polo de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus. Embora seja uma empresa situada no espaço rural, há trabalhadores que moram na cidade de Presidente Figueiredo, e durante o trabalho de campo, alguns dos participantes da pesquisa afirmaram trabalhar na Jayoro. De certa forma, a relação campo-cidade em Presidente Figueiredo, tem como componente a empresa Jayoro.

### **2.3. Impactos socioambientais da mineração no município de Presidente Figueiredo**

O debate acerca do desenvolvimento regional no Brasil é de um período relativamente recente, isto é, a partir de 1940 e depois em 1950 na gestão Getúlio Vargas, quando surgiram os órgãos planejadores como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Monteiro, 2005). Quanto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) o projeto inicial seria industrializar as regiões do Brasil consideradas “problemas”, uma vez que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste já havia iniciado seu processo de industrialização (Resende, 2017).

O destaque dessas políticas de desenvolvimento regional foi para as políticas públicas na Amazônia, e a promoção realizada pelo Estado brasileiro foi a de estimular os investimentos de capital externo por meio de isenção fiscal e linha de crédito por bancos estatais para a região amazônica (Resende, 2017). Como resultado das mudanças dos padrões de ocupação na Amazônia, que antes era rio-várzea-floresta, e depois estrada-terra-firme-subsolo a região amazônica perdeu muito de suas características naturais para dar ênfase às economias de enclaves, que pouco dialogam com as necessidades locais (Porto-Gonçalves, 2001).

Diante deste processo surgem também os Plano Nacionais de Desenvolvimento I e II PNDs I e II, tendo a finalidade de modernizar e ampliar os setores produtivos nas regiões do Brasil. Em 1980 verifica-se uma crise financeira do Estado brasileiro, desestimulando os investimentos estatais, uma vez que não só o capital privado era investido nas regiões citadas, como também o capital de origem estatal. Em 1995, com o Plano Real, veio a estabilização econômica, então diminuí a participação das SUDAM, SUDENE e SUDECO no planejamento estratégico estatal. Então surge no ano de 2007 a Política Nacional de Desenvolvimento Regional I (PNDR I), segundo o Decreto nº 6047/2007. Em suma, o objetivo dessa nova política

de desenvolvimento regional era diminuir as disparidades socioeconômicas das regiões periféricas do Brasil (Resende, 2017).

Com a escassez de recursos minerais em países desenvolvidos, associada ao estágio do capitalismo globalizado, o avanço das multinacionais em países periféricos e a abundância de recursos minerais, principalmente na Amazônia brasileira, motivou empresas públicas e privadas para uma série de estudos geológicos com apoio de políticas governamentais, nos potenciais depósitos minerais e em 1950 foram encontradas jazidas de manganês, ferro, alumínio e estanho e outros minérios na região amazônica (Santos, 2002).

Os garimpos na Amazônia, passam a ter evidência de exploração ainda no início dos anos de 1960, nos estados do Pará e Amapá, no entanto, somente nos anos de 1980 é que a exploração de ouro ganha mais visibilidade, com a mina de Serra dos Carajás no sudeste do Pará, mas conhecida como serra Pelada que atraiu quase um milhão de garimpeiros nos anos de 1980. Em Andorinhas, Tucumã, Cumarú, na região do rio Gurupi no Amapá, em Jurema e Teles Pires no Mato Grosso, no Alto rio Negro na Cabeça do Cachorro, em Roraima na região de Surucucus, e por fim em Rondônia no rio Madeira também se atraiu pessoas em busca da exploração de ouro (Santos, 2002).

A mineração na Amazônia em um período recente (pós-1960), tem suas bases fundantes em eventos nacionais e internacionais, destaque para a crise econômica brasileira do final dos anos de 1970 denominada de “milagre econômico” e a crise do petróleo de 1973 foram fundamentais para uma reformulação na indústria de bens duráveis no Brasil (Monteiro, 2005).

A atividade mineradora ganha força no Brasil com o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND II) e com a inserção do Projeto Grande Carajás no início dos anos de 1980. O governo militar da época buscava no PND II, a reestruturação econômica que o Brasil precisava de uma estratégia para minimizar os efeitos da recessão econômica que o Brasil vivia naquele momento (Monteiro, 2005).

Dentro de um conceito técnico e mais abrangente, a Agência Nacional da Mineração (ANM) define o que é mineração no Brasil: “A mineração corresponde a uma atividade econômica e industrial que consiste na pesquisa, exploração, lavra (extração) e beneficiamento de minérios presentes no subsolo” (ANM, 2023).

Para sintetizar a capilaridade econômica da atividade mineradora, elaboramos um quadro com um balanço geral do desempenho do setor mineral brasileiro em 2022 (Quadro 6):

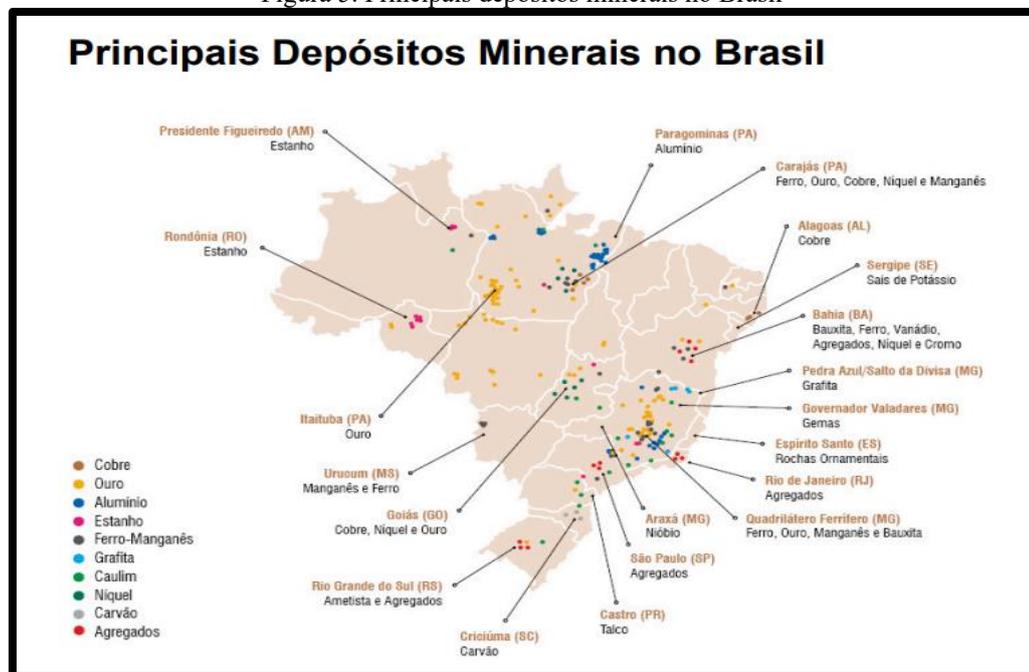
Quadro 6. Desempenho do setor mineral no Brasil em 2022.

2.699 Municípios recolhedores de CFEM-48% DOS municípios brasileiros
91 tipologias minerais produzidas
Mais de 7.300 empresas e microempreendedores individuais envolvidos direta ou indiretamente
Mais de 204 mil empregos diretos
2,25 milhões de empregos ao longo da cadeia e mercado
Faturamento de R\$ 250 bilhões
Impostos e tributos totais R\$ 86, 2 bilhões
Produção estimada 1,05 bilhão de toneladas
Arrecadação de CFEM 7,08 R\$ bilhões

Fonte: IBRAM (2022). Organização: O autor (2023).

O setor mineral no Brasil como se vê no resumo de desempenho de 2022, ocupou uma considerável parcela na economia do país, e a maior parte dos investimentos na mineração até 2027 serão para o minério de ferro, com aporte de estimativa de US\$ 17 bilhões (IBRAM, 2022). Os maiores produtores de minério do Brasil são os estados do Pará e Minas Gerais, mas por todo território brasileiro verifica-se uma grande quantidade de depósitos minerais já considerados e consolidados pelas prospecções geológicas, como se verifica abaixo (Figura 5):

Figura 5. Principais depósitos minerais no Brasil



Fonte: DNPM; IBRAM (2015).

A figura destaca o cobre, ouro, alumínio, estanho, ferro-manganês, grafita, caulim, níquel, carvão e agregados, e Presidente Figueiredo se destaca por depósitos minerais de estanho (IBRAM, 2015). A mineração Taboca foi fundada em 1969 foi uma das pioneiras na exploração e metalurgia de estanho no Brasil, nos anos de 1979 começa a explorar estanho na mina de Pitinga, que está a 300 Km de distância de Manaus (TABOCA, 2023).

A empresa construiu um núcleo urbano para seus funcionários nas proximidades da mina tem-se escolas, posto médico, e redes de transportes e telecomunicações. Na mina de Pitinga é feita a lavra e o beneficiamento dos minérios de cassiterita e columbita (TABOCA, 2023). Para sintetizar a história da empresa, e sua atuação no seguimento de mineração tem-se uma breve cronologia da mineração Taboca, com o seguinte detalhamento (Quadro 7):

Quadro 7. Linha do tempo da Mineração Taboca

<b>Cronologia Mineração Taboca</b>
1 – Em 1961, a Paranapanema, empresa de origem familiar na época, inicia sua história como empresa de construção civil pesada.
2 – Em 1969, a Paranapanema descobre ocorrências de cassiterita – minério de estanho – na Região Amazônica e obtêm os direitos minerários em diversas áreas na província estanífera de Rondônia, fundando a Mineração Taboca S.A.
3 – Em 1973 a Paranapanema incorpora a empresa Mamoré Mineração e Metalurgia, verticalizando a produção, passando a produzir estanho refinado.
4 – Em 1974 a Paranapanema, após anos de investimentos, consolidou tecnologia de concentração de cassiterita, proveniente de depósitos aluvionários.
5 – Em 1979, a Mineração Taboca, através de pesquisas geológicas, descobre os primeiros indícios promissores de existência de cassiterita, em afluentes do Rio Pitinga, no estado do Amazonas.
6 – Em 1982, a Mineração Taboca inicia implantação e lavra na mina a 300 km de Manaus (AM), que passa a denominar-se: Pitinga, gerando recursos que a transformam em um projeto auto-sustentado.
7 – Em 1987, investimentos em pesquisa e desenvolvimento permitiram à Mineração Taboca, avançar em tecnologias para processamento de minérios ricos em Nióbio e Tântalo, também presentes na mina de Pitinga.
8 – Em 1996, um pool de fundos de pensão adquire o controle acionário da Mineração Taboca, da Mamoré Mineração e Metalurgia, adotando o nome Paranapanema para denominar o novo conglomerado de empresas voltadas para produção de metais não ferrosos.
9 – Em 2002, Mineração Taboca obteve a Certificação ISO 9001:2000.
10 – Em 2005, a Mineração Taboca SA arrenda as instalações da Mamoré Mineração e Metalurgia, no interior de São Paulo, consolidando as atividades de mineração e metalurgia de estanho sob uma única empresa.
11 – Em 2006, após anos de pesquisas e investimentos, a Mineração Taboca inicia o processo de substituição do aluvião pela extração da rocha primária, projeto denominado “Rocha-Sã”.
12 – Em 2008, o tradicional grupo minerador peruano Minsur, adquire o controle acionário da Mineração Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia.

Fonte: Mineração Taboca (2023).

A Mineração Taboca atua também no segmento de nióbio e tântalo, resultado da fundição do minério de columbita presentes na mina de Pitinga é uma das empresas líderes no segmento da mineração (TABOCA, 2023). Pitinga é uma vila que atende interesses corporativos e que no início do projeto minerador exerceu o seu papel de *company-town* fechada, ou seja, controlada pela empresa que administra os negócios da mineração seu acesso restrito para os funcionários que moram e trabalham em Pitinga (Oliveira, 1994). A vila pode ser descrita assim:

A vila de Pitinga pouca ou nenhuma semelhança tem com outros núcleos urbanos do interior do Amazonas. Criada para abrigar mão-de-obra e infraestrutura de apoio a Mineração Taboca, empresa do grupo Paranapanema, tudo nela parece exageradamente artificial, rigidamente planejado e

controlado, produzindo um espaço urbano normatizado e homogêneo sem a mediação da espontaneidade (Oliveira, 2000, p. 81).

Como toda cidade-empresa, a vila de Pitinga segue o modelo de cidades com boa infraestrutura e saneamento básico e com bons indicadores de qualidade de vida para os funcionários que moram em áreas de grandes projetos. O autor apresenta mais detalhes da construção da vila e assim descreve: “A vila foi inicialmente dimensionada para ocupar uma área de 125.001 m<sup>2</sup> com 1.137 casas, 48 apartamentos e 8 alojamentos, podendo abrigar até 10.000 pessoas” (Oliveira, 2000, p. 82).

A vila se caracteriza espacialmente pela estratificação, controle e hierarquização da empresa privada para com seus funcionários, e a estrutura urbana da vila de Pitinga se assemelha com outras vilas controladas por empresas de grandes projetos na Amazônia (Oliveira, 2000). O pesquisador Denison Silva, que discutiu as relações de trabalho na Mineração Taboca, resume a forma de atuação da empresa:

Enquanto empresa capitalista com ações negociadas em bolsa de valores, a Mineração Taboca Sociedade Anônima tem como principal objetivo a geração máxima de dividendos aos seus acionistas, o que, na década de 1980, conseguiu por intermédio dos baixos custos da produção de cassiterita aluvionar de Pitinga. Ou seja, a mineração aluvionar tem custos relativamente baixos devido ao processo produtivo resumir-se na retirada do minério de cassiterita (aluvião) do leito dos igarapés, com dragas, e posterior seleção do material recolhido, diferente da rocha sã, em que é necessário o desmonte de morros e encostas de serras com explosivos e todo um aparato tecnológico e logístico, encarecedor do produto final. Posteriormente, máquinas reduzem os blocos obtidos da rocha sã a pequenos pedaços, o que permite o beneficiamento do minério (Silva, 2009, p. 34).

A Mineração Taboca é uma das poucas empresas do Brasil que possuem mina própria, e sua atuação empresarial pouco difere das demais mineradoras que atuam na Amazônia, que visam a maximização do lucro e certos momentos desconsideram as questões ambientais e indígenas (Silva, 2009).

As mudanças socioespaciais em Pitinga, desde a sua fundação, até hoje, foram poucas, a vila continua sendo a sede administrativa da Mineração Taboca, a maioria dos trabalhadores da empresa que vinha de outras regiões do Brasil, perdeu espaço para trabalhadores qualificados da região Norte.

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é um valor em dinheiro que as empresas mineradoras pagam ao Estado pelo uso dos recursos minerais, uma vez que pela Constituição Federal, os depósitos minerais são de propriedade da União,

então uma forma de compensar essa perda, seria através de desse recurso que as empresas mineradoras repassam para o Estado brasileiro (ANM, 2023).

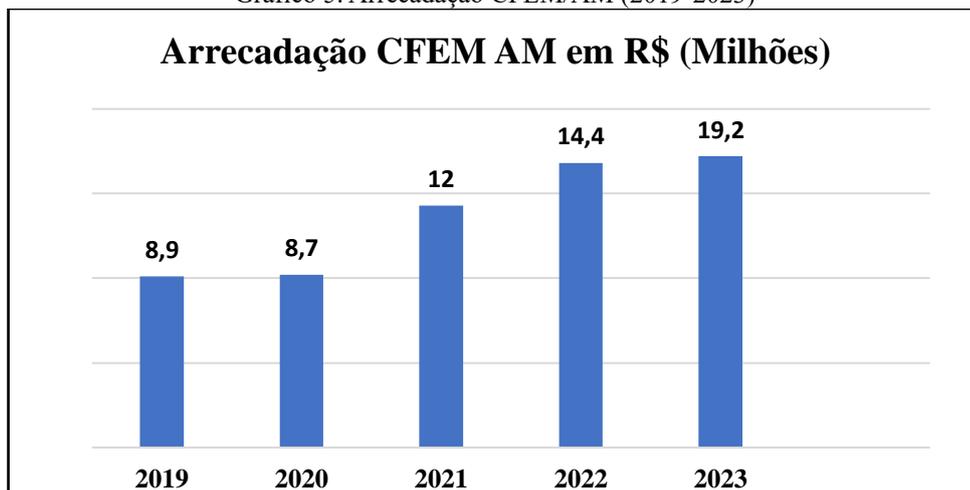
Os marcos regulatórios da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) se dão inicialmente com a Constituição Federal de 1988, especificamente no capítulo 2, artigo 20, que estabelece:

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (BRASIL, 1988, p. 27).

A CFEM tem como premissa a contraprestação pela exploração mineral de empresas mineradoras no território nacional, com exceção da lavra garimpeira, após recolhida, a CFEM funciona da seguinte forma: **1-** 10% dos recursos para a União, **2-** 15% destinado para o estado de onde foi extraído a substância mineral, **3-** 60% vão para o município produtor e 15% para os municípios que foram afetados pela atividade mineradora e quando produção do minério não ocorrer em seus territórios (ANM, 2023).

Quando se analisa as contradições do discurso do chamado “desenvolvimento” a partir de grandes projetos na Amazônia, percebe-se que a arrecadação de recursos financeiros oriundos da atividade mineradora no município não promove um “desenvolvimento econômico” que garanta qualidade de vida nas periferias de cidade atingidas por grandes projetos (Silva, 2013). Para entendermos melhor a arrecadação da CFEM no Amazonas temos valores de arrecadação da CFEM no Amazonas (Gráfico 5):

Gráfico 5. Arrecadação CFEM/AM (2019-2023)



Fonte: Agência Nacional da Mineração (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023). Organização: O autor (2023).

A arrecadação da CFEM do município de Presidente Figueiredo vem crescendo desde 2019, chegando a 19.280.681,81 milhões de reais no ano de 2023 (ANM, 2023). Fazendo um questionamento entre o que Presidente Figueiredo arrecada com a CFEM e o que o município possui nos indicadores socioeconômicos: saúde, renda, educação e segurança pública, existe uma grande disparidade social e econômica, percebida na forma de urbanização precária. Abaixo CFEM mostramos o valor arrecadado em 2023 (Tabela 2):

Tabela 2. Arrecadação detalhada em R\$ da CFEM/Presidente Figueiredo (2023).

Minério/Produto	Total R\$
ÁGUA MINERAL	50,23
CASSITERITA	13.421.968,69
GRANITO	889.215,72
TANTALITA-COLUMBITA	4.969.447,17
	19.280.681,81

Total de arrecadação CFEM em R\$ 2023: 19.280.681,81

Fonte: Agência Nacional da Mineração (2023). Organização: O autor (2023).

Em 2022, o município de Presidente Figueiredo foi o maior arrecadador CFEM no estado do Amazonas com um montante de R\$ 14.443.408,51. (ANM, 2022). Os dados da arrecadação da CFEM de janeiro até dezembro de 2023 colocam o município novamente como o maior arrecadador da CFEM no estado do Amazonas com R\$ 19.280.681,81 (BRASIL, 2023). Em 2023, o município teve um total de receitas realizadas no valor de 341.169.351,90 R\$ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). O valor arrecadado pela CFEM pode gerar uma expectativa de melhoria na cidade e para as pessoas que moram em Presidente Figueiredo - AM. A porcentagem do valor arrecadado da CFEM de 2023, em relação ao valor total das receitas realizadas do município neste mesmo ano corresponde aproximadamente a 5,7% das receitas realizadas em 2023. O total de despesas empenhadas do município em 2023 foi de 308.128.496,9 R\$ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023) a porcentagem do valor da CFEM em 2023, em relação a valor das despesas empenhadas do município no mesmo ano corresponde a 6,23%.

Analisando o volume de arrecadação da CFEM dos municípios do Pará e o papel da gestão pública na governança dos recursos financeiros, Palheta, Nunes, Neto e Rodrigues (2017, p. 6), fazem a seguinte afirmação:

As cidades sedes de grandes projetos contam com os recursos financeiros advindos das atividades mineradoras, como por exemplo, a Contribuição

Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) , junto com aqueles advindos dos serviços (ICMS), do aumento populacional (FPM) e do Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI), que juntos ajudaram a aumentar as receitas municipais e criaram expectativas da multiplicação dos serviços já existentes e a criação de outros, para atendimento das comunidades residentes nestes municípios. Um dos desafios da gestão pública municipal é traduzir estes recursos, que vêm direta ou indiretamente da mineração, em benefícios sociais para as sociedades atingidas pela mineração.

Os autores analisam nesse mesmo artigo, os impactos econômicos nos municípios mineradores do sudeste do Pará, eles elencam pelo menos seis municípios que mesmo recebendo investimentos das empresas mineradoras via CFEM, apresentam precariedade na infraestrutura urbana, que são: Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Curionópolis.

Assim como o estado do Pará, em Presidente Figueiredo no Amazonas segue a lógica da acumulação de capitais por empresa mineradora e não se vê a eficiência da gestão pública municipal no tocante a serviços públicos básicos para a população. De acordo com Silva (2013) os recursos da CFEM poderiam ser melhor investidos se houvesse mais pressão popular junto às prefeituras dos municípios arrecadadores da CFEM.

A professora Maria Amélia Enriquez que discutiu a mineração no Brasil, em sua tese de doutorado em 2007, intitulada de “Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira” faz uma avaliação sobre a CFEM, como vemos a posteriori:

Dos países que recolhem *royalties* sobre a exploração minerária, o Brasil é um dos poucos que repassa a maior parte desses recursos para os municípios produtores. Porém, conhecer a real destinação dada à CFEM pelos municípios mineradores é uma questão muito delicada, uma vez que não há qualquer mecanismo rotineiro de acompanhamento ou fiscalização. A exceção seria a dos municípios auditados a partir dos sorteios da Controladoria Geral da União (CGU). Não há instrumento capaz de verificar com precisão qual o uso real dado a esses recursos financeiros (Enríquez, 2007, p. 350).

Um dos grandes problemas da CFEM é a falta de transparência na aplicação dos recursos arrecadados e praticamente não existem instrumentos eficazes que possam gerenciar os gastos públicos. A única opção empírica seria acompanhar as condições da infraestrutura e dos serviços públicos ofertados nos municípios arrecadadores e os lançamentos superficiais dos gastos da gestão municipal no portal da transparência da prefeitura (Enriquez, 2007).

Em áreas atingidas por grandes projetos econômicos como a atividade mineradora é comum a confusão das práticas de responsabilidade social das empresas, com a prática de

filantropia, nesse caso, para além da CFEM deveria existir um compromisso social das empresas com os municípios mineradores, mas na prática quase não há (Medeiros, 2016).

O PIB do município Figueiredo é considerado alto para os padrões do Amazonas, é um dos maiores do estado e a soma das receitas levam em consideração tudo que é produzido no município em um determinado período, geralmente um ano. Vemos abaixo a colocação de Presidente Figueiredo no ranking estadual do Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 3):

Tabela 3. Ranking estadual (AM) do Produto Interno Bruto em R\$ (2020).

<b>Ranking AM-PIB</b>	
1º Manaus	91.768.773,49
2º Itacoatiara	2.273.856,2
3º Coari	1.923.312,12
4º Manacapuru	1.432.601,63
5º Parintins	1.320.760,00
6º Tefé	941.548,54
7º Presidente Figueiredo	829.589,64

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Organização: O autor (2023).

O PIB de Presidente Figueiredo em 2018, era de R\$ 445.555,01, estando em 14º no ranking estadual, a partir de 2018 o PIB cresce e no ano de 2020 fica em 7º lugar com R\$ 829.589, 64, no ranking nacional ele fica em 1059º (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

A mineração é uma atividade que provoca instabilidade socioeconômica e socioambiental em áreas onde é instalada, o aumento da população, degradação ambiental, piora no IDHM, concentração de renda, formação ou intensificação da periferização, desterritorialização da população tradicional e indígenas, entre outros (Coelho, 2014).

Com a expansão da malha urbana da cidade de Presidente Figueiredo, alguns corpos hídricos sofreram impactos ambientais, como este igarapé que fica no bairro Aida Mendonça (Figura 6).

Figura 6. Igarapé assoreado na área urbana



Fonte: Trabalho de campo (2024).

O igarapé em questão está localizado na área urbana e atravessa a cidade e nos anos de 1990 foi considerado um importante balneário para moradores da cidade segundo (Oliveira, 2000). Atualmente, o igarapé está muito assoreado, e com focos de contaminação da água, e os moradores não utilizam mais como balneário. Embora, ele não tenha sido impactado diretamente pelos rejeitos da mineração de Pitinga, mas indiretamente, sendo resultante da expansão urbana que se inicia nos anos de 1980, atingiu essa área nos anos 2000 em detrimento do crescimento populacional que os grandes projetos promoveram na cidade de Presidente Figueiredo-AM.

Identificar os impactos socioambientais é imprescindível para um planejamento de mitigação desses impactos pelo poder público, os impactos podem ser diretos e indiretos e Coelho (2014) a fim de tentar entender um pouco dos impactos socioambientais em Presidente Figueiredo, conforme mostramos abaixo (Quadro 8):

Quadro 8. Impactos socioambientais diretos e indiretos da mineração em Presidente Figueiredo

Impactos econômicos locais	Impactos socioculturais locais	Impactos ambientais locais
Concentração de renda nas elites que detêm a propriedade/ações da empresa	Genocídio do povo indígena Waimiri-Atroari	Degradação do bioma amazônico.
Gastos do poder público com infraestrutura na cidade	Alto risco de acidente de trabalho na mineração de Pitinga	Contaminação e assoreamento de igarapés da cidade, a exemplo do igarapé que fica no entorno do bairro Aida Mendonça.

Baixo crescimento do IDHM de Presidente Figueiredo.	Aumento do fluxo migratório na cidade de Presidente Figueiredo, gerando uma forte pressão social na cidade, e demanda por moradia.	Contaminação dos igarapés do entorno da área da mina de Pitinga
Aumento dos índices de pobreza urbana	Aumento dos índices de criminalidade na cidade	Aumento do tráfego local
Formação de bairros em tipologia análoga a favela, como o Morada do Sol, Orquídea, José Dutra e Aida Mendonça (segundo o mapa de favelas)	Ruptura dos laços familiares dos trabalhadores da mineração	Desmatamento na área urbana da cidade, exemplo do residencial Vale das Nascentes

Fonte: O autor (2024) adaptado de Coelho (2014).

Esses são alguns dos impactos socioambientais em Presidente Figueiredo-AM, na cidade e no município, um dos impactos socioambientais, já citado por Oliveira (2000) é a ruptura temporária e parcial dos laços familiares de trabalhadores da Mineração Taboca, e o seu não enraizamento com cidade de Presidente Figueiredo.

Durante a pesquisa de campo e a entrega dos formulários, fazia-se a seguinte pergunta no item 32: você conhece alguém que trabalha ou trabalhou na mineração Taboca? Dos 45 participantes, apenas um afirmou que conhecia uma pessoa que já trabalhou na Mineração Taboca, mas não tinha maiores informações sobre essa experiência. Isto mostra um pouco da realidade da dinâmica do trabalho e da moradia dos trabalhadores de Pitinga, que pouco frequentam a cidade de Presidente Figueiredo, reforçando um pouco, o chamado desenraizamento de pessoas que pouco visitam e/ou permanecem na cidade, fato este já descrito por Oliveira (2000), mas que ainda se vê nos dias atuais.

O aumento do tráfego local acontece tanto na área de exploração da mina de Pitinga, gerando riscos de acidente de trânsito e de trabalho, bem como o aumento do tráfego de carros e caminhões que vão de Manaus e passam por Presidente Figueiredo levantando uma grande quantidade de poeira na área central da cidade.

Como já mostrado pela Comissão da Verdade (2012) em tópicos anteriores, o genocídio dos Waimiri-Atroari, foi um dos principais impactos socioambientais diretos no território indígena em Presidente Figueiredo e atualmente os indígenas sofrem uma forte tensão do Estado brasileiro, em razão da expansão do Linhão de Tucuruí até Roraima, que mais uma vez irá atravessar o seu território, acarretando instabilidade do mesmo, desterritorialização e degradação ambiental da terra indígena Waimiri-Atroari, pois, as obras do Linhão já estão em fase de implantação.

Os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas mostram a espacialização da violência e formação de grupos criminosos conhecidos popularmente de

facções, para se ter uma noção, em 2023 foram apreendidas pela polícia militar 19 armas de fogo e 3 armas artesanais, 42 kg de drogas, sendo 25 kg de cocaína e 17 kg de maconha e 86 munições apreendidas (SSP-AM, 2023). Semelhantemente, a violência urbana em Presidente Figueiredo tem aumentado consideravelmente, para um município de pequeno porte, os dados da Segurança Pública do Amazonas mostram esse crescimento. Os dados abaixo foram coletados da Secretaria de Segurança Pública do Estado em números absolutos dos municípios do Amazonas. Para se compreender o aumento de atividades consideradas ilícitas e com tipologia penal temos os seguintes dados (Tabela 4):

Tabela 4. Ranking dos municípios, na modalidade homicídio doloso no estado do Amazonas em números absolutos

Município	2019	2020	2021
1º Manaus	839	685	1.060
2º Manacapuru	29	21	46
3º Tabatinga	3	26	52
4º Itacoatiara	12	13	28
5º Presidente Figueiredo	19	17	10
6º Coari	2	15	16
7º Parintins	3	11	15
8º Rio Preto da Eva	11	11	8
9º Maués	2	10	15

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (2020, 2021, 2022).

Os dados da SSP-AM anos 2022 apontam o município de Presidente Figueiredo como um dos cinco mais violentos do estado do Amazonas na modalidade de homicídio doloso, estando a frente no ranking de municípios de porte médio como Parintins e Coari. Em termos per capita levando em consideração a metodologia do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que utiliza a taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes, temos o seguinte número para o município de Presidente Figueiredo: em 2021 a taxa foi de 32,60 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Na modalidade roubo à residência, temos as informações abaixo (Quadro 9):

**Quadro 9.** Roubo a residência (2023)

Município	Total
1º Manaus	478
2º Iranduba	36
3º Manacapuru	23
4º Itacoatiara	18
5º Presidente Figueiredo	5
6º Rio Preto da Eva	5

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (2022). Organização: O autor (2023).

Pelos dados da SSP-AM, podemos afirmar que Presidente Figueiredo em 2023 foi considerado um dos 6 municípios mais perigosos do Amazonas na modalidade roubo a estabelecimento comercial, uma das modalidades criminosas mais comuns no Brasil com 5

notificações e novamente neste mesmo ano Presidente Figueiredo se encontra a frente de municípios com população maior que a sua, como os municípios de Parintins e Tefé (SSP-AM, 2023).

Outra modalidade verificada foi o de dados da segurança pública é quantidade absoluta de homicídios, e segundo a SSP (2023) temos o seguinte ranking (Quadro 10):

Quadro 10. Ranking de municípios com maior número absoluto de homicídios (2023)

Municípios	Total
1ºManaus	1.068
2ºTabatinga	69
3ºRio Preto da Eva	44
4ºCoari	41
5ºItacoatiara	40
6ºIranduba	39
7ºManacapuru	25
8ºMaués	19
9ºParintins	18
10ºHumaitá	17
11ºTefé	16
12ºPresidente Figueiredo	15

**Fonte:** SSP-AM (2023). **Organização:** O autor (2023).

No ranking de homicídios, que é um importante indicador de análise da violência pela Segurança Pública, Presidente Figueiredo fica 12º colocado, estando acima de municípios maiores em população absoluta, como Manicoré (SSP, 2023). Em termos per capita o município de Presidente Figueiredo apresenta uma taxa de 48,91 para cada 100 mil habitantes.

A modalidade roubo a estabelecimento comercial é uma das ilicitudes mais frequentes nas cidades brasileiras e em Presidente Figueiredo. Os dados estão no Quadro 11.

Quadro 11. Ranking na modalidade roubo em estabelecimento comercial no ano de (2023)

Municípios	Total
1ºManaus	1468
2º Itacoatiara	46
3ºManacapuru	20
4ºIranduba	18
5ºNovo Airão	5
6ºHumaíta	3
7º Presidente Figueiredo	3

**Fonte:** SSP-AM (2023). **Organização:** O autor (2023).

E novamente Presidente Figueiredo está em 7º no ranking, com mais notificação do que Tefé que possui 73.669 e 61, 204 pessoas, isso mostra que apesar de ser o município pequeno, a violência tem sido frequente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Na modalidade roubo a transeunte que é um importante fator para análise da segurança pública e segundos os dados da SSP (2023) o município fica em 8º, estando a frente de municípios de porte médio como Parintins, e vejamos no quadro abaixo (Quadro 12):

Quadro 12. Ranking roubo a transeunte (2023)

Município	Total
1º Manaus	23.852
2º Manacapuru	267
3º Itacoatiara	169
4º Iranduba	121
5º Humaitá	32
6º Rio Preto da Eva	19
7º Tefé	14
8º Presidente Figueiredo	12
9º Parintins	11

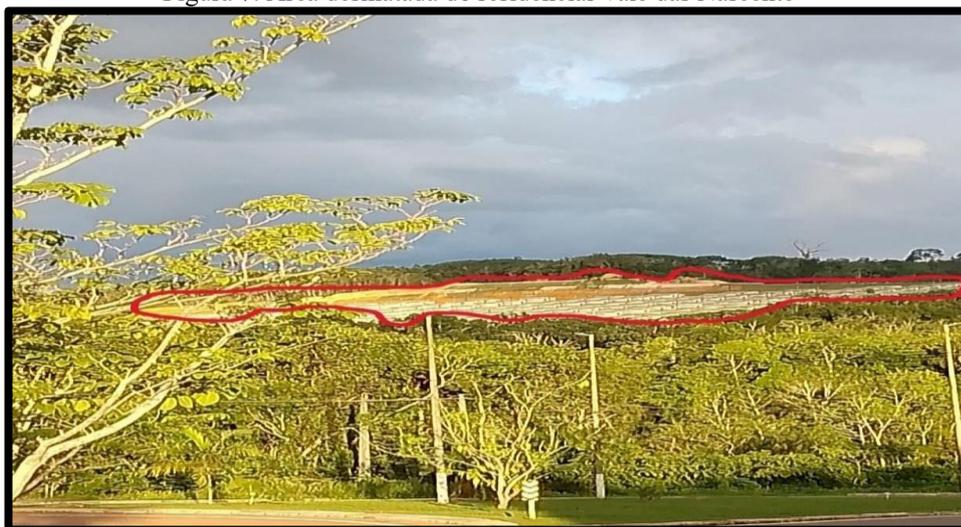
**Fonte:** SSP-AM (2023). **Organização:** O autor (2023).

O que chama atenção no quesito segurança pública é que alguns municípios pequenos da Região Metropolitana de Manaus, como Iranduba, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, estão com números considerados expressivos na notificação da modalidade roubo a transeunte, o município de Presidente Figueiredo figurou em 8º colocado no ranking dos 10 mais notificados nessa modalidade.

Na cidade de Presidente Figueiredo a desigualdade socioespacial é percebida por vários fatores, dentre eles a construção de um condomínio fechado, a exemplo do residencial Bosque das Águas, que fica localizado nas margens da BR-174, na entrada cidade, próximo ao Parque do Urubuí e do bairro do Centro, o residencial é funciona como um conjunto de casas de veraneio de empresários e pessoas com alta renda do município.

O desmatamento da vegetação nativa na área urbana tem sido um problema na cidade de Presidente Figueiredo durante a formação de bairros e de residenciais de moradia popular, como é o caso do Residencial Vale das Nascentes, que não foi concluído desde o início da obra em 2014 e apresenta uma grande área desmatada como vemos abaixo (Figura 7):

Figura 7. Área desmatada do residencial Vale das Nascente



Fonte: Trabalho de campo (2024).

A área destacada de vermelho identifica um impacto socioambiental indireto da mineração, na área urbana, com o aumento do fluxo migratório e por uma demanda por moradias adequadas, se desmatou uma grande área de vegetação nativa para a construção do residencial Vale das Nascentes. Atualmente o residencial está fechado, mas pode no futuro ser alvo de ocupação e apropriação por moradores que estavam na espera para serem contemplados pela Caixa Econômica na época. Há ainda os crimes ambientais que estão cada vez mais presentes nos municípios impactados pelos grandes projetos na Amazônia. Em Presidente Figueiredo eles estão notificados no quadro abaixo da seguinte forma (Quadro 13):

Quadro 13. Notificação de crimes ambientais em Presidente Figueiredo (2023).

Natureza	Total
Maus tratos a animais	5
Adquirir, receber, vender ou expor à venda, ou manter em estoque, madeira sem licença válida outorgada pela autoridade competente	3
Desmatar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas	2
Cortar árvore em floresta considerada de preservação permanente	1
Cortar ou transformar em carvão madeira de lei	1
Destruir ou danificar floresta	1
Destruir ou danificar vegetação primária-modalidade culposa	1
Matar, perseguir, apanhar, caçar, utilizar espécies da fauna	1
Produzir e/ou manter substância tóxica, perigosa ao meio ambiente	1
Provocar incêndio em floresta	1
	Total: 17

Fonte: SSP-AM (2023). Organização: O autor (2023).

Um dos impactos socioambientais indiretos da mineração, podem ser vistos pelos crimes ambientais registrados pela SSP-AM, que no ano de 2023, foram notificados 17, com o destaque para o crime de adquirir, receber, vender ou expor à venda, ou manter em estoque, madeira sem licença válida outorgada pela autoridade competente, com 3 notificações. Imagina-se os crimes subnotificados, onde o número total de crimes pode ser ainda maior.

O crescimento populacional a partir de fluxos migratórios em áreas de mineração, tende a gerar uma série de desarranjos socioespaciais, principalmente pressionando o poder público a elevar os gastos e investimentos com equipamentos, nos setores de saúde, educação, lazer, segurança pública, etc. (Silva, 2013).

A racionalidade da apropriação e uso do território pelo capital em áreas de grandes projetos, segue os padrões do modo de produção capitalista de produzir, sem ou pouco incluir outros agentes sociais e econômicos da região onde estão instalados. Além disso, tem-se a baixa incorporação regional dos produtos que são explorados na comunidade local, como aponta Trindade Jr. (2002, p. 19):

A relação entre grandes projetos e o desenvolvimento regional e local, que nos remete, de imediato, a baixa incorporação regional dos benefícios gerados e a forma de gestão a que são submetidos esses possíveis benefícios, que acabam por repercutir seja no redesenho do poder local, seja no redesenho da própria configuração territorial, trazendo à tona conflitos de natureza diversa.

A relação dialética entre grandes projetos e o desenvolvimento regional em áreas de grandes projetos na Amazônia, é bastante criticada por autores como Elmar Altvater que em seus estudos tem como base teórica as leis da termodinâmica como modelos explicativos para este campo de tensão socioambiental constante no espaço amazônico. Ampliando este raciocínio de que o contraste entre a riqueza e a pobreza das cidades mineradoras, são resultantes de conceitos chamados de Ilhas de Sintropia (ordem) onde toda a atividade mineradora em sua territorialização promove em estágio inicial de instalação uma relativa “ordem” no espaço, mas no seu desenrolar da exploração dos recursos minerais que é marcado por impactos socioambientais negativos, como desemprego, violência, assentamentos precários, prostituição e péssimas condições de infraestrutura são exemplos do conceito de Entropia (desordem) (Altvater, 1993).

#### **2.4. Desigualdades socioespaciais em Presidente Figueiredo (AM)**

A urbanização contemporânea é marcada pela divisão social do trabalho e a partir do modo de produção capitalista a cidade e o campo ganham novas formas e conteúdos, (Sposito, 2012). Sobre a relação entre divisão de classes e desigualdade socioespacial, Rodrigues (2007, p. 75) afirma:

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada, o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço.

Na cidade, a desigualdade socioespacial é percebida geralmente por bairros nobres, onde moram pessoas de alto poder aquisitivo e por bairros periféricos, onde residem pessoas com baixo poder aquisitivo (Rodrigues, 2007). Ao discutir o tema, Sposito (2012) afirma que Carlos (2007) recorre aos autores Soja (1993) e Harvey (2004a, 2004b, 2004c) para compreender a ideia de desenvolvimento geográfico desigual.

A desigualdade socioespacial pode ser entendida pela teoria do desenvolvimento geográfico desigual, pois a sociedade capitalista é dividida em classes sociais e a produção da desigualdade no espaço é condição fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista (Carlos, 2007). Nessa direção, a professora Arlete Moysés Rodrigues complementa o seu raciocínio: “A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social” (Rodrigues, 2007).

Para a autora a desigualdade socioespacial tende a formar espaços precarizados e elitizados, onde há pouco diálogo entre os sujeitos que frequentam estes espaços. A desigualdade espacial é, antes de tudo, uma desigualdade social e econômica (Rodrigues, 2007). Ela ainda endossa o conceito, assim:

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano (Rodrigues, 2007, p. 74).

Nesse contexto, a ausência ou ineficiência do Estado e a má distribuição de renda na cidade capitalista, contribuem sobremaneira para as desigualdades socioespaciais, pois nem todos os cidadãos podem acessar todos os espaços e equipamentos de uso e consumo coletivo (Rodrigues, 2007).

David Harvey com a sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual nos mostra que o capitalismo se apropria do espaço e reproduz desigualdades geográficas e a globalização e o neoliberalismo são meios e instrumentos essenciais para a espacialização do capital e as desigualdades urbanas estão contidas no desenvolvimento desigual geográfico. Sociedades

desiguais geram cidades desiguais e a desigualdade habitacional é antes de tudo uma desigualdade de renda (Harvey, 2004).

No Brasil existem 43.122.529 famílias cadastradas no Cadastro Único (CAD) e no estado do Amazonas 1.066.029. O CAD é um sistema nacional que centraliza o cadastro de pessoas que poderão ser beneficiadas pelos programas de assistência social da União em parceria com os estados e municípios do Brasil (SENARC, 2023).

Em relação aos dados cadastrais de pessoas, o CAD tem 96.767.187 no Brasil e no estado do Amazonas é 2.625.021 (SENARC, 2023). Para classificar as famílias e pessoas de acordo com a situação socioeconômica, o CECAD considera a renda per capita, que segundo sua última atualização em 2021, e se encontra nas seguintes faixas de renda: 1-extrema pobreza; renda por pessoa até R\$ 89,00, 2- pobreza; renda por pessoa entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00, 3-baixa renda: renda por pessoa entre R\$ 178,00 e  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (CECAD, 2021). Os dados do CECAD que serão trabalhados a seguir serão das pessoas cadastradas no CAD e o município de Presidente Figueiredo apresenta o seguinte perfil socioeconômico dos moradores e beneficiários do Cadastro Único (CAD) (Tabela 5):

Tabela 5. Famílias inseridas no Cadastro Único em Presidente Figueiredo-AM (2024)

Famílias cadastradas	05/2024	Percentual
Famílias cadastrada em situação de pobreza	4.663	Percentual: 56%
Famílias de baixa renda	1.542	Percentual: 18%
Famílias acima de $\frac{1}{2}$ de salário mínimo	2.150	Percentual: 26%
Quantidade de famílias atendidas	Período: 05/2024	Total: 8.355

Fonte: SENARC (2024). Elaboração: O autor (2023).

O rendimento total de um beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal é em torno de R\$ 740,23 e pelos dados cadastrados existe um quantitativo considerável de famílias em situação de pobreza no município de Presidente Figueiredo. Em maio de 2024, eram no total 8.355 atendidas no CAD e desse total, 4.663 famílias estavam em situação de pobreza e o percentual era de 56% (SENARC, 2024).

No tocante ao cadastro de pessoas (individual) temos a seguinte situação (Tabela 6):

Tabela 6. Pessoas inseridas no Cadastro Único (CAD) (05/2024)

Pessoas cadastradas	05/2024	Percentual
Pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza	13.754	63%
Pessoas cadastradas em famílias de baixa renda	4.564	21%
Pessoas cadastradas em famílias acima de $\frac{1}{2}$ salários mínimo	3.433	16%
Quantidades de pessoas beneficiadas	Período: 05/2024	Total: 21.751

Fonte: SENARC (2024). Elaboração: O autor (2023).

O total de pessoas cadastradas no CAD no município de Presidente Figueiredo até maio de 2024 foi de 21,751 e o percentual de pessoas em situação de pobreza que estão inseridas no CAD é considerado alto e o percentual de pessoas (individual) em situação de pobreza em Presidente Figueiredo é de 63%. (SENARC, 2024). Os dados mostram um pouco da realidade socioeconômica do município, que revela um quadro complexo de pobreza, e reforça a necessidade de elaboração de políticas públicas mais consistentes no tocante ao enfrentamento à desigualdade socioespacial. Para percentuais dos dados CECAD (2024) em relação a população total de Presidente Figueiredo, que é 30.668 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022) temos o seguinte: 1- Quantidades de pessoas beneficiadas pelo CAD 70,92%, 2- Quantidade de famílias atendidas pelo CAD 27,24%, 3-Pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza 44,85%, 4- Famílias cadastrada em situação de pobreza 15,20%.

Os indicadores socioeconômicos do IBGE são importantes para verificarmos algumas problemáticas urbanas em Presidente Figueiredo (AM), como vemos a seguir no indicador saúde (mortalidade infantil) (Tabela 7):

Tabela 7. Ranking estadual (AM) mortalidade infantil (2022)

Ranking AM/Saúde	
1º Atalaia do Norte	47,97
2º Juruá	43,27
3º Caapiranga	34,15
4º Uarini	33,59
5º Envira	32,88
31º Boca do Acre	15,54
32º Tapauá	14,96
33º Presidente Figueiredo	14,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

No indicador saúde, parâmetro mortalidade infantil, o município fica em 33º com média de 14,88 para mil nascidos vivos no ranking estadual. No ranking nacional sua colocação é 2.868º (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). No entanto, é preciso relativizar os dados da mortalidade infantil no município em razão da proximidade com Manaus, alguns casos são transferidos para a capital e no final são contabilizados no município de destino.

O indicador educação é um dos principais parâmetros de análise para verificação do desenvolvimento socioeconômico de um município e no quadro abaixo vemos a colocação de Presidente Figueiredo-AM no ranking estadual (Tabela 8):

Tabela 8. Ranking estadual (AM), Educação (IDEB) rede pública, ano (2021)

IDEB	Anos iniciais do Ensino Fundamental I
------	---------------------------------------

1º Manaus	5,7
2º Parintins	5,5
2º Beruri	5,5
2º Itacoatiara	5,5
2º Japurá	5,5
14º Urucará	5,0
14º Maués	5,0
14º Presidente Figueiredo	5,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Organização: O autor (2023).

No indicador educação, o parâmetro IDEB anos iniciais do ensino fundamental I o município fica na posição de 14º com média 5,0 considerada baixa. Em nível nacional 3.649º (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). Fazendo uma comparação do IDEB a nível nacional o panorama é o seguinte (Tabela 9):

Tabela 9. Ranking nacional Educação (IDEB) rede pública ano (2021)

Município	IDEB - Anos iniciais do Ensino Fundamental I
1º Ararendá-CE	9,5
2º Mucambo-CE	9,4
3º Frecheirinha-CE	9,2
4º Jijoca de Jeriquaçuara-CE	9,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Organização: O autor (2023).

No ranking nacional, observa-se que os municípios mais bem posicionados apresentam uma média de Ideb acima de 9,0, enquanto os municípios do estado do Amazonas, e especificamente Presidente Figueiredo, apresentam a média 5,0. O posicionamento do município, reforça a necessidade de planejamento e de políticas públicas mais assertivas na educação básica pública.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Presidente Figueiredo segundo o IBGE é de 0,647, considerado médio para os padrões nacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Nos anos finais do Ensino Fundamental II, o município figura na 9ª posição no ranking estadual, com média de 4,7 e nacional 2.824º (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

Autores como Becker (2013), Trindade Jr; Rocha (2002) e Palheta da Silva (2013) afirmam que o fomento de grandes projetos para a região amazônica, com intuito de desenvolvimento socioeconômico, foi direcionado pela construção de uma expectativa de promoção do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Amazônia, mas que de fato o que aconteceu foi a intensificação da pobreza e a piora do IDH dos municípios sedes dos grandes projetos estruturantes.

No caso do município de Presidente Figueiredo, que tem como principais atividades econômicas uma grande empresa mineradora, empresa agropecuária, o setor de serviços e

atividade de turismo (ainda que incipiente) o município não apresenta bons indicadores socioeconômicos. No quesito trabalho e rendimento tem-se o panorama (Quadro 14):

**Quadro 14. Ranking trabalho e rendimento (2010 e 2020)**

<b>População ocupada</b>
13% (2020)
Comparando com outros municípios no país: 2.489º (2020)
Comparando no estado do AM: 3º (2020)
Percentual/rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo: 41,9% (2010)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Organização: O autor (2023).

Em 2020, no indicador trabalho e rendimento o município de Presidente Figueiredo esteve em 3º ranking estadual e nacional configurou na colocação de 2.489º, em 2010, o percentual/rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo: 41,9%. Segundo o IBGE (2021) os dados para pessoa ocupada era de 5.910, correspondendo a cerca de 15,51% da população total.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é uma entidade que trabalha na pesquisa de indicadores socioeconômicos dos municípios e foi criado em 2008, o Firjan analisa três principais indicadores: Emprego e Renda, Saúde e Educação. O instituto trabalha com a seguinte leitura: “O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em 4 categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1)” (FIRJAN, 2023). Ou seja, quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida do município. O detalhamento dos critérios utilizados por cada indicador do IFDM, pode ser visto abaixo (Figura 8):

Figura 8. Critérios trabalhados para a elaboração dos indicadores do Índice FIRJAN

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul> <p>Fonte: Ministério do Trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul> <p>Fonte: Ministério da Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul> <p>Fonte: Ministério da Saúde</p>

Fonte: FIRJAN (2018).

Para construir sua metodologia para elencar os critérios, a FIRJAN se apropria de fontes do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

Nos três principais indicadores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal temos os seguintes resultados: indicador educação temos abaixo (Tabela 10):

Tabela 10. Ranking IFDM, indicador educação (FIRJAN 2018)

Nacional	Estadual	Educação	UF	Município
4131°	10°	0,6898	AM	Careiro da Várzea
4199°	11°	0,6853	AM	Presidente Figueiredo
4236°	12°	0,6822	AM	Silves
4387°	13°	0,6682	AM	Japurá
4391°	14°	0,6678	AM	Irاندuba

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2018). Organização: O autor (2023).

No Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal no indicador educação, o município aparece em 11° no ranking estadual e 4.199 ranking nacional (FIRJAN, 2018). O município não está entre os 10 melhores nesse indicador FIRJAN ano 2018.

Um bom sistema de saúde municipal é essencial para população que precisa cotidianamente deste serviço, apesar de o município estar localizado próximo a Manaus, onde concentra-se os principais serviços de saúde do estado, no indicador saúde o panorama é detalhado abaixo (Tabela 11):

Tabela 11. Ranking IFDM, indicador saúde (FIRJAN 2018)

Nacional	Estadual	Saúde	UF	Município
1638°	1°	0,8528	AM	Itapiranga
2992°	2°	0,7818	AM	Manacapuru
3799°	3°	0,7266	AM	Parintins
4062°	4°	0,7026	AM	Fonte Boa
4175°	5°	0,6911	AM	Presidente Figueiredo

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2018). Organização: O autor (2023).

O ranking estadual no indicador saúde Presidente Figueiredo consta em 5° e nacional 4175° (FIRJAN, 2018). No estado a posição do ranking é boa, no entanto, a nível nacional não está bem posicionado.

No indicador renda e trabalho o panorama é o descrito abaixo (Tabela 12):

Tabela 12. Ranking IFDM, indicador renda (FIRJAN 2018).

Nacional	Estadual	Emprego e Renda	UF	Município
435°	1°	0,6540	AM	Presidente Figueiredo
447°	2°	0,6526	AM	Manaus
1768°	3°	0,511	AM	Itacoatiara
2286°	4°	0,4780	AM	Boca do Acre
2767°	5°	0,4542	AM	Humaitá

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2018). Organização: O autor (2023).

No ranking estadual o município aparece em 1° no indicador emprego e renda, e nacional na posição 435° (FIRJAN, 2018). No caso o 1° lugar no ranking leva em consideração a renda média do trabalhador que para o estado é considerada alta, o Firjan Municipal não detalha o valor da renda, apenas aponta o coeficiente que é de 0,6540 (FIRJAN, 2018).

O crescimento populacional e a violência são dois fatores importantes de análise em áreas impactadas por grandes projetos e a migração para essas áreas é impulsionada pela busca de emprego em municípios sedes de grandes projetos na Amazônia (Silva, 2013). No sudeste paraense, por exemplo, a mineração foi o principal vetor de crescimento populacional dos municípios mineradores. Mas não só a mineração, outras frentes econômicas trouxeram novos padrões demográficos para esses municípios no sudeste do Pará (Palheta da Silva, 2017).

Existe uma estreita relação entre grandes projetos mineradores e crescimento demográfico. Vila Verde, Alamino e Fernandes (2014, p. 17), analisam os municípios do sudeste do Pará:

Essas populações sofrem, principalmente, com os problemas provenientes do modo com os quais os empreendimentos do setor mineral são implantados, ainda aquém do papel inclusivo que poderiam melhor assumir. Daí emerge o crescimento desordenado, o inchaço populacional, a infraestrutura inadequada, empobrecimento, etc.

Os autores chamam atenção para o fato de que em áreas de grandes projetos o crescimento demográfico induzido por frentes econômicas provoca uma série de impactos

socioambientais nos municípios, inclusive o aumento da violência (Villa Verde, Alamino e Fernandes, 2014).

Na cidade de Presidente Figueiredo a desigualdade socioespacial é percebida por vários fatores, dentre eles, a concentração de renda expressa em casas de campo fora do perímetro urbano e algumas casas de alto padrão nos bairros Morada do Sol, Honório Roldão e Centro, e principalmente da construção de um condomínio fechado, denominado de residencial Bosque das Águas, que fica localizado nas margens da BR-174, na entrada cidade, próximo ao Parque do Urubuí e do bairro do Centro. O residencial é a moradia de empresários, políticos e pessoas de alta renda do município. Esses são exemplos de produção do espaço que reforça a desigualdade socioespacial na área rural e principalmente na cidade de Presidente Figueiredo (Figura 9).

Figura 9. Residencial Bosque das Águas



Fonte: Trabalho de campo (2024).

A desigualdade socioespacial na cidade de Presidente Figueiredo pode ser percebida a partir da tipologia do domicílio, condições de moradia, acesso às poucas oportunidades de trabalho que há na cidade, mas principalmente o fator de baixa renda, que segundo os dados do CAD 63% das pessoas que estão cadastradas estão em situação de pobreza (SENARC, 2024).

### **CAPÍTULO III – URBANIZAÇÃO PRECÁRIA EM PRESIDENTE FIGUEIREDO**

A urbanização do território brasileiro é complexa e a precarização das cidades e a dita modernização do espaço urbano no Brasil não foi uniforme, mas, desigual do ponto de vista econômico. Esse crescimento urbano do território brasileiro gera uma série de demandas de serviços e uma necessidade de o poder público promover programas sociais voltados para a população de baixa renda, como por exemplo o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) do Governo Federal (Maricato, 2000).

O padrão de urbanização das cidades no mundo tem mudado bastante com o tempo, e esta urbanização não é homogênea, no entanto, algumas teorias nos ajudam a compreender de forma geral o processo de urbanização global capitalista que está em curso, fragmenta a cidade em ricos e pobres. E a luta de classes é um reflexo direto da acumulação do capital, da segregação socioespacial, da espoliação do trabalho e do déficit habitacional presente na urbanização capitalista das cidades (Lojkine, 1981).

A atuação efetiva do Estado na Amazônia e a partir das frentes econômicas produziu um espaço complexo, diversificado e reconfigurado (Trindade Jr, 2015). Acerca dessa afirmação o autor detalha:

A forte presença do Estado compunha a estratégia do modelo de regionalização calcado nas regiões polarizadas, seja por meio da criação de infraestrutura; seja através da instalação de órgãos de planejamento e financiamento; seja, ainda, por concessão de incentivos/subsídios fiscais/creditícios à grande propriedade rural e aos fluxos de capital. A regionalização concebida a partir dos polos foi acompanhada da chegada de novos agentes com procedências diferentes e em migratórias diversas. Eles foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes, que culminaram, mais tarde, com a reconfiguração da malha municipal, dada a presença de um novo ou renovado poder econômico e político local, que definiu territorialidades cujos epicentros passaram a ser as sedes políticas de novos e de antigos municípios (Trindade Jr, 2015, p. 100).

A urbanização da Amazônia é resultante de processos econômicos e de planejamento estatal, que a partir da teoria dos polos de crescimento, contribuíram para a formação de vários povoados que se transformaram em núcleos urbanos e cidades com sem ou pouca infraestrutura (Trindade Jr, 2015).

Apesar do fluxo de capitais ser maior em certas cidades da Amazônia, não necessariamente os recursos financeiros são convertidos em melhorias urbanas, analisando municípios de Altamira e Vitória do Xingu no sudoeste do Pará que foram formados por

grandes projetos de como a Usina de Belo Monte, Trindade Júnior (2015, p. 102) faz a seguinte afirmação:

A modernização econômica e territorial máscara, muitas vezes, os custos e os ônus sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos, por suas atividades e pelo pessoal direta ou indiretamente a eles vinculados. Quando muito, a infraestrutura que é instalada pela própria empresa assume o caráter provisório, uma espécie de acampamento de altíssima qualidade, a ser desmontado após a implantação e o início do funcionamento das atividades do empreendimento, conforme se observa no entorno das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais especificamente nos Municípios de Vitória do Xingu e Altamira, sudoeste do Pará, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A.

A dita modernização do território, discurso muito utilizado pelo Estado e por grupos econômicos, trouxe consigo custos e ônus socioambientais e às vezes irrecuperáveis (Trindade Jr, 2015). De certa forma, a urbanização do território amazônico atendeu a uma lógica capitalista de produção do espaço, os processos econômicos não são iguais em toda a região amazônica, mas sim específicos e pontuais em determinados locais. Essa lógica de produção do espaço desencadeou disparidades socioeconômicas intrarregionais nas cidades amazônicas (Browder; Godfrey, 2006).

Em Presidente Figueiredo os rebatimentos dos grandes projetos podem ser percebidos em vários pontos da cidade tais como: escolas e postos de saúde municipais com infraestrutura precárias, poucos espaços públicos de lazer na zona urbana e aumento da violência, além dos baixos índices socioeconômicos de Presidente Figueiredo, a urbanização precária pode ser percebida de diversas formas, e uma delas é a precariedade do calçamento das ruas da cidade, como vemos a seguir (Figura 10):

Figura 10. Ruas Tucuxi (A) e Maracajá (B) no bairro Sol Nascente



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Como se percebe as duas ruas e tantas outras estão com a estrutura deficitária e com muita poeira, fato que intensifica ainda mais a problemática urbana da falta de calçamento urbano. O excesso de poeira pode acarretar problemas respiratórios para a população que transita pelas ruas da cidade e o calçamento precário não é só um problema dos bairros periféricos, mas também do bairro Centro, como mostramos abaixo (Figura 11):

Figura 11. Calçamento em frente ao CAT (A) e o entorno do CAT (B)



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Em frente ao Centro de Atendimento ao Turista (CAT) verifica-se ausência de asfalto, fato este que gera sérios transtornos para quem transita nessa área, principalmente em dias de chuva, quando a rua fica cheia de lama, causando o impacto visual negativo para quem chega no CAT, em busca de informações sobre o município.

Para se compreender a realidade da urbanização de Presidente Figueiredo foi utilizado dados da Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD), a base de dados possibilita conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas inseridas no Cadastro Único, podendo obter informações de domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc. A ferramenta permite saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal e quais as particularidades das moradias do município como um todo. O universo analisado para construir as tabelas que vão subsidiar as análises da urbanização de Presidente Figueiredo foram as pessoas inseridas no CAD ano 2024.

A distribuição de renda e o emprego são importantes parâmetros para o estudo da urbanização das cidades, pode-se dizer que a urbanização é reflexo direto ou indireto da distribuição de renda e da geração de empregos na região (Maricato, 1990).

Pelos dados da CECAD (2024) podemos ter um panorama das famílias inseridas no CAD em relação a função laboral e podendo visualizar estatisticamente a diversidade de trabalhos e a proporção dessas famílias nessas atividades, como mostramos abaixo (Tabela 13):

Tabela 13. Função laboral principal por famílias no mês de abril (CECAD, 2024).

<b>Função principal</b>	<b>Total</b>
Trabalhador por conta própria (bico ou autônomo).	3.080
Trabalhador temporário em área rural	499
Empregado sem carteira de trabalho assinada	163
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.597
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	39
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	7
Trabalhador não remunerado	2
Militar ou servidor público	270
Empregador	1
Aprendiz	20
Sem resposta	7.397
<b>Total</b>	<b>13.075</b>

Fonte: CECAD (2024).

Em termos percentuais do universo das famílias inseridas no CAD no município são: 23,56% de pessoas que trabalham por conta própria (bico ou autônomas), 3,82% trabalhadores temporários em área rural, 1,25% de empregados sem carteira de trabalho assinada, 12,21% de empregados com carteira de trabalho assinada, 0,30% de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, 0,05% de trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, 0,02% de trabalhadores não remunerados e 2,07% de militares ou servidores públicos (CECAD, 2024).

Como se verifica nos dados da CECAD, um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria, na informalidade e sem carteira de trabalhos, a renda total das famílias do município de Presidente Figueiredo-AM, precisa ser melhor distribuída, além disso, precisa ser mais diversificada, como mostra os dados por família da CECAD (Tabela 14).

Tabela 14. Faixa da renda total das famílias no mês abril (CECAD, 2024)

<b>Faixa de renda</b>	<b>Total</b>
Até 1 salário mínimo	6.748
Entre 1 e 2 salário mínimo	1.337
Entre 2 e 3 salário mínimo	288
Acima de 3 salário mínimo	120
<b>Total</b>	<b>8.493</b>

Fonte: CECAD (2024).

Em dados percentuais do universo das famílias inseridas no CAD, a faixa da renda total das famílias é de: 79,45% para até 1 salário-mínimo, 15,74% para entre 1 e 2 salários mínimos, 3,39% para entre 2 e 3 salários mínimos, 1,41% para acima de 3 salários mínimos (CECAD, 2024).

A faixa de renda familiar das famílias cadastradas no CECAD registra altos índices de pobreza e baixa renda no município de Presidente Figueiredo-AM, como mostramos abaixo (Tabela 15).

Tabela 15. Faixa da renda familiar per capita no mês de abril (CECAD, 2024)

<b>Faixa da renda familiar per capita.</b>	<b>Porcentagem</b>
Pobreza 1 (até 1 R\$ 109)	40,39%
Pobreza 2 (de R\$ 109 a 218)	14,85%
Baixa renda	18,79%
Acima de 1/2 salário mínimo	25,97%

Fonte: CECAD (2024).

Os dados da CECAD revelam que 40,39% das famílias inseridas no CAD no município de Presidente Figueiredo sobrevivem com uma renda per capita de até R\$ 109 referente a faixa de pobreza 1, na faixa de pobreza 2 são 14,85% com uma renda per capita de R\$ 109 a R\$ 218, na faixa 3 são 18,79% famílias na faixa de baixa renda e 25,97% com uma faixa de renda com acima de ½ salário mínimo. A estatística é preocupante no tocante as políticas de planejamento urbano para a cidade, para uma população que precisa de moradia, educação, saúde, renda e segurança pública.

Ao analisar o quesito trabalhos remunerados nos últimos 12 meses, os dados das pessoas assistidas pelo CAD no município de Presidente Figueiredo por pessoas são (Tabela 16):

Tabela 16. Trabalho remunerado nos últimos 12 meses tabulação por pessoa no mês de abril (CECAD, 2024).

<b>Trabalho remunerado nos últimos 12 meses</b>	<b>Total</b>
Sim	6.342
Não	8.111
Sem resposta	7.566
Total	22.019

Fonte: CECAD (2024).

O trabalho remunerado nos últimos 12 meses, aponta que 28,80% de pessoas do Cadastro Único trabalharam, e 36,84% não trabalharam e 34,36% sem resposta. Os dados também são preocupantes e mostram pouco dinamismo econômico e uma forte dependência da população de programas sociais do Governo Federal e o desafio para o poder público fomentar empregos formais na cidade (CECAD, 2024).

Apesar dos esforços do poder público em ofertar a educação no município, ainda há um longo caminho a ser percorrido para democratizar e ofertar uma educação de qualidade para a população, pelos dados das pessoas inseridas no CAD do município de Presidente Figueiredo, temos o seguinte resultado (Tabela 17):

Tabela 17. Grau de instrução por pessoa no mês de abril (CECAD, 2024)

<b>Grau de instrução</b>	<b>Total</b>
Sem instrução	4.889
Fundamental Incompleto	6.807
Fundamental completo	1.882
Médio Incompleto	1.634
Médio completo	4.241
Superior incompleto ou mais	401
Sem resposta	2.165
<b>Total</b>	<b>22.019</b>

Fonte: CECAD (2024).

Mesmo com a proximidade da capital Manaus e a existência de instituições de Ensino Superior como o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e Universidade do Estado do Amazonas – UEA e escolas públicas, o percentual de pessoas sem instrução inseridas no CAD é de 22,20%, fundamental incompleto 30,91%, fundamental completo 8,55%, médio completo 19,26%, superior incompleto ou mais 1,82%, e sem resposta 9,83%

As crises econômicas do sistema capitalista que inflacionam os preços dos aluguéis, daí surgem as desigualdades socioeconômicas, além disso, tem-se a falta de políticas públicas para a população de baixa renda, regularização fundiária urbana, entre outros fatores, que são alguns dos principais motivos para a formação e intensificação das favelas no Brasil (Pasternak; Ottaviano, 2016). Nesse contexto de elaboração do conceito de favelas ou comunidades urbanas no Brasil, como propõe o IBGE (2024). Desde 1953 o órgão utilizou 5 critérios básicos para a classificação das favelas:

1- Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados por unidades de número geralmente superior a 50; 2. Tipo de habitação: predominância, no agrupamento, de barracos ou casebres de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes; 3. Condição jurídica da ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida, 4. Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; 5. Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração e emplacamento (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953, p. 18).

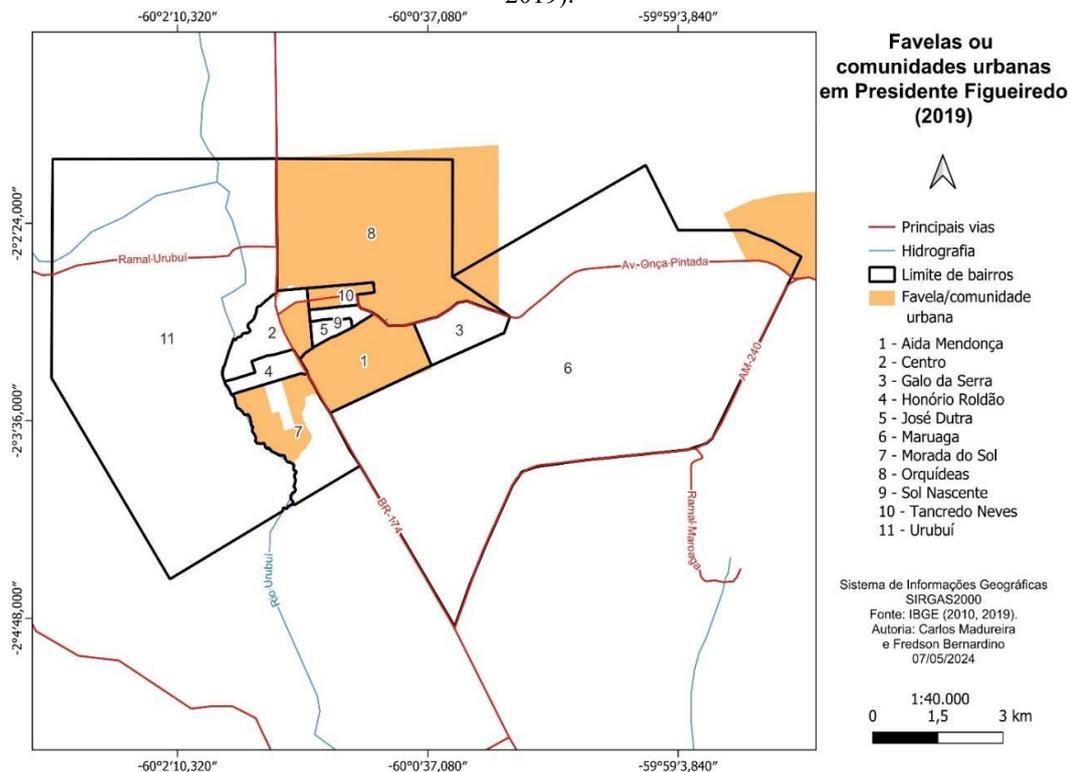
Com a mudança do termo aglomerado subnormal para favelas ou comunidades urbanas em 2024, o critério 1 proporções mínimas que caracterizava agrupamentos prediais ou residenciais formados por unidades de número geralmente superior a 50 como favelas, os demais critérios continuam (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

Para se fazer um mapeamento dos bairros mais precários na cidade de Presidente Figueiredo, organizamos uma cartografia com os dados que indicam os setores censitários urbanos em que há ocorrência de irregularidade (na visão do Estado brasileiro) fundiária ou de

infraestrutura, isto é, áreas denominadas como “favelas ou comunidades urbanas” (antigos “aglomerados subnormais”).

Esses dados foram extraídos do material disponibilizado pelo IBGE (2019), com os dados preliminares do Censo 2022 e em função de subsidiar o poder público local e regional, bem como o conjunto de pesquisadores e demais interessados para o combate a Covid-19. Os dados citados são os mais atuais a serem disponibilizados durante o desenvolvimento da presente pesquisa. O IBGE, considera em sua análise, 11 bairros, no entanto para a Prefeitura Municipal, Maruaga e Urubuí são considerados bairros rurais, e para a elaboração da cartografia as duas comunidades foram consideradas como limites de bairros urbanos, no entanto, para o mapeamento das favelas ou comunidades urbanas, considera-se 9 bairros oficiais urbanos. Na produção cartográfica a seguir verificamos a distribuição espacial dos bairros mais precários em Presidente Figueiredo-AM (Figura 12):

Figura 12. Mapa de localização de favelas ou comunidades urbanas na cidade de Presidente Figueiredo (IBGE, 2019).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010, 2019). Elaboração: Carlos Madureira e Fredson Bernardino (mai/2024).

O mapa de favela ou comunidades urbanas de Presidente Figueiredo elaborado com a base cartográfica do IBGE (2010, 2019) considera como favelas ou comunidades urbanas os bairros urbanos de 1- Aida Mendonça (totalmente), 7- parte do Morada do Sol (principalmente nas bordas), 8- Orquídeas (totalmente), 10-Tancredo Neves (totalmente). No mapa do IBGE

também considera como favela uma parte de Maruaga considerada pela prefeitura municipal de Presidente Figueiredo como bairro rural.

Com base nos estudos de Oliveira (2000) podemos compreender que a formação dos bairros na cidade de Presidente Figueiredo foi baseada na expansão da malha urbana desde a sua fundação na década de 1980, quando alguns lotes foram demarcados no INCRA e algumas dessas terras que eram de propriedade privada, mas foram depois desapropriadas para interesse público como foi o caso do bairro Tancredo Neves (Silva *et al.*, 2019).

A formação de favelas em áreas impactadas por grandes projetos é resultado direto ou indireto da produção do espaço das empresas que ali atuam, em suma, os grandes projetos na Amazônia geram mais problemas do que vantagens para as regiões onde exploram os recursos (Bunker, 1988). Partindo deste pressuposto, podemos inferir que as favelas apontadas no mapa em Presidente Figueiredo sofreram de alguma forma a influência dos grandes projetos na região. Oliveira (2000) sinalizava a precariedade da cidade ainda no ano de 1994, data da conclusão de sua tese de doutorado e a cartografia das favelas do IBGE (2019) mostra que atualmente existem bairros na cidade que podem ser enquadrados como favelas, portanto, requer a atenção do poder público no tocante às políticas urbanas visando minimizar a precariedade dos bairros da cidade de Presidente Figueiredo.

Além dos vetores da urbanização de Presidente Figueiredo citados por Oliveira (2000) em um recorte temporal mais recente, podemos destacar o turismo como um dos principais vetores da urbanização de Presidente Figueiredo. O turismo é um setor da economia que movimenta um relativo fluxo de turistas de Manaus, outros municípios do Amazonas e até mesmo de diversos países para visitar as cachoeiras do município. O turismo é uma atividade econômica considerada importante para o desenvolvimento econômico de uma região, pode contribuir para a receita dos estados e municípios (Cruz, 2003).

A precariedade da urbanização da cidade Presidente Figueiredo, pode desencadear entraves na economia do setor do turismo, pois a cidade se não tiver boas condições de pavimentação asfáltica, acesso a água encanada, iluminação adequada, rede de internet e treinamento para qualificação constante dos profissionais do turismo, desestimula o deslocamento de turistas e uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico na cidade, que atualmente produz o seu espaço urbano a partir deste segmento econômico. De acordo com vários autores, como Rita de Cássia Ariza: “O turismo é antes de qualquer coisa [...] uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico

seu principal objetivo de consumo, é uma prática que muda de sentido ao longo do tempo porque possui uma dinâmica indiscutível” (Cruz, 2003, p. 5)

O turismo é capaz de movimentar economicamente a rede de serviços de uma cidade, como hotéis, pousadas, pontos de táxis, rede cafés e restaurantes etc. No centro da cidade de Presidente Figueiredo estão localizados alguns hotéis, como o Cuca Legal. Que possui uma boa infraestrutura, arquitetura nova e localização de fácil acesso (Figura 13).

Figura 13. Hotel Cuca Legal



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Em Presidente Figueiredo, a mobilização econômica do turismo de fato acontece, no entanto, a circulação de pessoas e capitais, está muito restrita as cachoeiras e balneários fora da cidade, em muitos casos, até bem distante da cidade, como as cachoeiras da Neblina, Mutum e Pedra Furada, localizadas na AM-240 (estrada de Balbina) direcionando um maior volume de recursos para os locais mais afastados da cidade. Na cidade os locais mais visitados são: Os parques naturais municipais Galo da Serra, Urubuí e Orquídeas.

A urbanização precária de uma cidade pode impactar ou comprometer o turismo de uma determinada região e no caso de Presidente Figueiredo, a precarização não influencia tanto ainda, em detrimento do fluxo de pessoas e capitais ser maior fora da área urbana. No entanto, a estrutura precária de ruas, praças, hospitais, pode desestimular o trabalho de incentivo ao turismo na cidade Presidente Figueiredo e não contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

### 3.1. Assentamentos urbanos precários na cidade de Presidente Figueiredo (AM)

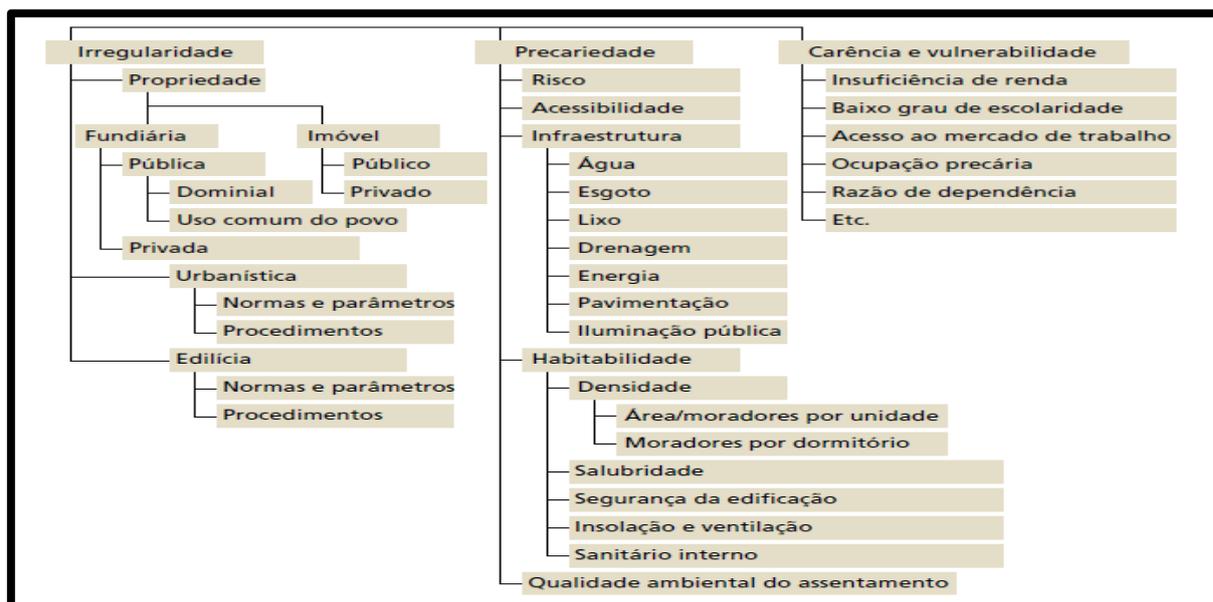
A discussão da urbanização no Brasil engloba elementos pontuais de análise, é o caso das tipologias habitacionais, denominadas de assentamentos precários, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalhou durante muito tempo com o conceito de aglomerado subnormal, mas em janeiro de 2024, o órgão voltou a utilizar a expressão favela, elencando como metodologia, a infraestrutura e regularização fundiária (IBGE, 2024).

Para alguns autores os aspectos físicos e jurídicos são critérios clássicos e que são importantes para conceituar os assentamentos precários, mas Silveira (2012, p. 78) afirma que:

Os assentamentos precários se caracterizam pela precariedade na condição física e jurídica. São penderes de regularidade fundiária plena, constituídos de domicílios ausentes do registro dos cartórios de imóveis e, geralmente, localizados em áreas de risco social e ambiental, circunstâncias contrárias ao direito de moradia digna.

A ênfase dada por Silveira (2012) se resume a habitações com infraestrutura deficitária do ponto de vista da engenharia civil e a irregularidade dos terrenos ou loteamentos onde moram pessoas que geralmente possuem baixo poder aquisitivo. A formação de assentamentos precários não é apenas resultado da metropolização das cidades, embora a intensificação desses possa ser evidenciada muito mais nas metrópoles do que propriamente em cidades médias e pequenas (Cardoso, 2016).

Construindo um conceito para uma tipologia de assentamentos precários o pesquisador Aduino Lúcio Cardoso reúne vários critérios para enquadramento (Figura 14).



Fonte: Cardoso (2016).

O autor elenca vários critérios para construir o conceito de assentamento precário, mas para a pesquisa na cidade de Presidente Figueiredo, elegemos os seguintes: 1- Fator precariedade; acesso à água, iluminação, precariedade da estrutura física da habitação, qualidade ambiental do assentamento, tratamento de esgoto, coleta de lixo e pavimentação asfáltica. 2- Fator: Carência e vulnerabilidade: insuficiência de renda e acesso ao mercado de trabalho. É um elemento que é segurança pública, que não está listado por Cardoso (2016).

No universo das pessoas inseridas no CAD tem-se os dados da existência de banheiros nos domicílios dessas pessoas, e para efeito de análise urbana se torna relevante para a compreensão do perfil socioeconômico de Presidente Figueiredo e temos a seguinte situação (Tabela 18):

Tabela 18. Existência de banheiro no mês de abril (tabulação por família) (CECAD, 2024)

Existência de banheiro	Total
Sim	7.914
Não	519
Sem resposta	60
Total	8.493

Fonte: CECAD (2024). Elaboração: O autor (2024).

A existência de banheiro no domicílio no universo das famílias inseridas no CAD tem-se os seguintes percentuais: 93,18% afirmam que existe sim, 6,11% não e 0,71% sem resposta (CECAD, 2024).

A população em situação de rua é uma realidade de muitas metrópoles e cidades brasileiras, um problema social que envolve múltiplos fatores, mas apesar da cidade ser

considerada pequena, existem moradores em situação de rua como mostramos abaixo (Tabela 19):

Tabela 19. Moradores em situação de rua no mês de abril (CECAD, 2024).

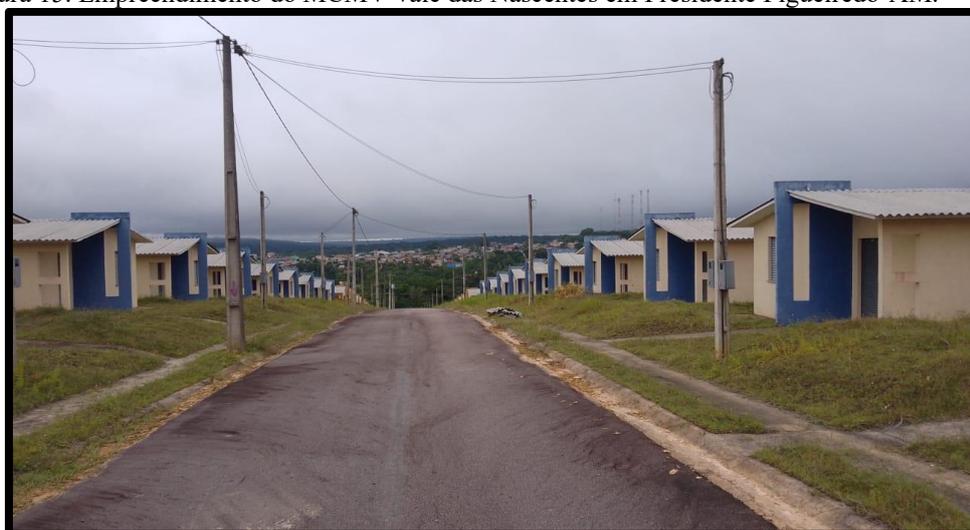
Moradores em situação de rua	Total
Não	22.003
Sim	16
Total	<b>22.019</b>

Fonte: CECAD (2024). Elaboração: O autor (2024).

Em dados absolutos das pessoas inseridas no CAD são 16 pessoas em situação de rua e durante o trabalho de campo se verificou alguns poucos moradores de situação de rua, que exercem sua territorialidade na área central da cidade, especificamente em praças públicas e no entorno da rodoviária.

O município de Presidente Figueiredo foi contemplado com o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2014, com a iniciativa da Associação de Mulheres de Presidente Figueiredo Mulheres que fazem, uma ONG que foi cadastrada para que seus filiados pudessem ser contemplados com 600 casas de moradia popular (D24am, 2014). E durante dois trabalhos de campos, um em 2023 e outro em 2024, verificou-se que a obra do Residencial Vale das Nascentes não foi concluída em razão de dívidas trabalhistas da construtora responsável pela execução da obra. Por esse motivo, a Caixa Econômica Federal resolveu suspender a obra e os moradores esperam a conclusão do processo para poder ocuparem as casas, logo a seguir tem-se a imagem do empreendimento como está atualmente (Figura 15):

Figura 15. Empreendimento do MCMV Vale das Nascentes em Presidente Figueiredo-AM.



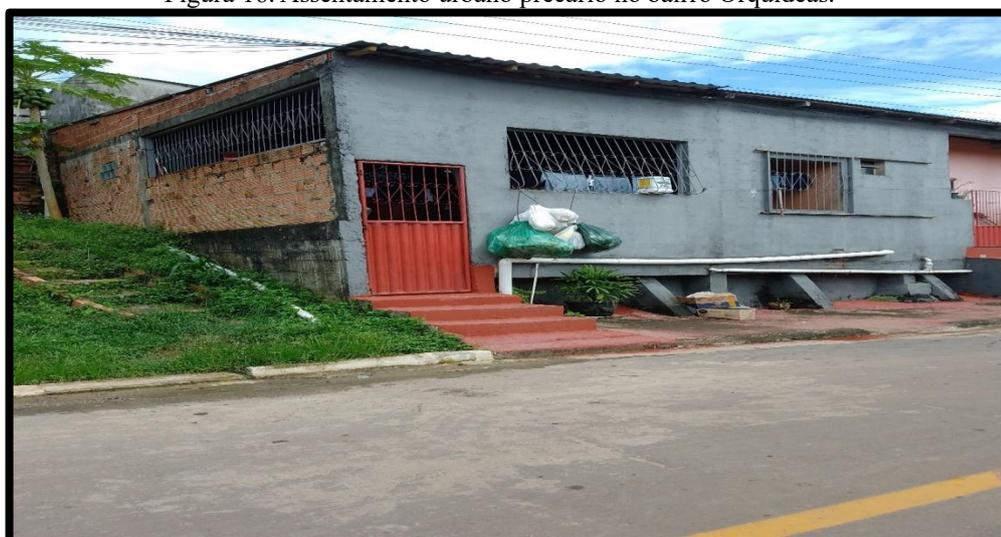
Fonte: Trabalho de campo (2023).

Geralmente as críticas que se fazem ao MCMV são as de que esses empreendimentos reafirmam o processo de periferização, segregação e que são dessintonizados da realidade local

(Maricato, 2013). Mas, no caso do residencial Vale das Nascentes, o empreendimento nem sequer foi concluído. O empreendimento foi financiado pela Caixa Econômica Federal, mas a obra não foi entregue para moradia, gerando assim, um desperdício de dinheiro público e impactos socioambientais como desmatamento na área construída e riscos de assoreamento e contaminação de corpos hídricos do bairro onde foi instalado o residencial.

Em linhas gerais, os assentamentos urbanos precários na cidade de Presidente Figueiredo são de construções de alvenaria, diferente de algumas cidades da Amazônia, onde o material de construção utilizado é a madeira, como por exemplo as casas de palafitas de comunidades ribeirinhas. No bairro Orquídeas temos uma imagem de um assentamento urbano (Figura 16):

Figura 16. Assentamento urbano precário no bairro Orquídeas.



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Muitos assentamentos precários urbanos foram observados em Presidente Figueiredo-AM. Um domicílio no bairro Orquídeas, um dos bairros considerados mais precários da cidade, nessa figura, observamos a falta de coleta de lixo, encanação exposta, e sistema construtivo com pouca ventilação e conforto térmico.

Em trabalho de campo realizado na cidade em maio de 2024, foram realizados registros de observação para caracterização dos bairros e a aplicação de formulários para compreender melhor a dinâmica urbana e sua precariedade, foram nove bairros urbanos visitados e que totalizou 45 entrevistados, sendo cinco moradores por bairro, nos itens: saúde, educação e trabalho, portanto, temos o seguinte panorama da caracterização por bairro:

No bairro Tancredo Neves, que fica próximo do Centro, e que pela cartografia de favelas foi enquadrado como tal, tem-se a seguinte percepção dos moradores que participaram da aplicação do formulário (Quadro 15):

Quadro 15. Bairro Tancredo Neves

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde	1		4		
Educação	1	1	3		
Trabalho	1		3	1	

Fonte: Trabalho de campo (2024).

No bairro Tancredo Neves, 4 dos participantes, classificaram como bom o sistema de saúde, 3 como bom para a educação, e 3 para as oportunidades de trabalho. Neste bairro, as maiores reclamações foram nas áreas de calçamento e coleta de lixo, mas o problema principal foi a coleta de lixo. As pessoas que responderam são de naturalidade do Amazonas, do Acre e do Pará, moram há mais de 5 anos no bairro, mais de 10 anos no município, e apenas um participante estava desempregado.

No bairro Sol Nascente, considerado parcialmente como favela pelo mapa de localização de favelas ou comunidades urbanas de Presidente Figueiredo, tem-se o seguinte panorama (Quadro 16):

Quadro 16. Bairro Sol Nascente

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde	3		2		
Educação	1		4		
Trabalho	4		1		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Neste bairro, três pessoas classificaram como ruim os serviços de saúde, 4 como ruim para as oportunidades ao mercado de trabalho e no item educação, 4 disseram que é bom. A coleta de lixo, calçamento e a infraestrutura foram as principais reclamações dos participantes durante a pesquisa de campo. A naturalidade dos participantes foi Amazonas e Pará, 4 amazonenses e 1 paraense, 4 estavam empregados e apenas 1 desempregado. Os mesmos moram há mais de 10 anos no bairro e 15 anos no município. Nenhum dos participantes estava desempregado e todos trabalhavam no mercado formal ou informal.

O bairro Galo da Serra, que abriga os parques Galo da Serra e Orquídeas, os participantes responderam assim (Quadro 17):

Quadro 17. Bairro Galo da Serra

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde	1	2	2		
Educação			5		
Trabalho	3	2			

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Neste bairro, 2 participantes para regular e 2 para bom no item saúde, 5 pessoas disseram que é bom a educação no município, e 3 para classificar o item trabalho e 2 para regular. No Galo da Serra, os principais pontos negativos do bairro foram: coleta de lixo e calçamento, e também excesso de poeira. A naturalidade dos participantes foi 4 amazonenses e 1 nordestino. Os mesmos moram há mais de 5 anos no bairro e 10 anos no município e todos dos participantes estavam empregados.

O bairro Honório Roldão, localizado próximo da rodovia BR-174, perto do Centro, e do batalhão da Polícia Militar e da Escola Estadual Maria Calderaro, teve as seguintes respostas (Quadro 18):

Quadro 18. Bairro Honório Roldão

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde		1	4		
Educação		1	3		Ignoro
Trabalho	2	2			Não sei

Fonte: Trabalho de campo (2024).

A maioria considerou bom o serviço saúde e educação do bairro e no item trabalho, os participantes ficaram divididos entre ruim e regular. No bairro Honório Roldão, por apresentar uma boa infraestrutura, comparando com os outros bairros, a principal reclamação foi a irregularidade da coleta de lixo no bairro. A naturalidade dos participantes foi 4 de do Amazonas e 1 do Rio Grande do Sul. Os participantes moram há mais de 15 anos no bairro e mais de 20 anos no município, e todos os participantes estavam empregados

No bairro José Dutra, mais afastado do Centro, os resultados dos formulários foram esses abaixo (Quadro 19):

Quadro 19. Bairro José Dutra

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde		3	2		
Educação		4	1		
Trabalho		5			

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Para os participantes deste bairro, 3 consideram regular os serviços de saúde e 4 como regular a educação do poder público municipal e 5 para regular as oportunidades de trabalho. Neste bairro as principais reclamações foram a coleta irregular do lixo e a infraestrutura. A naturalidade dos participantes foi de 2 do Amazonas, 2 do Pará, e 1 do Nordeste. Os participantes moram há mais de 5 anos no bairro e 15 anos no município e todos estavam empregados no momento da pesquisa.

No bairro Orquídeas, que faz limite com o bairro Galo da Serra, as respostas foram (Quadro 20):

Quadro 20. Bairro Orquídeas

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde	1	4			
Educação		4	1		
Trabalho	1	3	1		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Neste bairro, as respostas para 4 regulares na saúde, 4 para educação, e 3 para trabalho, as respostas vão de encontro com o registro de observação do trabalho de campo 2024. Os principais pontos negativos do bairro, segundo a percepção dos moradores foram o calçamento precário e a coleta de lixo irregular. A naturalidade dos participantes foi de 3 do Amazonas e 2 do Pará, moram há mais de 5 anos no bairro e 10 anos no município, e 3 estavam empregados e 2 trabalhavam por conta própria.

O bairro Aida Mendonça é enquadrado como favela pela cartografia das favelas, e durante a caracterização do bairro, no registro de observação, se confirmou e os participantes da pesquisa responderam desta forma (Quadro 21):

Quadro 21. Bairro Aida Mendonça

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde	2	2		1	
Educação	1	3		1	
Trabalho	2	2		1	

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Os participantes da pesquisa deste bairro, a maioria ficou dividida entre ruim e regular para saúde, para o item educação a maior parte afirmou ser regular a educação do município e no quesito trabalho, ficaram divididos entre ruim e regular. No Aida Mendonça, os principais problemas destacados foram: a irregularidade da coleta de lixo, calçamento desgastado, falta de capinação no entorno das ruas e iluminação precária. A naturalidade dos participantes foi de 2 Nordeste, 2 do Amazonas e 1 do Pará, moram há mais de 10 anos no bairro e 15 anos no município e 4 estavam empregados e 1 trabalhava por conta própria.

O bairro do Centro, pode ser considerado o mais estruturado da cidade, abriga os principais empreendimentos comerciais da cidade e equipamentos urbanos e as respostas são essas (Quadro 22):

Quadro 22. Bairro Centro

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde		2	3		
Educação		3	2		
Trabalho	1		3	1	

Fonte: Trabalho de campo (2024).

No bairro Centro, 3 classificaram como bom o sistema de saúde, 3 regular o sistema de educação e 3 bom para oportunidades de trabalho. A maioria dos comércios da cidade de Presidente Figueiredo estão localizados no Centro e as respostas para o item trabalho foram entre bom e excelente, no entanto, o principal problema urbano relatado no bairro foi a coleta irregular de lixo. A naturalidade dos participantes foi de 3 do Amazonas, 1 do Pará e 1 do Nordeste, moram há mais de 15 anos no bairro e 20 anos no município e 3 estavam empregados e 2 trabalhavam por conta própria.

O bairro Morada do Sol, e o mesmo dispõe também de uma razoável rede de serviços como escolas, mercadinhos, e órgãos públicos, faz limite com o Centro, e as respostas foram (Quadro 23):

Quadro 23. Bairro Morada do Sol

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Saúde		1	4		
Educação		3	2		
Trabalho		3	2		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

As respostas do Morada do Sol foram razoáveis, sendo 4 para bom o sistema de saúde, 3 para regular a educação e 3 para regular o trabalho. O principal ponto negativo do bairro destacado pelos participantes foi a coleta irregular de lixo. A naturalidade dos participantes foi de 2 do Amazonas, 1 do Pará, 1 do Distrito Federal e 1 do Nordeste, moram há mais de 10 anos no bairro e 15 no município, e todos os participantes estavam empregados no momento da pesquisa.

As respostas frequentes sobre a frequência da coleta de lixo dos bairros pode ser uma situação de momento na atual gestão municipal, pelos relatos da população a quantidade de carros coletores não consegue atender a demanda dos bairros.

### 3.2. O papel do Poder Público na municipalidade

O órgão responsável pelo saneamento básico do município é o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), uma Autarquia Municipal subordinada a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, que segundo seu site institucional, o SAAE tem como objetivo principal atuar no abastecimento de água potável, a coleta e tratamento de esgoto, a manutenção da rede de distribuição e a promoção de ações de educação ambiental

Como em muitos municípios do estado do Amazonas o saneamento ainda precisa de melhorias na prestação de serviços, um fato recorrente na gestão trabalho do SAAE é a constante danificação de bombas de captação de água, e isso acarreta o desabastecimento ou a infrequência de água para a população, fato este relatado durante o trabalho de campo. Logo abaixo temos uma imagem do SAAE (Figura 17):

Figura 17. Sede do SAAE em Presidente Figueiredo.



Fonte: Trabalho de campo (2024).

O prédio da sede do SAAE fica localizado no Centro da cidade, a figura exposta, evidencia infraestrutura precária, mas durante o trabalho de campo alguns moradores reclamaram do abastecimento de água na cidade. Pelos dados da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação do Cadastro Único, podemos ter um panorama das formas de abastecimento de água das pessoas cadastradas no CAD no município de Presidente Figueiredo-AM, que é descrito abaixo (Tabela 20):

Tabela 20. Forma de abastecimento de água no mês de abril (CECAD, 2024)

Forma de abastecimento de água	Total
Rede geral de distribuição	10.311
Poço ou nascente	10.071
Cisterna	93
Outra forma	1.426
Sem resposta	118
Total	22.019

Fonte: CECAD (2024).

Para pessoas do universo do CAD no município de Presidente Figueiredo temos o seguinte percentual para o quesito a forma de abastecimento de água: sendo 46,83% oriunda da rede geral de distribuição, 45,74% de poço ou nascente, cisterna 0,42%, 6,48% obtida de outra forma e 0,54% sem resposta (CECAD, 2024).

O esgotamento sanitário, em geral, precisa de melhorias em Presidente Figueiredo, o município enfrenta dificuldades no sistema de rede de esgoto, já que grande parte da população do município utiliza fossas inadequadas que geram fortes impactos ambientais. Seria necessário a reforma do sistema de rede esgoto em Presidente Figueiredo-AM, para melhorar a eficiência

e qualidade ambiental. Os dados de saneamento abaixo nos dão uma ideia da situação no município (Tabela 21):

Tabela 21. Saneamento em Presidente Figueiredo-AM/ SNIS/2022 e DATASUS/2022.

Parcela da população sem acesso a água em %	44,6%
Parcela da população sem coleta de esgoto em %	83,7%
Internações totais por esgoto não tratado por doenças de veiculação hídrica (mil metro <sup>3</sup> ).	15

Fonte: Painel Saneamento Brasil-SNIS/2022 e DATASUS/2022.

Segundo os dados do SNIS (2022) 44, 6% do município não tem acesso a água e relação a coleta de esgoto, os dados são mais alarmantes, onde 83,7% da população está sem coleta de esgoto, este dado revela a precariedade das habitações em Presidente Figueiredo e comparando com o saneamento do Brasil temos o seguinte resultado (Tabela 22):

Tabela 22. Saneamento no Brasil/ SNIS/2022 e DATASUS/2022

Parcela da população sem acesso a água em %	15,8%
Parcela da população sem coleta de esgoto em %	44,5%
Internações totais por esgoto não tratado por doenças de veiculação hídrica (mil metro <sup>3</sup> )	191.418

Fonte: Painel Saneamento Brasil-SNIS/2022 e DATASUS/2022.

O quadro do saneamento no Brasil é menos preocupante, mas também precisa ser melhorado, onde 15,8% da população brasileira não tem acesso a água e 44,5% da população estão sem coleta de esgoto. Comparando com o Amazonas temos (Tabela 23):

Tabela 23. Saneamento no Amazonas/ SNIS/2022 e DATASUS/2022.

Parcela da população sem acesso a água em %	20,04%
Parcela da população sem coleta de esgoto em %	85,7%
Internações totais por esgoto não tratado por doenças de veiculação hídrica (mil metro <sup>3</sup> )	5.670

Fonte: Painel Saneamento Brasil-SNIS/2022 e DATASUS/2022.

No estado do Amazonas, 20.04% da população não possui acesso à água e 85,7% não tem acesso a coleta de esgoto. Os dados mostram a necessidade de investimentos em saneamento por parte do poder público para melhor condições de vida da população.

No tocante à educação, segundo o catálogo nacional de escolas do INEP (2024) Presidente Figueiredo possui 22 escolas municipais de ensino fundamental I e II em funcionamento, distribuídas entre escolas rurais e urbanas. Na área da saúde municipal, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) são 35 estabelecimentos de saúde, incluindo todos os segmentos da área de atendimento, como hospitais e postos de saúde.

O descarte de resíduos sólidos em Presidente Figueiredo segue os moldes de outros municípios no Brasil, com o despejo de resíduos diretamente no solo, colocando em risco a degradação do solo e a contaminação do lençol freático pelo chorume. A Secretaria Municipal de Infraestruturas e Serviços Públicos (SEMISP) é um órgão da Administração Direta da Prefeitura Municipal responsável pela área de infraestrutura do município.

De acordo com o a Lei nº 699, de 11 de dezembro de 2013, a SEMISP tem como finalidade (Quadro 24):

Quadro 24. Serviços realizados pela SEMISP de Presidente Figueiredo

1- Formular a Política de Infraestrutura e Serviços do Município
2- Executar direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e saneamento básico
3- Executar a manutenção do sistema viário urbano e rural
4- Coordenar os serviços de manutenção e limpeza urbana de cemitérios, praças, parques e de jardins
5- Inspeccionar e fiscalizar as obras em andamento, de execução direta ou indireta
6- Aplicar as sanções relacionadas ao descumprimento da legislação do Código de Postura do Município e do Código de Obras
7- Promover apoio aos Conselhos Municipais vinculados às suas áreas de atuação
8- Executar outras ações e atividades pertinentes às suas finalidades

Fonte: SEMISP (2013).

A SEMISP fica localizada na BR-174 ao lado do hospital municipal e das corredeiras do Urubuí, na visita do trabalho de campo, percebeu-se uma boa infraestrutura do prédio público (Figura 18):

Figura 18. Sede da SEMISP

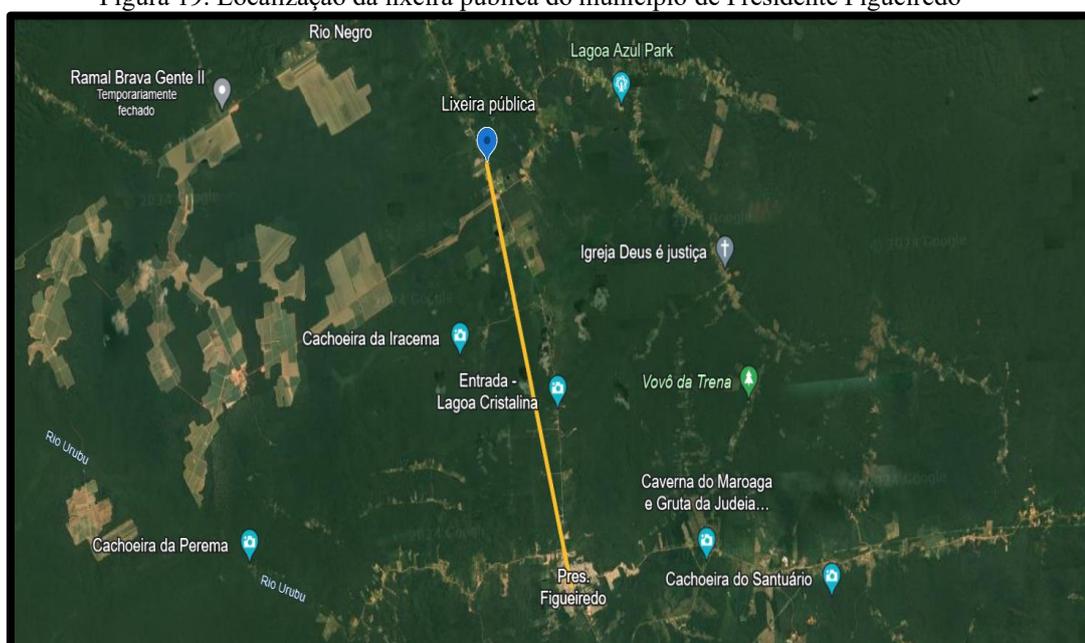


Fonte: Trabalho de campo (2024).

A SEMISP tem um papel fundamental no tocante as ações de conservação da infraestrutura da cidade, a autarquia trabalha em conjunto com outras secretarias da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

A lixeira pública de Presidente Figueiredo funciona desde a fundação do município, como uma lixeira a céu aberto, e não cumpre os dispositivos legais da Lei Federal nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que estabelece diretrizes legais para a prevenção, redução de impactos ambientais e orientações para a gestão dos resíduos sólidos do Brasil, promovendo a reciclagem e boas práticas de sustentabilidade ambiental nas cidades (BRASIL, 2010). Abaixo mostramos a localização da lixeira pública do Município de Presidente Figueiredo (Figura 19):

Figura 19. Localização da lixeira pública do município de Presidente Figueiredo



Fonte: Google Earth (2024). Elaboração: O autor (2024).

Aproximadamente 47,84% da população do município é atendida com coleta de resíduos domiciliares, no estado é de 81,53% e no Brasil é de 89,93 (SNIS, 2021). Para compreender melhor a coleta de lixo, tem-se os dados abaixo (Tabela 24):

Tabela 24. Lixo coletado per capita por dia (SNIS, 2021)

Descrição	Município	Média do estado	Média do país
Massa de resíduos domiciliares e públicos coletados per capta em relação a população total atendida	0,81 kg/hab/dia	1,15 kg/hab/dia	0,89 kg/hab/dia
Massa de resíduos domiciliares e públicos coletados per capta em relação a população urbana	0,81 kg/hab/dia	1,17 kg/hab/dia	1,02 kg/hab/dia

Fonte: SNIS (2021).

O município ainda não possui um sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos e nem aterro sanitário, todo o lixo da cidade é despejado no lixão municipal, que está localizada na zona rural do município. Com o crescimento da população do município, o volume de lixo coletado também aumentou, a SEMISP não elaborou um planejamento mais eficaz para a coleta regular de lixo e durante o trabalho de campo a coleta irregular do lixo foi unânime em todos os bairros. Analisando os dados das pessoas inseridas no CAD temos o seguinte panorama o quesito forma de coleta de lixo (Tabela 25):

Tabela 25. Forma de coleta de lixo de pessoas inseridas no CAD em Presidente Figueiredo no mês de **abril** (CECAD, 2024).

<b>Forma de coleta de lixo:</b>	<b>Total</b>
É coletado diretamente	12.043
É coletado indiretamente	3.056
É queimado ou enterrado na propriedade	6.637
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua ou avenida).	90
É jogado em rio ou igarapé	8
Tem outro destino	67
Sem resposta	118
<b>Total</b>	<b>22.019</b>

Fonte: CECAD (2024).

Em percentuais, 54,69% da população tem o lixo coletado, 13,88% têm o lixo coletado indiretamente, 30,14% são queimados ou enterrados na sua propriedade, 0,41% são despejados em terreno baldio, ou logradouro público, 0,04 é descartado em rios ou igarapés, 0,30% têm outros destinos não identificados (CECAD, 2024).

### **3.3. Condições de moradia**

A questão das condições de moradia está ligada ao quadro de pobreza urbana que se apresenta na maioria das cidades do Brasil. A pobreza econômica se revela no espaço urbano atingindo principalmente os países subdesenvolvidos onde o crescimento das cidades acontece com precariedades. A má distribuição de renda dos países corrobora a acentuação da pobreza urbana nos países pobres (Santos, 2009). A forte desigualdade socioeconômica provocada pela concentração de riquezas reverbera nas cidades como problemas urbanos comuns, como: o desemprego e habitações precárias (Santos, 2008).

Crises econômicas, retração de empregos, marginalização e exclusão são fatores que vão interferir no direito à moradia onde a pobreza urbana pode ser a própria negação de um direito mais amplo, que é o direito à cidade, tendo em vista, que cada vez mais a cidade se torna

um espaço mercantilizado e excludente do ponto de vista social, reivindicar esse direito é fundamental na construção de uma cidadania (Lefebvre, 2001).

O direito à moradia tem sido um dos temas mais debatidos nos estudos de geografia urbana no mundo. A Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) no seu artigo 25 ressalta a importância da moradia digna na vida da população mundial

O direito à moradia digna está ligado aos demais direitos sociais, como aponta Maricato e Cunha (2022, p. 90):

[...] acesso à moradia (com água, energia elétrica, esgoto) não implica necessariamente o acesso à cidade, que envolve também a existência de transporte adequado, sistemas de drenagem, saneamento, coleta de lixo, iluminação pública, além de acesso a equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer, ou ainda às áreas de concentração do emprego, áreas menos violentas etc.

O direito à moradia adequada é também uma forma de materializar o direito à cidade e o Estado tem o dever de promover políticas públicas de moradia adequadas para a população de baixa renda. O crescimento acelerado e sem planejamento urbano das cidades brasileiras, sobretudo, nas metrópoles nacionais e regionais tem contribuído para as péssimas condições de moradia e acarretando desigualdades socioespaciais da população brasileira (Rodrigues, 2007). O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU-Habitat estabelece critérios para se classificar moradias adequadas, como vemos no quadro abaixo (Quadro 25):

Quadro 25. Condições para classificar moradias adequadas

<b>1-Segurança da posse:</b> para a moradia ser adequada é necessário que os seus ocupantes tenham um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.
<b>2- Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura:</b> para a moradia ser adequada é necessário que os ocupantes tenham água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.
<b>3-Economicidade:</b> à moradia adequada, é aquela que o seu custo não ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.
<b>4- Habitabilidade:</b> a moradia adequada é aquela que garante a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.
<b>5- Acessibilidade:</b> à moradia adequada é quando as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados são que levados em conta.
<b>6- Localização:</b> a moradia adequada é quando a mesma não está isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizadas em áreas poluídas ou perigosas.
<b>7- Adequação cultural:</b> a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural

Fonte: ONU/HABITAT (1948).

Os sete elementos propostos pela ONU para classificar moradias adequadas são pontos de partida para a formulação de uma tipologia, ou seja, um conjunto de fatores que vão de encontro com alguns dos principais problemas urbanos. Para estudar as condições de moradia da cidade de Presidente Figueiredo foram utilizados esses critérios acima, com os dados do CECAD (2024) de um universo de pessoas inseridas no CAD. Nesse capítulo a ênfase dada foi em: 1- calçamento em frente ao domicílio, 2- formas de escoamento sanitário, 3- água canalizada, 4-material predominante nas paredes externas do domicílio, 5-material predominante no piso do domicílio e 5- tipo de iluminação do domicílio.

Os dados apresentados nas tabelas seguir, dizem respeito apenas as pessoas do município de Presidente Figueiredo cadastradas no CAD e disponibilizados pelo CECAD para fins de análise da moradia. As condições de moradia das pessoas cadastradas no CAD apresentam o seguinte panorama em relação ao calçamento em frente ao domicílio no município (Tabela 26):

Tabela 26. Calçamento em frente ao domicílio no mês de abril (CECAD, 2024).

Calçamento em frente ao domicílio	Total	Parcial	Não existe	Sem resposta	Total
	7.435	2.201	12.265	118	
Total					<b>22.019</b>

Fonte: CECAD (2024).

Cerca de 33,77% do universo de pessoas cadastradas no CAD do município, possuem calçamento em seu domicílio, 10,00% possuem de forma parcial, 55,70% afirmam que não existe (CECAD, 2024).

O escoamento sanitário no município de Presidente Figueiredo é precário, esse problema está relacionado as condições de moradia e a seguir temos a seguinte situação (Tabela 27):

Tabela 27. Forma de escoamento sanitário no mês de abril (CECAD, 2024)

Forma de escoamento sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala a céu aberto	Direto para o rio	Outra forma	Sem resposta	Total
	6.635	5.830	7.282	262	53	459	1.498	
Total								<b>22.019</b>

Fonte: CECAD (2024).

Cerca de 30,13% da população do município possui rede coletora de esgoto ou pluvial, 26,48% fossa séptica, 33,07% fossa rudimentar, 1,19% valam a céu aberto, 0,24% direto para o rio e 2,08% utilizam outra forma de escoamento sanitário (CECAD, 2024).

A distribuição de água canalizada também é um problema recorrente no município, pois nem todos os moradores são contemplados com esse serviço. O panorama para a água canalizada no município é o seguinte (Tabela 28):

**Tabela 28.** Água canalizada por número de pessoas cadastradas no CAD no mês de abril (CECAD, 2024)

Água canalizada no domicílio	Total
Sim	17.598
Não	4.303
Sem resposta	118
<b>Total</b>	<b>22.019</b>

Fonte: CECAD (2024).

Sobre a canalização de água no universo de pessoas atendidas pelo CAD **no município**, temos os seguintes dados: 79,92%, tem canalização, 19,54% não possuem canalização, e 0,54% não deram respostas (CECAD, 2024). Embora os dados não sejam tão preocupantes, em comparação com outros municípios, ainda há necessidade de melhorar a cobertura de água canalizada em Presidente Figueiredo.

Na construção civil, o tipo de material usado nas construções das residências é importante para o enquadramento do conceito de moradia adequada da ONU. No caso do município de Presidente Figueiredo-AM, no quesito material predominante nas paredes externas do domicílio temos os seguintes dados (Tabela 29):

**Tabela 29.** Material predominante nas paredes externas do domicílio no mês de abril (CECAD, 2024)

Material predominante nas paredes externas do domicílio	Total
Alvenaria/tijolo com revestimento	8.543
Alvenaria/tijolo sem revestimento	1.952
Madeira/aparelhada	9.538
Taipa/revestida	42
Taipa/não revestida	24
Madeira/aproveitada	1.525
Palha	7
Outro material	270
Sem resposta	118

Total	22.019
-------	--------

Fonte: CECAD (2024).

Cerca de 38,80% de pessoas utilizam como material predominante nas paredes externas do domicílio alvenaria/tijolo com revestimento, 8,87% alvenaria/tijolo sem revestimento, 43,32% madeira aparelhada, 0,19% taipa revestida, 0,11% taipa não revestida, 6,93% madeira aproveitada, 0,03% palha e 1,23% de outro material de construção (CECAD, 2024).

O tipo de material predominante no piso do domicílio é importante para construção civil, pois pode prevenir a proliferação de doenças, provocadas por ambientes precários, e para as pessoas cadastradas no CAD no município de Presidente Figueiredo, temos os dados abaixo (Tabela 30):

Tabela 30. Material predominante no piso do domicílio no mês de abril (CECAD, 2024)

Material predominante no piso do domicílio	Total
Terra	928
Cimento	10.924
Madeira aproveitada	2.276
Madeira aparelhada	2.293
Cerâmica, lajota ou pedra	5.348
Carpete	2
Outro material	130
Sem resposta	118
Total	22.019

Fonte: CECAD (2024).

Os dados mostram uma certa diversidade e baixa qualidade dos produtos utilizados na construção dos domicílios, onde cerca de 4,21% utilizam a terra como material predominante no piso do domicílio, 49,61% cimento, 10,34% madeira aproveitada, 10,41% madeira aparelhada, 24,29% de cerâmica, lajota ou pedra, 0,01% carpete e 0,59% de outro material (CECAD, 2024).

Em relação ao tipo de iluminação do domicílio das pessoas cadastradas no CAD no município, temos os seguintes dados (Tabela 31):

Tabela 31. Tipo de iluminação, no mês de abril (CECAD, 2024).

Tipo de iluminação	Total
Elétrica com medidor próprio	17.349
Elétrica com medidor comunitário	604
Elétrica sem medidor	2.571
Óleo, querosene ou gás	321
Vela	297

Outra Forma	759
Sem resposta	118
Total	22.019

Fonte: CECAD (2024).

Em dados percentuais, em relação ao tipo de iluminação das pessoas atendidas pelo CAD no município, tem-se: 78,79% da população do município com medidor próprio de energia elétrica, 2,74% com medidor comunitário, 11,68% sem medidor de energia elétrica, 1,46% que usam óleo, querosene, ou gás, 1,35% que utilizam vela como energia elétrica (CECAD, 2024).

A expansão da cidade de Presidente Figueiredo mostra que sua rede urbana se conectou com Manaus pela [BR-174](#), para compreendermos melhor os bairros da cidade, organizamos uma cartografia e para isso temos a seguinte síntese da metodologia de elaboração: os limites dos bairros foram extraídos a partir das informações disponibilizadas no arquivo shapefile do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A seguir o mapa de localização dos bairros da cidade (Figura 20):



Fonte: IBGE (2010), Google Earth (2024), OSM (2020). Elaboração: Carlos Madureira e Fredson Bernardino (mai/2024).

Segundo o site institucional da Prefeitura Municipal, a cidade é composta de 10 bairros urbanos: 1- Aida Mendonça, 2- Galo da Serra, 3- Morada do Sol, 4- Honório Roldão, 5- Centro,

6- Tancredo Neves, 7- Sol Nascente, 8- Orquídeas, 9- José Dutra e 10- Vale dos Nascentes. No entanto, o bairro Vale das Nascentes, não se concretizou na prática, devido a paralisação das obras do Residencial Vale das Nascentes do MCMV em 2014, ideia inicial da Prefeitura Municipal, era de que com a criação do residencial e como crescimento populacional haveria a expansão para um bairro planejado, mas isso não aconteceu na prática.

No trabalho de campo realizado em maio de 2024 foram feitos registros de observações dos mais diversos problemas dos bairros no tocante às condições de moradia. As moradias apresentavam construções inacabadas e/ou sem manutenção, precariedade no saneamento básico, terreno sem capinação, muitas pessoas morando em residências pequenas e falta ou a irregularidade do acesso à água tratada. A política habitacional carece de ação consistente por parte do poder público municipal, estadual e federal para a população da cidade de Presidente Figueiredo-AM.

Para procurar compreender melhor as condições de moradia em Presidente Figueiredo, foram realizados durante os trabalhos de campos registros de observação do pesquisador e foram aplicados formulários contendo perguntas sobre as condições de moradia nos 9 bairros oficiais na cidade, a seguir temos as respostas das condições de moradia do bairro Morada do Sol (Quadro 26):

Quadro 26. Condições de moradia no bairro Morada do Sol – Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública			5		
Iluminação pública			5		
Calçamento da rua		1	3	1	
Acesso a água			4	1	
Esgotamento sanitário			5		
Coleta de lixo		5			

Fonte: Trabalho de campo, 2024.

O bairro Morada do Sol está situado próximo do centro da cidade, apresenta uma boa infraestrutura, o bairro possui uma infraestrutura urbana parecida com a do Centro, inclusive para quem chega de fora para visitar, não se consegue discernir visualmente os limites dos bairros. Nas respostas do formulário aparece relativa satisfação quanto a essas condições de moradia da parte de quem foi abordado. Todos os participantes da pesquisa disseram que não

recebem nenhum benefício social e possuem renda superior a 3 salários mínimos. O maior problema relatado foi a irregularidade da coleta de lixo no bairro.

No quadro abaixo, temos a percepção dos participantes que moram no bairro Centro (Quadro 27):

Quadro 27. Condições de moradia no bairro do Centro- Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública			5		
Iluminação pública	1		4		
Calçamento da rua	1		4		
Acesso a água			5		
Esgotamento sanitário		1	4		
Coleta de lixo	1	2	2		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Durante o trabalho de campo, percebeu que o bairro do Centro apresenta uma boa infraestrutura, que concentra a maioria dos equipamentos urbanos públicos, além de restaurantes, hotéis, lanchonetes, bancos, e comércios, bairro bastante frequentado por turistas que procuram alimentação nas lanchonetes e empresas de café regional. Dos participantes da pesquisa nenhum recebe benefício social e possuem renda superior a 3 salários mínimos.

Para a o bairro Ainda Mendonça a situação as respostas foram (Quadro 28):

Quadro 28. Condições de moradia no bairro Aida Mendonça- Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública			3	2	
Iluminação pública	1	1	2	1	
Calçamento da rua	2	2	1		
Acesso a água		1	3	1	
Esgotamento sanitário	1	3	1		
Coleta de lixo	3	1		1	

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Segundo os moradores do bairro Aida Mendonça a maioria respondeu o formulário que a coleta de lixo é ruim, e o calçamento ficou entre regular e ruim, durante o registro de

observação o calçamento de várias ruas estava em péssimas condições e até sem calçamento. O bairro é considerado um dos mais precários da cidade. No tocante a situação do domicílio, 3 moram em casa própria, 2 de aluguel. O bairro Aida Mendonça é considerado como favela (totalmente) pela cartografia da figura 15 e o mesmo apresenta vários assentamentos precários, dos participantes da aplicação do questionário 3 pessoas recebem algum benefício social e a renda média é de até 2 salários mínimos.

No bairro Orquídeas as respostas foram (Quadro 29):

Quadro 29. Condições de moradia no bairro Orquídeas-Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública	1		4		
Iluminação pública		1	4		
Calçamento da rua	1	2	2		
Acesso a água	3		2		
Esgotamento sanitário	3	2			
Coleta de lixo	4		1		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

No bairro Orquídeas a precariedade urbana é uma realidade do cotidiano, e está incluso na cartografia de favelas (totalmente), a irregularidade da coleta de lixo, o acesso à água e o esgotamento sanitário foram os itens de maior reclamação dos abordados. Verificou-se, no trabalho de campo, a falta de capinação das casas e das ruas. Dois participantes da pesquisa disseram que suas casas são próprias e três moram em casa alugada, a renda média dos participantes é de 2 salários mínimos e 3 recebem algum benefício social.

Os moradores do bairro Jose Dutra, que foram participantes da pesquisa formulário, responderam sobre o bairro assim (Quadro 30):

Quadro 30. Condições de moradia no bairro José Dutra - Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública			5		
Iluminação pública			5		
Calçamento da rua	1	1	3		
Acesso a água			4	1	

Esgotamento sanitário			3	2	
Coleta de lixo		2	2	1	

Fonte: Trabalho de campo (2024).

O bairro José Dutra limita-se com Aida Mendonça, um dos marcos dos limites é a praça da bíblia, que precisa revitalização, durante o registro de observação as características espaciais são bem parecidas, os participantes da pesquisa deste bairro não demonstraram muita insatisfação com o bairro. Em relação ao domicílio, 4 disseram que as suas casas são próprias, um mora de aluguel, a renda familiar média dos participantes é de até 3 salários mínimos, e 1 nenhuma pessoa recebe benefício social.

No bairro Honório Roldão que fica logo na entrada da cidade as respostas foram um pouco semelhante com a do Centro, e os moradores responderam assim (Quadro 31):

Quadro 31. Condições de moradia no bairro Honório Roldão - Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública	1	1	3		
Iluminação pública		1	4		
Calçamento da rua	1		4		
Acesso a água			4	1	
Esgotamento sanitário		1	4		
Coleta de lixo		3	2		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Este bairro está localizado nas margens da BR-174, bem próximo do Centro e da Morada do Sol. No registro de observação, verificou-se uma relativa infraestrutura, mas a coleta de lixo é um ponto que ainda precisa ser melhorado. No bairro Honório Roldão, todos os participantes afirmaram que sua casa é própria. Com uma renda aproximada de 4 salários mínimos e nenhum participante recebe benefício social

O bairro Galo da Serra, que abriga dois geoparques importantes da área urbana, os participantes responderam assim (Quadro 32):

Quadro 32. Condições de moradia no bairro da Galo da Serra - Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública	1	2	2		
Iluminação pública		1	4		

Calçamento da rua	1		4		
Acesso a água	2	1	3		
Esgotamento sanitário	2	3			
Coleta de lixo	2	2	1		

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Os parques Galo da Serra e Orquídeas são alguns dos principais pontos turísticos da cidade, possuem uma densa vegetação de floresta amazônica, duas cachoeiras e uma gruta. Este bairro está localizado em uma área de platô, sua topografia é elevada. Um dos principais problemas é o acesso a água, esgotamento sanitário e a coleta de lixo. O calçamento da avenida principal que dá acesso aos bairros e ao centro se encontra em revitalização, mas no trabalho de campo de 2023 e 2024 a avenida estava em estado de precariedade. No Galo da Serra, 4 participantes informaram que a casa é própria e um mora de aluguel. Em relação à pergunta sobre a renda familiar, as respostas foram de 1 a 2 salários mínimos e 2 pessoas recebem benefício social.

No bairro Sol Nascente a visão geral das respostas foi (Quadro 33):

Quadro 33. Condições de moradia no bairro Sol Nascente - Presidente Figueiredo (AM)

<b>Ítems respondidos</b>	<b>Ruim</b>	<b>Regular</b>	<b>Bom</b>	<b>Excelente</b>	<b>Outra resposta</b>
Segurança pública	1	1	3		
Iluminação pública	3	1	1		
Calçamento da rua	5				
Acesso a água			5		
Esgotamento sanitário	1		4		
Coleta de lixo	5				

Fonte: Trabalho de campo (2024).

O bairro do Sol Nascente possui uma boa localização, fica perto do centro da cidade, as respostas do formulário aplicado a cinco moradores, revelou que os principais pontos de precariedade são: calçamento, iluminação pública e coleta de lixo. No Sol Nascente, três moram em casa própria e dois de aluguel. A renda familiar média das pessoas que participaram da entrega do formulário é de aproximadamente 4 salários mínimos

No bairro Tancredo Neves temos as seguintes respostas (Quadro 34):

Quadro 34. Condições de moradia no bairro Tancredo Neves - Presidente Figueiredo (AM)

Itens respondidos	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Outra resposta
Segurança pública		3	2		
Iluminação pública	1		4		
Calçamento da rua	2	3	1		
Acesso a água			4	1	
Esgotamento sanitário	1	2	2		
Coleta de lixo	3	2			

Fonte: Trabalho de campo (2024).

No bairro Tancredo Neves se verificou, no trabalho de campo, moradias pequenas e com um número grande de pessoas residindo em domicílios pequenos, a coleta de lixo e o calçamento foram os quesitos que mais apresentaram manifestações de regular a ruim. No Tancredo Neves, dos cinco participantes, quatro moram em casa própria e um de aluguel e a renda média é de até dois salários mínimos e uma pessoa recebe benefício social.

O bairro Tancredo Neves por ser considerado em sua área total como favela pelo mapa de localização de favelas ou comunidades urbanas, foi escolhido para um mosaico das condições de moradia com vemos abaixo (Figura 21):

Figura 21. Mosaico das condições de moradia do bairro Tancredo Neves considerado como favela



Fonte: Trabalho de campo (2024).

O mosaico em questão mostra aspectos das condições de moradia em Presidente Figueiredo, em particular, do bairro Tancredo Neves que apresenta infraestrutura precária e que

no trabalho de campo revelou ser frequente as reclamações de populares que residem nestes bairros. O mosaico nos faz refletir sobre a relação contraditória do discurso do desenvolvimento e as condições de moradia em cidades pequenas na Amazônia como Presidente Figueiredo no estado do Amazonas.

Pelo mapa de favelas, apenas os bairros Aida Mendonça, Morada do Sol, Orquídeas e Tancredo Neves são considerados favelas, entretanto, durante o trabalho de campo realizado em maio de 2024, percebeu-se que nas respostas da aplicação dos formulários e os registros de observação que os demais bairros como: Sol Nascente, Galo da Serra, José Dutra apresentam características de favela. Os bairros com melhor infraestrutura urbana são: Centro, Honório Roldão e parte central do Morada do Sol.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano na cidade de Presidente Figueiredo é, em linhas gerais, muito semelhante a de outras regiões impactadas por grandes projetos, a “cidade na selva” como escreveu Oliveira (2000) passou por inúmeras mudanças ao longo de quase 40 anos, a cidade que foi fundada às margens da rodovia BR-174, cresceu pela lógica da economia mineral de Pitinga e pela construção da Hidrelétrica de Balbina e atualmente, ao chegarmos, verificamos que esses serviços são precários, soma-se a isso, o excesso de poeira nas ruas e um fluxo intenso de caminhões que passam pela rodovia que corta a cidade.

Vários autores já produziram teorias explicativas para a compreensão dos efeitos espaciais dos grandes projetos na Amazônia, principalmente na atividade mineradora, como é o caso de Presidente Figueiredo, deles Elmar Altvater, Stephen Bunker, Maria Célia Nunes Coelho, Maurilio Monteiro, João Márcio Palheta, Maria Amélia Enriquez etc. e um dos principais temas abordados são o crescimento exponencial do lucro e expansão dos negócios da mineração, que em grande medida contrasta com os bolsões de pobreza que formam nessas áreas do grande projeto ou no seu entorno. O que se vê é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, combinado e articulado a uma geopolítica internacional que vê a Amazônia como uma fronteira quase infinita de recursos naturais (Altvater, 1993).

A economia verticalizada e de enclave que é construída com o dinheiro do capital privado nacional e internacional, e com verbas públicas, através da construção de empreendimentos de infraestrutura que provocam uma série de passivos ambientais, em muitos casos irreversíveis, a atividade mineradora na Amazônia mobiliza uma mão-de-obra cada vez mais especializada e bastante limitada, e como a maioria dos municípios onde os grandes projetos estão instalados, não dispõem de mão de obra qualificada, a contratação de profissionais de fora da região se torna cada vez mais necessária. Isso acaba reforçando a ideia de economia de enclave na Amazônia, onde a população local é pouco ou sequer é absorvida nesses empreendimentos, e quando é acaba sendo absorvida em áreas operacionais (Enriquez, 2007).

Presidente Figueiredo é um pequeno município amazônico, com pouco dinamismo econômico e durante o trabalho de campo se verificou nas respostas dos participantes da pesquisa, que as pessoas abordadas não tinham conhecimento e nem tinham vínculos com a Mineração Taboca. A urbanização precária de Presidente Figueiredo no Amazonas é verificada pela infraestrutura e pelos dados conforme foi apresentado na pesquisa. Presidente Figueiredo, em 2023 recebeu mais de 19 milhões de Reais oriundos da CFEM, o que pode parecer pouco

para os orçamentos públicos municipais, mas que são responsáveis pela construção de uma expectativa de que a municipalidade seja capaz de prover melhores serviços públicos.

É fundamental que a população compreenda que a governança pública dos recursos da CFEM, sem fiscalização e pressão popular não se constrói um futuro mais justo e igualitário para municípios mineradores na Amazônia, e atividade mineradora pode ser uma dualidade econômica que tende a colocar os espaços em uma encruzilhada entre a “benção” e a “maldição” (Enriquez, 2007). Nesse sentido, é complexo pensar no paradoxo do desenvolvimento sustentável, em detrimento da reprodução e territorialização do capital na Amazônia, que desde 1960 se apresenta em binômios de sintropia (ordem) e entropia (desordem) (Altvater, 1993).

Apesar de todos os problemas urbanos, a cidade cresceu em população e em serviços públicos e privados, mas ainda há uma enorme carência de serviços de medicina, saúde, educação e outros serviços, fato que leva as pessoas a se deslocarem para Manaus, em busca de atendimento mais específico.

Presidente Figueiredo possui um potencial turístico, com mais de 100 cachoeiras catalogadas segundo o site da Prefeitura Municipal, e elas são exploradas economicamente por meio da propriedade privada, mas ainda há uma necessidade de profissionalizar cada vez mais este turismo, e principalmente pensar em outras formas de utilizar os recursos naturais, como o turismo de base comunitária, uma alternativa de aproveitar melhor o conhecimento das populações tradicionais. A forma como o turismo se desenvolve atualmente, concentra as atividades econômicas apenas no centro da cidade e, às vezes, os turistas sequer visitam a cidade, alguns se alimentam em restaurantes e cafés na estrada BR-174, acarretando assim nenhum ou pouco dinamismo econômico para a cidade.

A geração de emprego e renda é outro desafio para a cidade, e isso faz com que muitas pessoas se mudem para a capital ou para cidades médias em busca de melhores condições de vida, no entanto, diversificar a economia em uma cidade pequena na Amazônia, não é uma tarefa fácil, requer tempo, investimento público-privado a longo prazo.

Durante a pesquisa, pôde se constatar que os índices socioeconômicos do município de Presidente Figueiredo são baixos, e a própria população durante o trabalho de campo nos bairros da cidade, deixaram a sua insatisfação com a cidade, e isto reforça a necessidade de políticas públicas que possam abarcar pontualmente às demandas da cidade.

As condições de moradia inadequadas ou precárias nos bairros da cidade de Presidente Figueiredo são consequências não apenas dos impactos dos grandes projetos na Amazônia, mas,

também do baixo desempenho do Estado em relação à governança. Em cidades atingidas pela mineração no espaço amazônico existiria uma lacuna entre teoria e prática (Monteiro, 2005).

A autora Enriquez (2007) afirma que a atividade de mineração pode ser benção ou maldição, benção se houver uma governança pública com a arrecadação oriunda da exploração dos recursos (fato que não se concretiza nos municípios onde tem atividades de grandes projetos), ou a mineração pode ser maldição, pelo fator de uma governança que não investe ou investe pouco e errada os recursos vindos da arrecadação tributária, como a CFEM.

Corroborando com a ideia de maldição do mal usos das receitas orçamentárias municipais oriundas da atividade mineradora, a história mostra que a herança dos efeitos espaciais da mineração na Amazônia acarreta uma série de contradições entre o discurso e a prática, e seu legado de entropia (desordem) tem sido uma constante da territorialização perversa do capital na Amazônia ao longo do tempo, além do mais, cabe ressaltar, que os recursos minerais não são renováveis e podem se esgotar a longo prazo (Altvater, 1993).

Stephen Bunker, que foi um dos primeiros pesquisadores da mineração na Amazônia, segue este raciocínio, ao afirmar que os grandes projetos minerários, além de provocar a chamada economia verticalizada no município extrator, promovem o empobrecimento do ambiente local, redesenham o espaço geográfico sem assumir os custos socioambientais gerados pelas desarticulações demográficas, ambientais e infraestruturais sem produzir a contrapartida do desenvolvimento socioeconômico das áreas onde se instalam (Bunker, 1988).

Fazendo uma síntese dos impactos socioambientais diretos e indiretos no município de Presidente Figueiredo, o estudo abordou as repercussões dos eventos na produção do espaço em três categorias, a saber: gastos do poder público com a infraestrutura na cidade, aumento dos índices de pobreza a partir dos indicadores socioeconômicos disponibilizados pelo IBGE e o FIRJAN e os dados do CECAD, fato que culminou na tipologia de bairros análoga a favelas, como é o caso dos bairros Aida Mendonça, Orquídeas, Tancredo Neves e Morada do Sol.

Os outros impactos foram os socioculturais locais, como aumento do fluxo migratório na cidade de Presidente Figueiredo, que, segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2022) chegou a 30.668 habitantes. Esse fato gera uma pressão social na cidade que impacta no acesso a boas condições de moradia. Mensurar os impactos ambientais locais é fundamental para atuação poder público, e no caso de Presidente Figueiredo, os principais impactos identificados foram: Contaminação e assoreamento de igarapés da cidade, a exemplo do igarapé que fica no

entorno do bairro Aida Mendonça e desmatamento na área urbana da cidade, exemplo do residencial Vale das Nascentes.

As principais demandas das pessoas que participaram da pesquisa por aplicação do formulário foram: a coleta de lixo que apresentou ineficiência, o calçamento que praticamente em todos os bairros foi considerado precário, esgotamento sanitário que não atende a todos e quando atende, apresenta um serviço bastante questionável, e as poucas ofertas de trabalho e emprego que cidade dispõe. Os principais empreendimentos que geram empregos são os setores da mineração e agropecuária, os mesmos absorvem poucos trabalhadores locais. O que mais emprega na cidade é o funcionalismo público e o setor de serviços. As poucas ofertas de trabalho na cidade de Presidente Figueiredo, esses foram um dos pontos de maior reclamação segundo a percepção dos moradores que participaram da aplicação do formulário.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **Atuação recente da incorporação imobiliária no município**: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras. Dissertação (Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- ALMEIDA, A. W. B. D. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM. 2008.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1993. 334p.
- AMAZONAS. Lei Complementar N° 52/2007 de 30 de maio de 2007. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, p. 1, 2007. Disponível em: [https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2007/843/843\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2007/843/843_texto_integral.pdf). Acesso em: 04 out. 2023.
- ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. S. Grandes Projetos Minerários e Comunidades Tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Rev. Pol. Pública.**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 265-277, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4770/2789>. Acesso em: 04 out. 2023.
- BAINES, S. G. Territórios, Territorialização, Territorialidades Indígenas e o Direito à Terra. **Raízes**, Campina Grande, v. 34, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/412/394>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- BECERRA, G. C. Vidas paralelas: contacto, demografía y violencia contra los waimiri-atroari y los nukak. Un ensayo de historia comparada sobre dos pueblos indígenas en la Amazonia. **Tabula Rasa**, Bogotá, mar./jun. 2021, p. 271-302. Disponível em: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1935>. Acesso em: 11 jan. 2024
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a. 112p. (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENERGODT, M.; SACHS, I. (orgs.) **Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region**. Paris: UNESCO, v. 15, 1995, p. 53-89.
- \_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 135–159, 2001. Disponível em: [https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOLÍTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amazônia\\_Política%20de%20ocupação.pdf](https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOLÍTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amazônia_Política%20de%20ocupação.pdf). Acesso em: 23 jul. 2024.
- \_\_\_\_\_. Significado de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.;
- MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (orgs.) **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990b. p. 115-130.
- \_\_\_\_\_. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano, uma fronteira de recursos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 40, p. 111-122, 1978. Disponível em: <https://170.84.43.102/index.php/rbg/article/view/1291>. Acesso em: 23 jul. 2024.

- \_\_\_\_\_. **A Urbe Amazônica:** a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2013. 85p.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 172p.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio C; LEMOS, Mauro Borges. (Organizadores). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 401-428.
- \_\_\_\_\_. Fragmentação do Espaço e Formação de Regiões na Amazônia: Um Poder Territorial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 117-126, 1992. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/769>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento. Projeto de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. Eletrobras. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/projeto-de-desestatizacao-eletobras>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 5 fev. 2023.
- BRASIL. Constituição Federal 1988: emendas constitucionais ns. 1 a 53 devidamente incorporadas. 4. ed. atual. Barueri, São Paulo: Manole, 2007. 460 p.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974. Rio de Janeiro, 1971.
- BRASIL. Agência Nacional da Mineração. Arrecadação, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/arrecadacao>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Presidência da República, Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010.
- BRITO, D. A. Sudam e Crise Institucional do Desenvolvimento na Amazônia. **Papers do Naea**, ano 1998, nº 96, p. 1-29. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11869>. Acesso em: 01 out. 2023.
- BROWDER, J.O.; GODFREY, B.J. **Rainforest Cities:** Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. Nova York: Columbia University Press, 1997. 383p.
- \_\_\_\_\_. **Cidades da floresta:** urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006. 383p.
- CALVINO, I. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152p
- CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 62-82, jan./mar. 1989. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1600>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 171p.
- CARDOSO, E. J.; SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. O processo de urbanização brasileiro. In: XV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Paraíba, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos do**

**XV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Paraíba.** São Paulo, p. 1-4. Disponível em: [https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2011/anais/arquivos/0088\\_0295\\_01.pdf](https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0295_01.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, jan./dez. 2007, p. 61-72. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12794/8362>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CARMO, M. B. S.; COSTA, S. M. F. Tipologias urbanas para as pequenas cidades do delta do rio Amazonas: uma proposição de categorização. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 440-459, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-tipologias-urbanas-para-as-pequenas-cidades-do-delta-do-rio-amazonas-uma-proposicao-de-categorizacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CARVALHO, J. P. F. de. **Waimiri-Atroari**: a história que ainda não foi contada. Brasília, DF: s. ed, 1982. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTL00002.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 602p.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Cidades na Floresta**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008. 352p.

CECAD. Consulta, Seleção, e Extração de Informações do Cadúnico. **Tabulador do cadastro único**. Brasília, 2024. Disponível em < [https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)>. Acesso em 1 de maio de 2024.

COELHO, V. L. P. A política regional do governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (orgs). **Desenvolvimento Regional no Brasil- Políticas, Estratégias e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea, p.65-95, 2017.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: Ibase, 2014. 109p.

Comissão Estadual da Verdade do estado do Amazonas. **O genocídio do povo Waimiri-Atroari**: 1º relatório do Comitê Estadual da Verdade. Manaus: CEV, 2012. 92 p.

CEV. **A ditadura militar e o povo Waimiri-Atroari**. 1 ed. Campinas-São Paulo. Ed. Curt Nimuendajú. 2014. 175p.

CINCO ONGs terão 122 milhões para construir casas no Amazonas. D24Aam Amazonas. Disponível em: <https://d24am.com/noticias/cinco-ongs-terao-rs-122-milhoes-para-construir-casas-no-amazonas/>. Acesso em: 06 maio 2024.

CORRÊA, R. L **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1995. 94p.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994. 361p.

\_\_\_\_\_. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul., 1987. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/963>. Acesso em: 15 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço urbano: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopez de; SPOSITO, Maria Encarnação

Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. 4ª e. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 302p.

COSTA, F. A. Amazônia: modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, Moura; MAIA (Org). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém, PA: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988. 83p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003. 126p.

DATHEIN, R. **Uma Introdução à Teoria Pós-Keynesiana**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

DAVIDOVICH, F. R. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 51-82, jan./mar. 1978. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1978\\_v40\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1978_v40_n1.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas da urbanização brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 87-91, jul./set. 1977. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1977\\_v39\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1977_v39_n3.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. 2007. 449 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ESTADO DO AMAZONAS. Lei Complementar Estadual Nº 052/2007, de 30 de maio de 2007, que institui a Região Metropolitana de Manaus. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/843>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FAJARDO, Yrigoyen Raquel. De la tutela a los derechos de libre determinación del desarrollo, participación, consulta y consentimiento: fundamentos, balance y retos para su implementación. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, UFPA, v. 1, n. 2, p. 368-405, 2009.

FERNANDES, D. A. **A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. 2011. 313f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Programa de Pós-Graduação Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2011.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças-MT, v. 8, n. 1, p. 13-31, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FEARNSIDE, Philip M. **A hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia**. São Paulo: Estudos Iamá (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente), 1990.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=AM&IdCidade=130353&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 04 out. 2023.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Metodologia do estudo sobre qualidade dos dados de homicídios em 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/25-anuario-2022-metodologia-do-estudo-sobre-qualidade-dos-dados-de-homicidios-2021.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FRESCA, T. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, Fortaleza, n. esp., p. 75-81, 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

GEIGER, P. Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Brasília, IBGE, v. 35, n. 1, 1973. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1973\\_v35\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n1.pdf). Acesso em: 15 out. 2023.

GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. R. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 2-102, abr./jun. 1961. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1961\\_v23\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n2.pdf). Acesso em: 15 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODFREY, B. J. Boomtowns of the Amazon. **Geographical Review**, v. 80, n. 2, p. 103-117, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/215475?origin=crossref>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GOULART, D. C. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST**. 2011. 242 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

GOMES, P. C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: INÁ, E. de Castro, GOMES, P. C. da Costa, CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2004b.

HISTÓRIA. In: Mineração Taboca, [s.d.], c2023. Disponível em: <https://www.mtaboca.com.br/paginas/historia.aspx>. Acesso em: 8 dez. 2023.

HURTIENNE, Thomas Peter. A dinâmica da ocupação da Amazônia: uma análise dos dados populacionais. In: COELHO, Maria Célia (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, 2001. p. 216-283.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=1303536>. Acesso em: 04 out. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas metodológicas n°1:** sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950.** Documentos Censitários, série C, número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

IBRAM. INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Desempenho da mineração em 2022.** Disponível em: [https://ibram.org.br/noticia/desempenho-da-mineracao-tem-queda-em-2022-mas-setor-cria-mais-empregos-e-aumentara-investimentos-para-us-50-bi-ate-2027/#:~=Os%20dados%20do%20IBRAM%20mostram%20de%207.300%20empresas%20e%20microempresenedores](https://ibram.org.br/noticia/desempenho-da-mineracao-tem-queda-em-2022-mas-setor-cria-mais-empregos-e-aumentara-investimentos-para-us-50-bi-ate-2027/#:~=Os%20dados%20do%20IBRAM%20mostram%20de%207.300%20empresas%20e%20microempresendedores). Acesso em: 23 mai. 2024.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (orgs.). **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia.** São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12607396/analise-espacial-do-processo-de-urbanizacao-da-dpi-inpe>. Acesso em: 12 jun. 2023.

KOHLHEPP, G. "Brasiliens problematische Antithese zur Agrarreform: Agrarkolonisation in Amazonien. Evaluierung wirtschafts- und sozialgeographischer Prozessabläufe an der Peripherie im Lichte wechselnder agrarpolitischer Strategien." In: ELSENHANS, H. (ed.). **Agrarreform in der Dritten Welt:** Frankfurt am Main, New York: Campus, 1979. p. 471-504.

KOHLHEPP, G. Problemas do planejamento regional e do desenvolvimento regional na área do Programa Grande Carajás no Leste da Amazônia. In: KOHLHEPP, G.; SCHRADER, A. (eds.). **Homem e natureza na Amazônia.** Tübingen: Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung 3. 1987b. p. 313-345.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira: estratégias de ordenamento territorial e conflitos entre interesses econômicos e uso sustentável dos recursos

naturais nas florestas tropicais. In: BIRLE, Peter; NOLTE, Detlef; SANGMEISTER, Hartmut (eds.). **Demokratie und Entwicklung in Lateinamerika**. Bibliotheca Iberoamericana, No. 111, Vervuert, Frankfurt am Main, 2006. p. 479-524. Disponível em: [https://publications.iai.spk-](https://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00000099/BIA%20111%20Demokratie%20und%20Entwicklung%20in%20Lateinamerika.pdf)

[berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document\\_derivate\\_00000099/BIA%20111%20Demokratie%20und%20Entwicklung%20in%20Lateinamerika.pdf](https://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00000099/BIA%20111%20Demokratie%20und%20Entwicklung%20in%20Lateinamerika.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: *La production de l'espace*.

LIMA, A. C. da Cruz. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury. **Morte e Ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MACHADO, L. O. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem Geopolítica. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 32, p. 2-10, 1982.

\_\_\_\_\_. A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronológica. **Tübinger Geographische Studien**, n. 95, p. 189-204, 1987.

\_\_\_\_\_. Sistemas longe de equilíbrio e reestruturação espacial na Amazônia. In: MAGALHÃES, S. **Energia na Amazônia**. Belém: UFPA, v. 2, 1996. p. 838-858.

MACHADO, L. O. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia. **Cadernos do IPPUR**, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/276/85>. Acesso em: 24 out. 2023.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/2002Limitesefronteiras.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

MACHADO, Paulo Fernando. O pólo sidero-metalúrgico de Carajás: gênese de uma nova região industrial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 158-175, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1410>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MAHAR, Denis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978. (Relatório de Pesquisa, 39). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12271>. Acesso em: 13 out. 2023.

MARINHO, T. M.; SCHOR, T. Nos interflúvios do rural e do urbano na Amazônia: o caso de Codajás-Amazonas, Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 6, n. 11, p. 69-81, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/466>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MATOS, P. de O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após II PND**. 202. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

MARICATO, Ermínia; CUNHA, Tales Fontana Siqueira. Planejamento urbano no Brasil: a distância entre a retórica e a prática. **Cadernos Jurídicos (EPM)**, São Paulo, v. 1, p. 85-100, 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: VAINER C.; ARANTES O.; MARICATO E. (Org.). **Cidade e pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis Editora Vozes 2000. p. 121-192.

MEDEIROS, G. R. N. **Gestão do território e responsabilidade social das empresas de mineração no estado do Pará**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9028>. Acesso em: 22 dez. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Procuradoria da República no Amazonas**. MPF: governo federal e Funai se comprometem a cumprir protocolo de consulta dos waimiri atroari em obra do Linhão. 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/mpf-governo-federal-e-funai-se-comprometem-cumprir-protocolo-de-consulta-dos>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MOLINARI, D. C. **Dinâmica erosiva em cicatrizes em movimento de massa** - Presidente Figueredo (Amazonas). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. p. 19.

MONTE, Paulo Pinto. **Etno-História Waimiri-Atroari (1663-1962)**. 1992. 180f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

MONTEIRO, M. de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, Belém, v. 19, n. 53, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Z8KwYg7qrYKsmN4Wc58yCqC/>. Acesso em: 02 out. 2023.

MONTE-MÓR, R. L. A Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento. In: SANTOS, Milton et al. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTEIRO NETO, A. Desenvolvimento Territorial no Brasil: Reflexões sobre Políticas e Instrumentos no Período Recente e Propostas de Aperfeiçoamento. In: MONTEIRO NETO, A. M. et al. (orgs.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 37-64. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8993/1/Desenvolvimento%20territorial.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

NASCIMENTO, D. M. **Projeto Calha Norte**: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (1948). Brasília, DF. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 26 abr. 2024.

OLIVEIRA, J. A. A Cultura, as Cidades e os Rios na Amazônia. *Amazônia/Ciências. Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. In: VIII Congresso Luso-africano-brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: CES, 2004. p. 1-10. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Cidades na selva**. Manaus: VALER, 2000.

\_\_\_\_\_. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE**, Fortaleza/CE, v. 3, n. 5, p. 184-197, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/download/6966/5862/27055>. Acesso em: 12 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão. In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1997, Buenos Aires, **Anais [...]**. Buenos Aires: EGAL, 1997. V. 6. 198.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior; Maria Goretti da Costa Tavares. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. **Urbanização na Amazônia**. GEEA - Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos – Caderno Debates, vol. III, Manaus: Editora do INPA, 2010. p. 147-189.

OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Vol. 1. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R. B. O Planejamento do Desenvolvimento do Desenvolvimento Regional na Amazônia no Período 1946-66 e sua Relação com o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo Brasileiro (versão preliminar). In: V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2011, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais [...]**. Santa Cruz, RS: UNISC, 2011. p. 1-25.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 out. 2023.

PALHETA, J. M.; SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A.; NASCIMENTO, F. R. Conflitos pelo uso do território na Amazônia Mineral. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16023, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/nBzQrBSRV4KPbPDZ3yKYsWk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2023.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e Mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PAÍSES do Mercosul. In: Mercosul. Montevideu. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do Censo de 2010. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 75-99, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/kCJyFpWtwqqDFkyzYdmvVvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.

PINHEIRO, P. P. Moradores de Balbina realizam manifestação em Presidente Figueiredo. In: Portal do Urubui. Presidente Figueiredo, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://portaldourubui.com/2018/07/18/moradores-de-balbina-realizam-manifestacao-em-presidente-figueiredo/>. Acesso em: 13 set. 2022.

PDIRMM - **Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Manaus**. 2010-2020. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus. Consórcio VETEC/VALENTE, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRESIDENTE FIGUEIREDO (AM). Instituto Água e Saneamento. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/am/presidente-figueiredo>. Acesso em: 06 maio 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 13 de out. de 2023.

RAVENA, N.; TEIXEIRA, E. F. Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos. **Ponto de Vista**, n. 10, p. 1-16, out. 2010. Disponível em: [http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto\\_de\\_vista\\_01outubro2010.pdf](http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01outubro2010.pdf). Acesso em: 01 out. 2023.

RESENDE, M. G. A.; SILVA, D. F. C.; FILHO, L. A. da SILVA. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). In: RESENDE, G. M. **Uma Proposta de Avaliação Continuada dos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília, 2017. pp. 369-406. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7469>. Acesso em: 02 out. 2023.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, Chapecó, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12796/8364>. Acesso em: 26 dez. 2023.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; FEARNSSIDE, Philip Martin. Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 17, n. 1, p. 47-73, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1427>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SANTOS, B. A. dos. Recursos Minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 16, p. 123-152, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9873>. Acesso em: 04 out. 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. SILVA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. 192 p.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 10-39, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/5ZCqBhsTwHV8qR6J37WmmrF/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SCHOR, T.; COSTA, D. P. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões - AM. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. v. 1, p. 129-146.

SEMISP- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS. **Lei nº 699 de 11 de dezembro de 2013**. Disponível em: <https://www.presidentefigueiredo.am.gov.br/prefeitura/secretarias/infraestrutura/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SENARC- SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA. **Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 14 maio 2024.

SENARC- SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA. **Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 14 maio 2024.

SSP- SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. **Dados estatísticos homicídios dolosos Amazonas, 2023**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGJiNDJhYTItZjU5NS00MjA0LTk2ZjMtMDYzNGZhYzAxMWQ4IiwidCI6Ijg1NDczOTk4LTFmODEtNDExMS1iYzk3LTg3YWUwNGU2MTIwNCJ9&pageName=ReportSectionad43d6ce72c90795>. Acesso em: 18 set. 2024.

SSP- SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. **Dados estatísticos roubo a residência. Amazonas, 2023**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGJiNDJhYTItZjU5NS00MjA0LTk2ZjMtMDYzNGZhYzAxMWQ4IiwidCI6Ijg1NDczOTk4LTFmODEtNDExMS1iYzk3LTg3YWUwNGU2MTIwNCJ9&pageName=ReportSectionad43d6ce72c90795>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SSP- SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. **Dados estatísticos lesão corporal. Amazonas, 2023**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGJiNDJhYTItZjU5NS00MjA0LTk2ZjMtMDYzNGZhYzAxMWQ4IiwidCI6Ijg1NDczOTk4LTFmODEtNDExMS1iYzk3LTg3YWUwNGU2MTIwNCJ9&pageName=ReportSectionad43d6ce72c90795>

[GZhYzAxMwQ4IiwidCI6Ijg1NDczOTk4LTFmODEtNDExMS1iYzk3LTg3YWUwNGU2MTIwNCJ9&pageName=ReportSectionad43dcefd6ce72c90795](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGJlNDJhYTYtZjU5NS00MjA0LTk2ZjMtMDYzNGZhYzAxMwQ4IiwidCI6Ijg1NDczOTk4LTFmODEtNDExMS1iYzk3LTg3YWUwNGU2MTIwNCJ9&pageName=ReportSectionad43dcefd6ce72c90795). Acesso em: 17 jan. 2024.

SSP- SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. **Dados estatísticos armas, drogas e munições apreendidas**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGJlNDJhYTYtZjU5NS00MjA0LTk2ZjMtMDYzNGZhYzAxMwQ4IiwidCI6Ijg1NDczOTk4LTFmODEtNDExMS1iYzk3LTg3YWUwNGU2MTIwNCJ9&pageName=ReportSectionad43dcefd6ce72c90795>. Acesso em: 18 maio 2024.

SILVA, D. S. M. da. **Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca**. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SILVA, P. F. J. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense**. São Paulo: UNESP, 2015, p. 265-301.

SILVA, C. D. Bairro Tancredo Neves. **BIUS**, Manaus, n. 6, v. 13, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/6528>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SILVA, F. B. A. da. **Metropolização do espaço na Amazônia Oriental: discurso e diferenciação espacial na Região Metropolitana de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964 - 2014**. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH UFAM, Manaus, 2015.

\_\_\_\_\_. Egidio Schwade: um Intelectual da Igreja à Serviço dos Índios. **Cano do Tempo**, Manaus, v. 10, n. 1, ago. 2018. Disponível em: [https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa\\_do\\_Tempo/article/view/4113](https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4113). Acesso em: 01 set. 2023.

SOUZA, Carlos Augusto de Silva. **Urbanização na Amazônia**. Belém: Unama, 2000.

SPOSITO, M. E. B. Oportunidades e Desafios da Pesquisa Urbana Comparada. In: FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Castreghini de et al. (org.). **Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina**. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016.

\_\_\_\_\_. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123-146.

SCHWADE, E. **Nas Terras Waimiri-Atroari: Projetos de Morte**. Travessia, São Paulo, v. único, n. 1, jan./abr. 1990. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/about>. Acesso em: 28 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Linhão de Tucuui**: mais uma mentira contra o povo Waimiri-Atroari. CIMI. Manaus, 19 de outubro de 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/linhao-de-tucuui-mais-uma-mentira-contr-o-povo-waimiri-atroari/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento territorial e conflitos agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SCHWADE, Tiago Maiká Muller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIJE, Marjo; LUNING, Silver. Small Scale mining and cross-border movements of gold from French Guiana. In: COLLOMB, Gilbert; MAM LAM FOUCK, Stephen (ed.). **Mobilités, ethnicités, diversité culturelle: la Guyane entre Suriname et Brésil**. Matoury: Ibis Rouge, 2016. p. 141-161.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 37-49, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24079.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.

TOSTES, José Alberto. **Oiapoque**: em busca do plano perdido. João Pessoa: Sal da Terra, 2016.

TORO, M. A. R. S. A Produção do espaço e suas contradições: Possibilidades para a construção de novos caminhos. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/35716>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TRATA BRASIL. **Painel do Saneamento Brasil**. São Paulo. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/compare?id=130353>. Acesso em: 26 abr. 2024.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-50, 1998. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05\\_3\\_trindade%20jr.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf). Acesso em: 01 fev. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Revista Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 117-129, jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1169>. Acesso em: mai. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 241-258, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12541>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, Durbens Martins do (org.). **Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades**. Belém: NAEA-UFPA, 2010a. p. 101-123.

\_\_\_\_\_. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010b. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12587>. Acesso em: 20 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2117>. Acesso em: 20 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Das “cidades na floresta” “às cidades da floresta”: espaço, meio ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 32, p. 1-22, 2013b. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11281>. Acesso em: 22 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, v. 1, n. 26, jan.-jun. 2006. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/214>. Acesso em: 09 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010c. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2011/05/34662-Texto-do-artigo-40614-1-10-20120722.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 11, p. 117-133, 2011. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/54>. Acesso em: 10 mar. 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. Cidades ribeirinhas na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 9-12.

VILLA VERDE, R. B. R.; ALAMINO, R. C. J.; FERNANDES, F. R. C. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata Carvalho Jimenez; ARAÚJO, Eliane Rocha (Eds.). **Recursos minerais e comunidade**: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. p. 13-21.

VICENTINI, Y. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 188.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 447-470.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Formulário para trabalho de campo em Presidente Figueiredo-AM Projeto de pesquisa de dissertação de mestrado: URBANIZAÇÃO PRECÁRIA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: O CASO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM.

Pesquisador responsável: Carlos Allan Madureira Cruz.

Dados do informante:

1. Data e Local da aplicação do formulário:
2. Nome:
3. Idade:
4. Naturalidade:
5. Escolaridade:
6. Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.
7. Bairro onde mora:
8. Desde quando mora nesse bairro?
9. 1. Qual sua ocupação?
10. Empregado ( ) Desempregado ( ) Trabalha por conta própria ( ) Aposentado ( )
11. Quem é o chefe da família de sua residência? ( ) homem ( ) mulher
12. Qual seu estado e município de origem?
13. Quantas pessoas moram na sua residência atual?
14. Por que veio morar na cidade de Presidente Figueiredo-AM?
15. Você gosta de morar em Presidente Figueiredo? Sim ( ) não ( )
16. Você recebe algum benefício social? Sim ( ) não ( ) qual ( )
17. Poderia dizer qual sua renda?
18. Quanto tempo você reside em Presidente Figueiredo?
19. De 1 a 5 anos ( ) de 5 a 10 anos ( ) de 10 a 15 anos ( ) acima de 15 anos ( )
20. Você mora de ? Aluguel ( ) casa própria ( )
21. Qual sua avaliação para a cidade de Presidente Figueiredo em relação a saúde?  
Ruim ( ) regular ( ) bom ( ) excelente ( )
22. Qual sua avaliação para a cidade de Presidente Figueiredo em relação a educação?  
Ruim ( ) regular ( ) bom ( ) excelente ( )
23. Qual sua avaliação para a cidade de Presidente Figueiredo em relação a trabalho?  
Ruim ( ) regular ( ) bom ( ) excelente ( )
24. Como você avalia a segurança pública nesse bairro?
25. Como você avalia a iluminação pública nesse bairro?
26. Como você avalia o calçamento público nesse bairro?

27. Como você avalia o acesso a água na sua casa?
28. Como você avalia o esgotamento sanitário na sua casa?
29. Você trabalha (ou) na mineração do Pitinga? Sim ( ) não ( ) outra resposta ( )
30. Como foi ou é essa experiência na mineração?
31. Você conhece alguém que trabalha (ou) na mineração Pitinga?  
Sim ( ) não ( ) outra resposta ( )
32. O que é essa pessoa fala dessa vivência?
33. Quais os pontos positivos de morar no seu bairro?
34. Quais os pontos negativos de morar no seu bairro?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 MESTRADO EM GEOGRAFIA




---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do Projeto de pesquisa: URBANIZAÇÃO PRECÁRIA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:  
 O CASO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM

Pesquisador Responsável: Carlos Allan Madureira Cruz

Nome do participante:

Data de nascimento:

Você está sendo convidado(a) para ser participante do projeto de pesquisa intitulado Urbanização Precária na Amazônia Ocidental: O Caso de Presidente Figueiredo-AM de responsabilidade do(a) pesquisador (a) *CARLOS ALLAN MADUERIRA CRUZ*.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido(a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por finalidade avaliar as condições de moradia das pessoas que vivem na cidade de Presidente Figueiredo.
2. A participação nesta pesquisa consistirá na aplicação de um formulário contendo 35 perguntas objetivas e subjetivas, fechadas e abertas, em 10 bairros da cidade de Presidente Figueiredo-AM. O público alvo da pesquisa são homens e mulheres que residem em Presidente Figueiredo entre 18 e 70 anos. Totalizando 50 formulários, sendo 5 por bairros.
3. Uma pergunta pode não ser respondida ou o andamento das perguntas poderá ser suspenso durante a execução da pesquisa em caso do(a) participante sentir que poderá ter algum riscos de sofrer algum dano.
4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão a possibilidade dos moradores de Presidente Figueiredo conhecer melhor o perfil das pessoas que moram nessa cidade no intuito de poder sistematizar as principais demandas dos moradores. E de saber o grau de satisfação em relação aos serviços urbanos, conhecer quais as necessidades da população e o papel do poder público frente a essas demandas.;
5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.
6. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_ Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

Página 1 de 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA



UFAM

PPGG

7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

8. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

9. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa acadêmica, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com **CARLOS ALLAN MADUREIRA CRUZ**, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (91) 98444-3843, e-mail: [carlosallanmc2015uepa@gmail.com](mailto:carlosallanmc2015uepa@gmail.com) os pesquisadores *Paola Verri de Santana* (92) 98812-0353.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_, Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

Página 2 de 2